

2005

RELATÓRIO ANUAL

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



O BANCO DO DESENVOLVIMENTO
DE TODOS OS BRASILEIROS

SUMÁRIO



6-9
MENSAGEM DO PRESIDENTE



10-15
A ECONOMIA BRASILEIRA EM 2005



16-19
O BNDDES



20-25
DESEMPENHO OPERACIONAL: O MAIOR DESEMBOLSO DA HISTÓRIA



26-35
DIRETRIZES ATUAIS: BANCO PARA TODOS, MAIS ÁGIL E MAIS BARATO



36-57
ESTRUTURA PRODUTIVA: EM LINHA COM A POLÍTICA INDUSTRIAL



58-65
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: PRIORIDADE MÁXIMA NAS NOVAS POLÍTICAS OPERACIONAIS



66-79
MERCADO DE CAPITAIS: INCENTIVO AO PEQUENO INVESTIDOR



80-91
PETRÓLEO E GÁS NATURAL: CONTRIBUINDO PARA A AUTO-SUFICIÊNCIA



92-103
ENERGIA ELÉTRICA: TRABALHANDO PARA A VIABILIZAÇÃO DO NOVO MODELO



104-113
FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA: DIVERSIFICANDO A MATRIZ ENERGÉTICA



114-137
TRANSPORTE E TELECOMUNICAÇÕES: RETOMADA DOS INVESTIMENTOS EM FERROVIAS



138-143
DESCENTRALIZAÇÃO DO CRÉDITO: CONTRIBUINDO PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS



144-155
COMÉRCIO EXTERIOR: INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA É PRIORIDADE



156-169
SOCIAL: DEMOCRATIZAÇÃO DO CRÉDITO



170-179
MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: CONSOLIDAÇÃO DO CARTÃO BNDES



180-191
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: ATUANDO COM TRANSPARÊNCIA



192-205
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO: LUCRO RECORDE



206-209
PERSPECTIVAS PARA 2006



210-218
GLOSSÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE





MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2005 foi particularmente importante para o BNDDES, que, com o recorde de R\$ 47 bilhões em desembolsos, ampliou em 18% suas liberações de crédito para o desenvolvimento econômico e social do país.

Em 2005, o Banco promoveu mudanças em suas Políticas Operacionais para melhor adequá-las à nova realidade de crescimento sustentável da economia. Foram meses de reflexão e estudos técnicos para a adoção de medidas em favor do barateamento e do maior acesso ao crédito do BNDDES. As novas Políticas Operacionais, aprovadas em dezembro, reduziram os custos dos financiamentos – uma redução de 30% em média nos *spreads* – e definiram com clareza prioridades de atuação do Banco, com destaque para investimentos em inovação e infra-estrutura, fundamentais para o aumento de competitividade do país num momento em que a inserção brasileira na globalização tem de ser a de ativo protagonista e não a de mero espectador ou modesto coadjuvante.

A ênfase na desconcentração econômica do país, com melhor distribuição espacial de investimentos e desenvolvimento mais eqüitativo, ficou expressa nas novas Políticas Operacionais, que dão prioridade também a projetos estruturantes nas regiões Norte e Nordeste e destinam maior volume de recursos para as micro, pequenas e médias empresas.

O Brasil vive hoje situação especialmente favorável que permite projetar para 2006 um crescimento do PIB bem superior ao de 2005. Será o terceiro ano de crescimento consecutivo, fato raro nos últimos 20 anos, possibilitando a consolidação de um novo ciclo de desenvolvimento, com características muito peculiares e auspiciosas.

Esse novo ciclo combina expansão da economia, aumento da produtividade, diminuição da dependência externa, geração de emprego, crescimento da massa salarial, redução das desigualdades sociais e regionais.

O Brasil já registrou taxas de crescimento maiores do que as observadas no período recente. Eram, porém, acompanhadas de condições desfavoráveis, que tornavam essa expansão pouco duradoura e quase sempre com distribuição desigual de riqueza. Foram períodos de expansão alimentados pelo aumento do endividamento público ou pelo aumento do endividamento externo e num cenário de inflação crescente.

Agora estamos diante de um crescimento qualitativamente distinto, com base em condições inéditas, resultado de políticas econômicas e sociais eficientes. Temos inflação sob controle e crescimento econômico fundado em política fiscal sólida, política externa independente e comércio exterior vigoroso, que reduziram a vulnerabilidade do país.

Instrumento do Estado brasileiro para a aplicação de uma política industrial e tecnológica moderna e eficaz, o BNDES empenhou-se em 2005 no aprimoramento da qualidade de seus créditos, estimulando indústria, agricultura, comércio e serviços a agregarem maior valor à sua produção. O apoio do Banco às exportações reflete-se na *performance* de nosso comércio exterior. Os R\$ 11,2 bilhões em financiamentos destinados às micro, pequenas e médias empresas que atuam no mercado interno ou externo ajudaram, por outro lado, a gerar emprego e a melhorar os indicadores de distribuição de renda.

Com um corpo técnico altamente qualificado e comprometido com os destinos do Brasil e dos brasileiros, o Banco trabalha para a consolidação desse novo ciclo de desenvolvimento. Democratizar o crédito, acelerar os processos de liberação e induzir o crescimento com justiça social é o papel do BNDES. E também o seu compromisso.

Guido Mantega

Presidente

A ECONOMIA BRASILEIRA EM 2005





A ECONOMIA BRASILEIRA EM 2005

Ainda que a expansão do PIB tenha ficado em 2,3% em 2005, abaixo da registrada no ano anterior, o desempenho positivo das principais variáveis econômicas e o cenário de taxas de juros decrescentes – em um contexto de manutenção de um panorama mundial extremamente favorável – lançaram as bases para um crescimento mais acelerado da economia brasileira em 2006.

Quanto ao nível de atividade, os dados mostram uma taxa de investimento da ordem de 20% do PIB em 2005, diante dos 19,6% registrados em 2004. No tocante à indústria, destacou-se a expansão de 12% na produção de bens de consumo duráveis, impulsionada principalmente pelo crescimento do crédito. O desemprego médio – medido pela taxa de desocupação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – manteve a tendência de queda observada nos últimos anos, atingindo 9,8% em 2005, ante os 11,5% e 12,3% registrados em 2004 e 2003, respectivamente. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o índice de emprego formal cresceu em média 5,7% em 2005, em comparação com 2004.

Em relação à inflação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou uma variação de 5,69% em 2005, ligeiramente acima da meta ajustada de 5,10%, mas dentro do intervalo de variação de 2,5 pontos percentuais, em comparação com o centro da meta (4,5%). As projeções para a taxa de inflação ao consumidor em 2006 são de uma variação acumulada de 4,58% no ano, muito próxima dos 4,5% estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Pela primeira vez, desde que o regime de metas foi implantado no país, inicia-se um ano com a expectativa de inflação em linha com o objetivo perseguido pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Ao longo de 2005, o principal destaque coube ao setor externo. O Brasil registrou um superávit comercial recorde de US\$ 44,8 bilhões, que ultrapassou em muito as projeções dos analistas, que indicavam um saldo da ordem de US\$ 28 bilhões no início do ano. O resultado das exportações e das importações,

de, respectivamente, US\$ 118,3 bilhões e US\$ 73,5 bilhões, também recordes históricos, propiciou uma corrente de comércio equivalente a US\$ 191,8 bilhões em 2005, valor 20,4% acima dos US\$ 159,3 bilhões de 2004. Esse brilhante resultado deveu-se, em grande medida, ao forte crescimento da economia internacional, liderado pela expansão dos Estados Unidos e da China, que levaram tanto a um incremento da quantidade demandada de bens e serviços, quanto a um aumento dos preços internacionais.

A *performance* recente das exportações brasileiras surpreende não apenas pelos valores recordes atingidos, mas também pela observância de um ritmo de crescimento a taxas superiores às do comércio mundial. Nos últimos três anos, o aumento acumulado das exportações brasileiras foi de 96,0%, equivalendo a uma taxa média anual de 25,1%. Em 2005, em particular, as vendas externas brasileiras ampliaram-se a uma taxa muito mais expressiva (22,6%) do que a previsão de 13,6% do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o aumento do valor das exportações mundiais. Como resultado, a participação do Brasil no conjunto dessas exportações vem subindo nos últimos anos, passando de 0,93% em 2002 para 1,13% em 2005.

O excelente desempenho comercial refletiu-se no saldo em conta corrente, que registrou um superávit de US\$ 14 bilhões. A situação externa favorável é confirmada pela significativa redução dos indicadores de endividamento externo: por exemplo, a relação dívida total líquida/exportações caiu de 2,7 em 2002 para 1,0 em 2005. O forte ajuste das contas externas, em um contexto de acelerada expansão mundial e alta liquidez internacional, permitiu ao Banco Central e ao Tesouro Nacional recompor o nível de reservas internacionais, diminuir a exposição da dívida à taxa de câmbio e melhorar o perfil da dívida interna. As reservas internacionais líquidas atingiram, em dezembro de 2005, o montante de US\$ 51 bilhões, valor 82% superior ao número registrado no final de 2004. A situação externa favorável viabilizou o pagamento antecipado pelo Brasil de US\$ 15,5 bilhões ao FMI, encerrando o endividamento do país com essa instituição.

Quanto às contas públicas, a ênfase na austeridade fiscal, combinada com o crescimento da economia, tem se refletido, nos últimos anos, em uma redução significativa da relação dívida pública líquida/PIB: houve uma queda do patamar de 57,2% do PIB, atingido em 2003, para o valor de 51,6%, em 2005. Para esse resultado, têm contribuído os elevados superávits primários registrados pelo país

nos últimos anos. Em 2005, o superávit primário atingiu 4,84% do PIB, ficando expressivamente acima da meta para o ano, de 4,25%.

Em relação à participação dos títulos públicos federais por indexador, o destaque continuou sendo a expressiva redução da participação dos títulos indexados ao câmbio no total da dívida pública, o que vem ocorrendo nos últimos anos. Em 2005, a participação desses títulos no total dos títulos públicos federais foi da ordem de 3%, a menor dos últimos anos e muito abaixo dos 30% registrados em 2001.

Além disso, tem aumentado a participação dos títulos prefixados em detrimento dos pós-fixados (remunerados pela taxa *over-Selic*): em dezembro de 2005, os títulos prefixados compunham 27% do total da dívida mobiliária federal, ante o número de 18% em janeiro de 2005.

**NOS ÚLTIMOS ANOS,
O FORTALECIMENTO
DOS FUNDAMENTOS
MACROECONÔMICOS
REFLETIU-SE NA
FORTE REDUÇÃO
DA AVALIAÇÃO DO
RISCO-PAÍS: MEDIDO
PELO EMERGING
MARKETS BOND INDEX
(EMBI+), O ÍNDICE
FOI DA ORDEM DE
300 PONTOS EM
DEZEMBRO DE 2005,
BEM ABAIXO DO PICO
DE 1.439, REGISTRADO
NO FINAL DE 2002.**

Nos últimos anos, o fortalecimento dos fundamentos macroeconômicos refletiu-se na forte redução da avaliação do risco-país: medido pelo Emerging Markets Bond Index (EMBI+), o índice foi da ordem de 300 pontos em dezembro de 2005, bem abaixo do pico de 1.439, registrado no final de 2002.

A média das projeções do mercado prevê um crescimento do PIB entre 3,5% e 4,0%, em 2006, e uma inflação acumulada da ordem de 4,6%.

O BNDES





O BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi criado em 20 de junho de 1952 visando incentivar e apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país, para a elevação da qualidade de vida da população brasileira, bem como para a melhoria da competitividade da economia nacional frente às suas concorrentes.

A missão do BNDES é “apoiar programas, projetos, obras e serviços que se relacionem com o desenvolvimento econômico e social do País” (art. 3º de seu estatuto). Dessa forma, o Banco deve desenvolver a nação e reduzir as desigualdades regionais e sociais, por meio da geração de empregos e renda, tendo como prioridades a inclusão social, a recuperação e o desenvolvimento da infra-estrutura, as exportações,

**A MAIOR PARTE
DOS RECURSOS
INVESTIDOS
PELO BNDES
PROVÉM DO
FUNDO DE
AMPARO AO
TRABALHADOR
(FAT). O BANCO
ADMINISTRA OS
RECURSOS DOS**

**TRABALHADORES E,
PARA CADA VALOR
PROVENIENTE
DO FUNDO,
REPASSA UMA
REMUNERAÇÃO
EQUIVALENTE
À TAXA DE
JUROS DE LONGO
PRAZO (TJLP).**

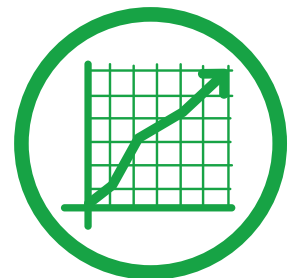
a ampliação da estrutura produtiva, o desenvolvimento regional, o estímulo às micro, pequenas e médias empresas e o investimento e aprimoramento da tecnologia nacional.

Para cumprir sua missão, o BNDES financia a modernização das instalações de empresas brasileiras, além da aquisição de máquinas e equipamentos novos produzidos no Brasil, mediante a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME).

A maior parte dos recursos investidos provém do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O Banco administra os recursos dos trabalhadores e, para cada valor proveniente do Fundo, repassa uma remuneração equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

As linhas de apoio financeiro e os programas do BNDES atendem a empreendimentos de todos os portes e setores. Para garantir que empresas de todo o país tenham acesso ao crédito, o Banco mantém parceria com instituições financeiras presentes em todo o território nacional.

**DESEMPENHO OPERACIONAL:
O MAIOR DESEMBOLSO DA HISTÓRIA**





DESEMPENHO OPERACIONAL: O MAIOR DESEMBOLSO DA HISTÓRIA

Os desembolsos do BNDES atingiram R\$ 47 bilhões em 2005, com expressivo crescimento de 18% em relação aos R\$ 40 bilhões aplicados em 2004. Do total liberado pelo Banco, R\$ 46,98 bilhões foram destinados ao financiamento de investimentos de médio e longo prazos e a exportações, enquanto R\$ 105 milhões foram aplicados no mercado secundário.

Considerando-se que a inflação medida pelo IPCA acumulou uma variação de 5,69% em 2005, o crescimento dos desembolsos do BNDES em termos reais foi de 11,65%.

BNDES: EVOLUÇÃO DOS DESEMBOLSOS ANUAIS | R\$ BILHÕES

Ano	Financiamento e Participação	Mercado Secundário	Desembolso Total
2000	23,0	0,3	23,4
2001	25,2	0,5	25,7
2002	37,4	0,7	38,2
2003	33,5	1,6	35,1
2004	39,8	0,2	40,0
2005	47,0	0,1	47,1

Desempenho por Setor

O crescimento dos desembolsos do BNDES foi liderado pela expansão nas operações destinadas à indústria. Em 2005, foram direcionados R\$ 23 bilhões ao setor, com aumento de 49% comparativamente ao ano anterior. O destaque foram os R\$ 2,8 bilhões destinados ao segmento mecânico, com elevação de 163% em relação a 2004. Ressalte-se ainda que os setores de comércio e serviços e de infra-estrutura também tiveram crescimento nos desembolsos, de 22% e 13%, respectivamente.

Em contrapartida, os desembolsos para a agropecuária ficaram em R\$ 4,1 bilhões em 2005, com significativa queda de 41%, em comparação com 2004. As condições climáticas desfavoráveis enfrentadas pela agropecuária

brasileira, com a conseqüente queda dos seus investimentos, ajudam a explicar a redução nos desembolsos do Banco para o setor.

BNDES: DESEMBOLSOS POR SETOR | R\$ BILHÕES

Setor	2005	2004	Varição %
Agropecuária	4,06	6,93	-41
Indústria	23,44	15,78	49
Infra-estrutura	17,10	15,17	13
Comércio/Serviços	2,38	1,95	22
Subtotal	46,98	39,83	18
Mercado secundário	0,10	0,18	-
Total	47,09	40,01	18

Desempenho Regional

Em termos regionais, cabe destacar o aumento de 39% nos desembolsos do BNDES para o Nordeste em 2005, em relação ao ano anterior. Por outro lado, houve redução nos desembolsos para o Centro-Oeste. De forma análoga ao ocorrido nas operações com a agropecuária, a queda no volume de operações no Centro-Oeste é atribuída às condições climáticas adversas, que tiveram forte efeito nos investimentos da região.

O Sudeste, dado seu peso na estrutura industrial do país, continuou a liderar os desembolsos, com um volume de operações de R\$ 28,7 bilhões em 2005. Em seguida, destacaram-se as operações com as regiões Sul (R\$ 9,6 bilhões), Nordeste (R\$ 3,8 bilhões), Centro-Oeste (R\$ 3,3 bilhões) e Norte (R\$ 1,6 bilhão).

BNDES: DESEMBOLSOS POR REGIÕES* | R\$ BILHÕES

Regiões	2005	2004	Varição %
Norte	1,6	2,0	-17
Nordeste	3,8	2,7	39
Sudeste	28,7	21,3	35
Sul	9,6	8,7	10
Centro-Oeste	3,3	5,2	-37
Brasil	47,0	39,9	18

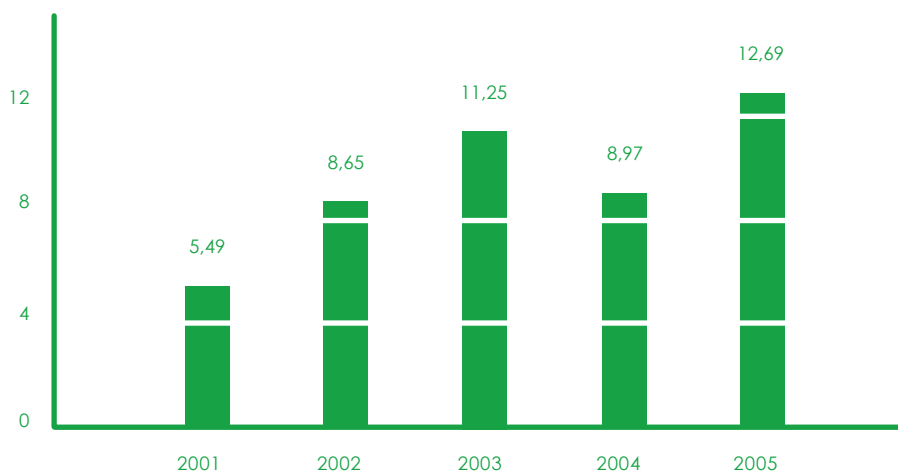
* Não inclui as aplicações no mercado secundário.

No tocante às operações aprovadas, cabe ressaltar o expressivo crescimento das regiões Norte e Nordeste, de 101% e 159%, respectivamente, com relação a 2004. Quanto à região Centro-Oeste, a explicação para a queda nas aprovações também deve ser atribuída às condições climáticas adversas, que reduziram fortemente os investimentos da região.

BNDES: APROVAÇÕES POR REGIÕES | R\$ BILHÕES

Regiões	2001	2002	2003	2004	2005
Centro-Oeste	1,23	2,88	4,29	5,26	3,65
Nordeste	3,42	4,21	4,95	2,74	7,09
Norte	0,84	1,56	2,02	0,97	1,95
Total CO/NE/N	5,49	8,65	11,25	8,97	12,69
Sudeste	16,94	25,64	20,37	21,58	30,53
Sul	4,70	6,78	8,74	7,35	11,27
Total SE/S	21,64	32,42	29,11	28,93	41,81
Brasil	27,13	41,07	40,36	37,90	54,49

APROVAÇÕES DO BNDES PARA AS REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE (R\$ Bilhões)



Repasses de Recursos

Em 2005, o BNDES realizou 117,5 mil operações por meio de instituições credenciadas como repassadoras de recursos. O valor chegou a R\$ 24,9 bilhões, respondendo por 53% dos desembolsos totais. O Banco operou com 84 agentes repassadores, dentre os quais destacaram-se o Bradesco BM, com R\$ 4,3 bilhões; o Banco do Brasil, com R\$ 4,1 bilhões; o Unibanco, com R\$ 2,6 bilhões; e o Votorantim BM, com R\$ 1,3 bilhão.

Somente com as micro, pequenas e médias empresas, o número de operações ficou em 108,5 mil, com um total de desembolsos de R\$ 11,2 bilhões. Os agentes financeiros mais ativos nesse segmento foram o Bradesco BM, com R\$ 2,3 bilhões; o Banco do Brasil, com R\$ 1,3 bilhão; o DaimlerChrysler, com R\$ 815 milhões; e o Volkswagen B, com R\$ 711 milhões.

**NO TOCANTE ÀS
OPERAÇÕES APROVADAS,
CABE RESSALTAR O
EXPRESSIVO CRESCIMENTO
DAS REGIÕES NORTE E
NORDESTE, DE 101% E 159%,
RESPECTIVAMENTE,
COM RELAÇÃO A 2004.**

**DIRETRIZES ATUAIS: BANCO PARA
TODOS, MAIS ÁGIL E MAIS BARATO**





DIRETRIZES ATUAIS: BANCO PARA TODOS, MAIS ÁGIL E MAIS BARATO

De 2003 em diante, o BNDES sofreu profunda transformação em sua estrutura interna, resultado de uma nova visão de modelo de banco de desenvolvimento adotada pela Administração.

Segundo essa percepção, o BNDES deve ter papel ativo no desenvolvimento nacional, tomando como princípio um profundo conhecimento setorial da economia que permita uma atuação diferenciada em setores com necessidades distintas, mediante a redução do custo dos empréstimos para setores prioritários.

Além disso, o Banco deve ser um instrumento democrático de crédito, acessível também às micro, pequenas e médias empresas e às regiões menos favorecidas do país, de modo que possa ser efetivamente o "Banco do Desenvolvimento de Todos os Brasileiros".

Também a agilidade na concessão de empréstimos é fundamental, permitindo às empresas capturar as *janelas de oportunidade* que se abrem em seus diferentes setores de atuação, num mundo cada vez mais globalizado.

A estrutura anterior, que vigorou no Banco entre 2001 e 2002, dividia-se em áreas de produtos (responsáveis pela análise e contratação das operações) e áreas de clientes (encarregadas de receber as consultas e do relacionamento com potenciais tomadores).

Esse modelo, típico de bancos comerciais e de investimento, focava a rentabilidade das operações e fazia que os técnicos analisassem operações dos mais diversos setores, com prejuízos à especialização setorial, que é fator importante para o conhecimento de dificuldades e de peculiaridades e para uma efetiva atuação desenvolvimentista do BNDES.

Desse modo, entre 2003 e 2005, foi restaurada a estrutura setorial, com a divisão das áreas operacionais do Banco em inclusão social, indústria, insumos básicos, infra-estrutura e energia, mercado de capitais, operações indiretas e comércio exterior.

Por sua vez, em cada área, foram criados departamentos para a análise de setores específicos, como, por exemplo, na:

ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA E ENERGIA (AIE) – petróleo, gás e fontes alternativas (DEGAP), energia elétrica, telecomunicações e logística;

ÁREA DE INSUMOS BÁSICOS (AIB) – papel e celulose, indústria química e indústria de base (DEINB);

ÁREA INDUSTRIAL (AI) – eletrônica e *software* (DEIEL), fármacos (DEFARMA), indústria pesada (DEPIP), bens de consumo, comércio, serviços e turismo e agroindústria;

ÁREA DE MERCADO DE CAPITALIS (AMC) – investimento, inovação em pequenas e médias empresas e fundos de investimento (DEIN), acompanhamento e gestão da carteira e mercado de capitais;

ÁREA DE COMÉRCIO EXTERIOR (AEX) – integração da América Latina e diversos departamentos com divisão setorial;

ÁREA DE INCLUSÃO SOCIAL (AS) – desenvolvimento urbano, desenvolvimento regional, economia solidária e operações sociais;

ÁREA DE OPERAÇÕES INDIRETAS (AOI) – Cartão BNDES e operações de internet, máquinas e equipamentos (DEMAQ), projetos de investimento, acompanhamento das operações e relacionamento com agentes financeiros.

Também se destaca o suporte à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do governo federal, através da criação de áreas ou departamentos específicos para cada uma das opções estratégicas dessa política, como para:

- fármacos, por meio do DEFARMA,
- semicondutores e *software*, através do DEIEL, e
- bens de capital, com o DEPIP e o DEMAQ;

e para cada um dos portadores de futuro identificados:

- biotecnologia e nanotecnologia, através do DEFARMA, DEIEL e DEIN, e
- biomassa, por meio do DEGAP.

O BNDES vem dando importância máxima ao incentivo à inovação nas empresas, a partir da constatação de que a indústria brasileira é, em muitas áreas, forte em eficiência na produção. Mas é relativamente fraca em utilização de inovação na diferenciação de processos e produtos.

Assim, além da criação de departamentos específicos para a análise de projetos de empresas inovadoras, foram estruturados importantes mecanismos para o incentivo à inovação nas empresas, particularmente com a reestruturação das Políticas Operacionais do BNDES, com a concessão de financiamentos com taxa de juros fixa de 6% para a geração de inovação.

Também relevante é a realização de operações de renda variável pelo Departamento de Inovação em Pequenas e Médias Empresas e Fundos de Investimento (DEIN), permitindo capitalizar empresas inovadoras para que viabilizem seus planos de negócio.

Por conseguinte, em 2005 foram definidas as diretrizes que visam tornar o BNDES o “Banco do Desenvolvimento de Todos os Brasileiros” e que são:

PARA TODOS, democratizando o acesso aos recursos do BNDES;

MAIS ÁGIL, aumentando a agilidade de atuação; e

MAIS BARATO, reduzindo o custo dos empréstimos para setores prioritários.

Diversas medidas foram adotadas para cumprir essas diretrizes, sendo as principais:**Para Todos**

- 1 Aprimoramento do Cartão BNDES, com a expansão do crédito às empresas de pequeno porte mediante o aumento do prazo das prestações (de até 24 para até 36 prestações mensais iguais) e do limite de crédito (de R\$ 50 mil para R\$ 100 mil). Paralelamente, foram realizadas duas campanhas publicitárias para a divulgação do novo produto.

- 2 Aprovação do novo Programa de Microcrédito (PMC), com a TJLP + 1,5% a.a., para operações com agentes repassadores de primeiro piso e apenas a TJLP para agentes repassadores de segundo piso. Fixa ainda o limite de 4% a.m. (incluindo o agente financeiro) para a remuneração total ao tomador final.
- 3 Credenciamento de cooperativas centrais de crédito rural para atuarem como agentes financeiros do BNDES e da FINAME. Já foram credenciadas a Cooperativa Cresol-Baser e a Cooperativa Cresol-Central.
- 4 Destinação de R\$ 300 milhões para o Programa de Financiamento Cidadão Conectado – Computador para Todos, destinado a financiar a aquisição de computadores pela população, com taxa final máxima fixa de 3% a.m. e desde que o preço máximo ao consumidor final seja de R\$ 1.400.
- 5 Criação do Programa de Investimentos Coletivos Produtivos (Proinco), para viabilizar investimentos que beneficiem trabalhadores, produtores e pequenas empresas nacionais com atuação coletiva. Com o programa, empreendimentos tais como centros tecnológicos, centros de formação de mão-de-obra, centrais de compras e comercialização, realizados por cooperativas, associações de empresas ou de produtores e outras instituições, poderão ser apoiados de forma direta com recursos reembolsáveis (Finem) ou não-reembolsáveis (Fundo Social) ou, ainda, com uma composição de ambos.
- 6 Lançamento do fundo Papéis de Índice Brasil Bovespa II (PIBB II), que superou os resultados do lançamento do PIBB I, efetuado em 2004. Esse fundo visa democratizar o acesso ao mercado de capitais brasileiro, priorizando os pequenos investidores mediante a alocação de 75% da oferta para o varejo. A grande demanda elevou a oferta inicial de R\$ 1 bilhão para R\$ 2,28 bilhões e foi a maior operação de varejo no Brasil com uso de recursos livres. Mais de 121 mil pessoas físicas participaram da oferta.
- 7 Criação do Programa de Dinamização Regional (PDR), em substituição a diversos programas regionais, com recursos de R\$ 5 bilhões e vigência de três anos. Com o programa, os investimentos localizados nos municípios classificados como de baixa e de média renda serão contemplados com acréscimos na participação do BNDES, que poderão variar de 5% a 45% do valor financiável, dependendo do nível de renda e do dinamismo econômico dos municípios. Além disso, haverá a possibilidade de redução do índice de garantias e de flexibilização dos parâmetros de exposição ao risco para as operações realizadas com micro, pequenas e médias empresas em regiões menos desenvolvidas.

- 8 Criação do Programa de Participação em Fundos de Capital de Risco, voltado, prioritariamente, à capitalização de pequenas e médias empresas.

Mais Ágil

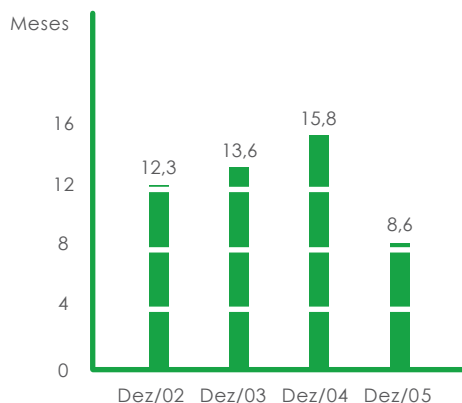
- 1 Início do acompanhamento de indicadores de desempenho das Áreas Operacionais pela Alta Administração, inclusive o prazo médio de tramitação das operações.
- 2 Processamento, em ambiente *on-line*, a partir de abril de 2005, de todas as operações da Linha FINAME.
- 3 Estabelecimento de limite de crédito de até R\$ 900 milhões para clientes de primeira linha não-financeiros.
- 4 Melhoria das rotinas e procedimentos, com a eliminação da necessidade de aprovação, pela Diretoria, das deliberações de enquadramento do Comitê de Enquadramento e Crédito.
- 5 Início do projeto Agir, para desenvolvimento e implantação do Sistema de Gestão Integrada de Recursos do BNDES, já tendo sido lançada concorrência pública para a escolha da empresa que vai dar suporte ao Banco visando definir a solução e acompanhar a sua implementação.

Vale ressaltar que o aumento da agilidade não significou qualquer relaxamento nos rígidos padrões de análise do BNDES, mas tão-somente a melhoria de rotinas e a eliminação de redundâncias de processo. Prova disso são o aumento, em 75%, das classificações de risco efetuadas, comparativamente com o ano de 2004, e a manutenção de uma carteira de financiamentos com qualidade superior à média de mercado das instituições financeiras.

Com essas e outras medidas, foi possível uma significativa redução no prazo médio de processamento das operações (desde a entrada da carta-consulta até a contratação), que envolve as etapas de enquadramento, o recebimento do projeto da empresa, a análise e a negociação das garantias da operação pelo departamento operacional específico e a contratação.

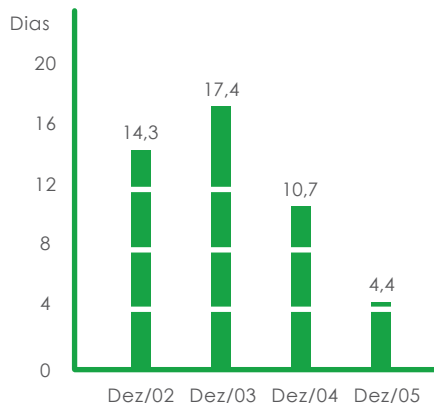
PRAZO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO – INDÚSTRIA

Operações Não-Automáticas
Média Móvel de 12 Meses



PRAZO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO – FINAME

Operações Automáticas
Média Móvel de 12 Meses



É importante frisar que no caso das operações não-automáticas, após o enquadramento da carta-consulta, as empresas têm dois meses para a elaboração do projeto e sua apresentação ao BNDES. Da mesma forma, o processo de contratação implica a entrega de documentos diversos por parte das empresas, tais como certidões, licenças ambientais de instalação, cartas de fiança etc., que podem demandar longo prazo para a obtenção.

Mais Barato

Em 21 de dezembro de 2005, a Diretoria do BNDES aprovou uma revisão das Políticas Operacionais visando à redefinição da remuneração básica do Banco, que agora passa a ser focada em prioridades específicas.

As principais mudanças metodológicas consistem em:

- 1 Introdução de vários níveis de remuneração básica (acima da TJLP), refletindo diferentes graus de prioridades atribuídas aos diversos setores da economia e variedade de modalidades de financiamentos. Esses níveis poderão variar entre -3% e +3% e até mesmo resultar numa taxa fixa de juros para financiamentos à inovação, bens de capital (Modermaq, o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional) e programas agrícolas do governo federal.
- 2 Introdução de um gradiente de risco de crédito, com base na classificação de risco de crédito das empresas.

É importante ressaltar que, anteriormente, as Políticas Operacionais estipulavam remunerações básicas variando entre 1% e 4,5% e remuneração fixa de 1,5% para o risco de crédito.

Dentre as principais alterações, o destaque consiste na importância concedida à inovação, intensificando o apoio do Banco à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do governo federal.

Assim, o apoio à inovação ocorrerá de duas formas:

- 1 A geração de inovação propriamente dita – que engloba o processo de desenvolvimento de novas máquinas, equipamentos e insumos – será privilegiada com taxa fixa de juros de 6% a.a. (nível máximo de redução da remuneração básica). Dessa forma, fica equiparada à taxa praticada no Profarma (Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica) e se aplica unicamente ao financiamento de gastos no processo de inovação. A essa taxa fixa, como nas demais, aplicam-se as respectivas taxas de risco.
- 2 Os investimentos destinados a reproduzir, em instalações industriais, as inovações já desenvolvidas ficarão incluídos na categoria com remuneração básica de 0%, de modo que a taxa final será somente a TJLP, acrescida da respectiva taxa de risco de crédito da empresa.

Vale ressaltar que as novas Políticas Operacionais foram estabelecidas após minucioso estudo da área financeira, para que não haja comprometimento do nível esperado de remuneração do BNDES. Houve, assim, somente uma redistribuição das taxas de remuneração em função das diferentes prioridades estabelecidas.

Além dessa importante mudança nas Políticas Operacionais, ao longo do ano de 2005 foram criados programas específicos ou ajustadas suas condições de financiamento visando atender a peculiaridades de setores prioritários.

São os seguintes os programas criados e as novas condições de financiamento:

- 1 Programa de Financiamento de Geração de Energia Elétrica, destinado a empreendimentos cuja energia será comercializada nos Leilões de Energia Nova, com menor remuneração do BNDES, taxa de juros indexada ao IPCA e prazo de até 14 anos.
- 2 Alterações no financiamento ao Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica), com a elevação do nível de participação de até 70% para até 80% e extensão do prazo de amortização de até dez para até 12 anos, a fim de melhorar o desempenho do programa e viabilizar a concretização das metas do Ministério de Minas e Energia (a entrada em operação de 3.300 MW até dezembro de 2008).

- 3 Prorrogação, até 31 de dezembro de 2006, do prazo de vigência do Modermaq, com dotação orçamentária de até R\$ 3 bilhões.
- 4 Aumento da parcela financiável de serviços associados a exportações, de até 35% para até 65%.
- 5 Criação do Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Ferrovias nas Regiões Norte e Nordeste, com recursos alocados de R\$ 1 bilhão e vigência até 30 de junho de 2009.
- 6 Criação do Programa de Gargalos Logísticos Ferroviários, com recursos de até R\$ 750 milhões, objetivando melhorar a eficiência do sistema ferroviário, particularmente no acesso a portos e contorno de cidades, com a possibilidade de utilização do Programa de Apoio a Investimentos Sociais de Empresas (Pais) – 100% de financiamento a investimentos, com custo apenas da TJLP –, para o reassentamento de famílias que invadiram faixas de domínio e para a eliminação de passagens de nível em ambientes urbanos.

EM 21 DE DEZEMBRO DE 2005, A DIRETORIA DO BNDES APROVOU UMA REVISÃO DAS POLÍTICAS OPERACIONAIS VISANDO À REDEFINIÇÃO DA REMUNERAÇÃO BÁSICA DO BANCO, QUE AGORA PASSA A SER FOCADA EM PRIORIDADES ESPECÍFICAS.

**ESTRUTURA PRODUTIVA:
EM LINHA COM A POLÍTICA INDUSTRIAL**





ESTRUTURA PRODUTIVA: EM LINHA COM A POLÍTICA INDUSTRIAL

Setor Siderúrgico

PANORAMA SETORIAL

Após acentuado crescimento nos primeiros anos desta década, o setor siderúrgico se retraiu em 2005. Segundo o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), a produção brasileira de aço bruto atingiu 31,6 milhões de toneladas em 2005, ficando 3,9% abaixo do desempenho do ano anterior.

No entanto, em função do aumento dos preços dos produtos siderúrgicos, a redução da produção não impactou proporcionalmente o faturamento das usinas brasileiras. Em 2005, o faturamento do setor atingiu R\$ 54,7 bilhões, com aumento de 6,1% na comparação com o ano anterior. Em dólares, o crescimento foi maior, de 27,4%, com o total de US\$ 22,5 bilhões.

Vale ainda observar que as exportações de produtos siderúrgicos cresceram, em termos de valor, 22,6% em 2005, atingindo o recorde de US\$ 6,5 bilhões, com volumes exportados de 12,5 milhões de toneladas, 4,4% maiores que os do ano anterior.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES

GRUPO GERDAU – Financiamento de R\$ 900 milhões, destinado à atualização tecnológica e à modernização das 12 unidades siderúrgicas do grupo no país. Líder em aços longos nas Américas, a empresa firmou com o BNDES a primeira operação na modalidade Limite de Crédito, criada em 2005, cujo objetivo é proporcionar financiamento rápido a empresas de baixo risco de crédito e tradicionais clientes do BNDES.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO (CBA), DO GRUPO VOTORANTIM – Após concluir sua expansão em 2003, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) iniciou novo projeto de ampliação em agosto de 2005, novamente com financiamento do BNDES, no valor de R\$ 337 milhões.

GRUPO VICUNHA – Aprovação de financiamento, no valor de R\$ 332 milhões, à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) para a adequação de terminal de carvão no Porto de Sepetiba (RJ). O projeto permitirá a utilização do terminal para a exportação de minério de ferro.

V&M DO BRASIL – Líder no segmento de tubos sem costura no Brasil, pertencente ao grupo internacional Vallourec, a empresa recebeu financiamento do BNDES no valor de R\$ 98 milhões para a ampliação de capacidade. A V&M atende aos setores de petróleo, gás e automobilístico, entre outros.

Em 2005, foram inaugurados os seguintes projetos financiados pelo BNDES:

GRUPO GERDAU – Implantação de uma unidade industrial para a produção de 900 mil toneladas/ano de aço no município de Araçariguama (SP), com investimento de R\$ 282 milhões e financiamento de R\$ 78 milhões pelo BNDES.

CIA. BRASILEIRA DE ALUMÍNIO (CBA) – Ampliação de capacidade de produção de alumínio primário, com financiamento de R\$ 337 milhões do BNDES.

Setor de Papel e Celulose

PANORAMA SETORIAL

O Brasil é o sétimo maior produtor mundial de celulose, sendo a totalidade da produção originária de florestas plantadas. O setor de papel e celulose responde por 108 mil empregos diretos, em 220 diferentes empresas, localizadas em 16 estados.

A produção brasileira de celulose, em 2005, atingiu 10 milhões de toneladas e a de papel 8,6 milhões, representando, respectivamente, crescimento de 4% e 2% em relação a 2004, conforme informações da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa).

Apesar de afetado pela apreciação cambial em 2005, o setor brasileiro produtor de celulose de eucalipto mantém boas perspectivas de crescimento, com planos de expansão da capacidade. Grandes projetos anteriormente anunciados começaram sua fase de estruturação, enquanto outros estão em fase adiantada de estudos.

Quanto ao setor de papéis, há sinalização positiva para o aumento da capacidade na produção brasileira de papel-cartão. No segmento de papéis

de imprensa, avanços na legislação abrem caminhos para novos investimentos na capacidade produtiva, acenando para futuras reduções de importações, responsáveis hoje por dois terços do consumo interno.

O BNDES avalia que nos próximos três anos sejam realizados investimentos da ordem de R\$ 10 bilhões no setor de papel e celulose no país.

Além dos investimentos industriais, são de grande relevo os investimentos florestais. Com o apoio e estímulo do Banco, as grandes empresas terceirizam parte da produção de madeira com pequenos proprietários rurais, fornecendo-lhes mudas, insumos e assistência técnica. Com isso, cria-se um sistema produtivo que amplia os benefícios sociais dos empreendimentos.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES

BAHIA SUL – Voltado à exportação, foi aprovado um projeto de duplicação, para 2 milhões de toneladas/ano, da capacidade de produção de celulose da planta de Mucuri (BA). Com investimento total de R\$ 4,6 bilhões e financiamento de R\$ 2,6 bilhões pelo BNDES, dos quais R\$ 240 milhões em debêntures conversíveis subscritas pela BNDESPAR, o empreendimento engloba a ampliação e manutenção de áreas florestais e, também, a realização de projetos sociais no valor de R\$ 24 milhões, financiados em 90% pelo BNDES. Assinale-se que a BNDESPAR possui 11,4% do capital total da Bahia Sul.

ARACRUZ CELULOSE – Aprovado em novembro de 2005 e com conclusão prevista para 2006, o projeto de modernização e aumento da capacidade de produção de celulose envolverá investimentos de R\$ 462 milhões nos estados do Espírito Santo, da Bahia e do Rio Grande do Sul. O BNDES participará com financiamento de R\$ 297 milhões. Também nesse caso haverá investimentos sociais, com financiamento do BNDES de R\$ 3 milhões, beneficiando comunidades em áreas de influência da empresa.

VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL – Aprovado financiamento ao programa florestal da empresa, visando à implantação, reforma e manutenção de 107 mil hectares de florestas de eucalipto, nos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul. O investimento será de R\$ 730 milhões, sendo R\$ 218 milhões em financiamentos do BNDES. Desse total, foram desembolsados R\$ 101 milhões em 2005.

VERACEL CELULOSE – Em setembro de 2005, foi inaugurada, em Eunápolis (BA), a fábrica da empresa, pertencente à Aracruz Celulose e ao grupo sueco-finlandês Stora Enso. Trata-se de um dos grandes projetos do atual ciclo de investimentos,

no valor total de R\$ 3,63 bilhões e com financiamento de R\$ 1,45 bilhão do BNDES. O empreendimento trouxe benefícios diretos a comunidades carentes na região de influência da empresa, pois foram investidos, com a participação de recursos do Banco, R\$ 21 milhões em projetos sociais.

Setor Químico e Petroquímico

PANORAMA SETORIAL

A indústria química é fornecedora de matérias-primas e produtos para todos os setores produtivos, do agrícola ao aeroespacial, desempenhando relevante papel na economia. No Brasil, o setor químico é o segundo em importância na formação do PIB industrial.

O segmento dos produtos químicos industriais é o de maior peso no setor, tendo registrado faturamento de cerca de US\$ 40 bilhões em 2005.

No caso dos fertilizantes, o Brasil importa cerca de 65% do consumo nacional de adubos. Em 2005, o setor de fertilizantes sofreu queda no volume de vendas e no faturamento em relação a 2004, mas são positivas as estimativas de médio e longo prazos. Embora alguns projetos tenham sido adiados, as empresas estão otimistas, com previsão de investimentos de US\$ 3 bilhões em expansão até 2010.

O crescimento da economia brasileira exigirá vultosos investimentos em petroquímica, de forma a atender à demanda interna e evitar déficits crescentes, comuns na balança comercial do setor. Com perspectivas de investimentos de US\$ 14,3 bilhões até 2010, destacam-se projetos para a implantação de refinaria petroquímica no estado do Rio de Janeiro, com inversões estimadas de US\$ 3,5 bilhões, e para a instalação de unidades petroquímicas junto à refinaria destinadas à fabricação de insumos diversos, com investimentos orçados em US\$ 3 bilhões.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES

BRASKEM – Financiamento de R\$ 385 milhões ao programa de investimentos da empresa para o quadriênio 2004-2007, da ordem de R\$ 755 milhões, em realização nos estados da Bahia, de Alagoas, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A Braskem é uma empresa de expressão mundial, produtora de diversos produtos petroquímicos. O projeto compreende investimento na ampliação da capacidade, em logística e na implantação de programas de qualidade e produtividade, para o meio ambiente e para a saúde e segurança.

GRUPO ULTRA – Investimentos no valor de R\$ 103 milhões foram apoiados pelo BNDES com financiamento de R\$ 71 milhões. A Oxiteno obteve apoio para a produção de especialidades e *commodities* químicas, produtos químicos e petroquímicos. Na área de transporte e logística do grupo, o Banco financiou projeto da Tequimar (Terminal Químico de Aratu S.A.) para a construção de um terminal intermodal no Porto de Santos (SP).

COPEBRÁS – Em Goiás, a empresa investe R\$ 66 milhões, dos quais R\$ 40 milhões financiados pelo BNDES. O projeto visa ao incremento da produção de fertilizantes fosfatados.

WHITE MARTINS – Implantação de unidades industriais de fabricação de gases do ar no Espírito Santo, nas instalações da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), e em Minas Gerais. Esses investimentos somam R\$ 164 milhões, sendo R\$ 65 milhões financiados pelo BNDES. Com investimento de R\$ 75 milhões, dos quais R\$ 25 milhões financiados pelo Banco, o grupo implantou, em São Paulo, unidade de liquefação de gás natural, tanque de estocagem e estação de enchimento de carretas de GNL (gás natural liquefeito).

COPEsul – Com financiamentos do BNDES de R\$ 50 milhões, a empresa investiu R\$ 94 milhões em unidade para processamento de nafta, em Triunfo (RS). O projeto destina-se à ampliação da capacidade produtiva de eteno e propeno.

RIO POLÍMEROS – Em Duque de Caxias (RJ), foi inaugurada a Rio Polímeros, próxima à Refinaria Duque de Caxias (Reduc). A planta da empresa tem concepção inédita no Brasil, pois utiliza como matéria-prima a fração líquida dos gases dos poços petrolíferos da Bacia de Campos, em vez da nafta importada. Os investimentos foram de US\$ 1,19 bilhão, sendo US\$ 287 milhões financiados pelo BNDES, destacando-se, também, o apoio da BNDESPAR, que dispõe de 16,7% das ações da Rio Polímeros. A unidade produzirá polietileno e polipropileno, resinas usadas na fabricação de sacolas, potes plásticos e componentes plásticos de automóveis.

Setor Agroindustrial

PANORAMA SETORIAL

A agroindústria tem tido grande responsabilidade no crescimento da economia brasileira nos últimos anos. O Brasil é um dos maiores produtores e fornecedores de alimentos e fibras do mundo. Segundo a Organização Mundial de Comércio (OMC), o Brasil é detentor do maior saldo mundial da balança comercial agrícola.

Com PIB em torno de R\$ 524 bilhões em 2005, o agronegócio brasileiro teve desempenho menor que o do ano anterior, devido à seca, ao câmbio desfavorável e à queda dos preços internacionais das *commodities*.

As exportações do agronegócio somaram US\$ 43 bilhões, 11,75% a mais do que no ano anterior, configurando-se novo recorde, com saldo da balança de R\$ 38 bilhões, também recorde. O boom das exportações tem sido puxado principalmente pela soja e seus derivados, com o apoio de outros produtos, como açúcar e carnes de aves e de suínos. Pela terceira vez, o Brasil foi o principal exportador mundial de carne bovina, superando os tradicionais concorrentes – Estados Unidos e Austrália.

Devido à evolução tecnológica e gerencial, o Brasil é referência mundial, com os menores custos de produção de bioetanol e açúcar a partir da cana. É pioneiro na utilização do bioetanol em larga escala, em substituição aos combustíveis fósseis.

Os principais instrumentos de ação do BNDES para o setor agropecuário são os programas agrícolas criados pelo governo federal, com taxas de juros fixas e encargos financeiros equalizados pelo Tesouro Nacional. São eles o Moderagro, Moderfrota, Moderinfra, Prodeagro, Prodecoop, Pronaf e Propflora. Em 2005, o Banco aprovou financiamentos ao setor no valor total de R\$ 4,028 bilhões.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES

SADIA – Projetos de ampliação e modernização de unidades produtivas em oito estados, reestruturação da sede em São Paulo, além de projeto social visando à instalação de biodigestores em propriedades de 3,2 mil criadores de suínos integrados ao sistema de produção. O investimento é de R\$ 1,4 bilhão, com financiamento de R\$ 974 milhões do BNDES.

FRIBOI – Com financiamento de R\$ 187 milhões do Banco e investimentos de R\$ 281 milhões, o Grupo Friboi adquiriu 75% do capital da Swift Armour Sociedad Anónima Argentina, localizada na Argentina, no âmbito do programa de internacionalização do grupo, um dos maiores frigoríficos nacionais.

BERTIN – Também no segmento dos frigoríficos, o BNDES financiou R\$ 284 milhões do projeto de expansão do Grupo Bertin, no valor total de R\$ 581 milhões, em São Paulo. O grupo é o maior exportador brasileiro de carnes.

PERDIGÃO – Financiamento de R\$ 170 milhões e investimento de R\$ 275 milhões para a implantação de unidade industrial em Goiás destinada ao processamento de carne de aves *in natura* e industrializada.

BIOTECNOLOGIA DO PARANÁ – A empresa recebeu do BNDES financiamento de R\$ 28 milhões para investimento de R\$ 40 milhões na implantação de fábrica de leveduras especiais e extração de componentes intracelulares. A unidade será a maior planta industrial da América Latina e uma das dez maiores empresas mundiais dedicadas à produção de leveduras especiais. Permitirá, assim, a inserção do Brasil no mercado internacional de leveduras e aditivos naturais.

USINA SÃO JOÃO – No segmento sucroalcooleiro, o BNDES financiou o aumento da capacidade de produção agrícola e industrial, destacando-se a Usina São João – Açúcar e Álcool, cujo projeto, no valor de R\$ 292 milhões, teve R\$ 166 milhões financiados pelo Banco.

PRODECOOP – No âmbito do programa de apoio a cooperativas (Prodecoop), diversas cooperativas obtiveram apoio do BNDES. Cabe destacar as operações com a Coopervale, a Cooperativa Central dos Produtores de Leite (Itambé), a Coamo e a Cooperativa Agroindustrial Lar, cujos projetos montaram a R\$ 313 milhões, com financiamento de R\$ 133 milhões pelo Banco.

PROGEREN – Por meio do Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (Progeren), o Banco apoiou vários projetos, com financiamentos de R\$ 280 milhões, para capital de giro, objetivando a geração e manutenção de empregos.

Setor Farmacêutico

PANORAMA SETORIAL

Fabricante de produtos essenciais ao bem-estar da população, a indústria farmacêutica apresenta estrutura de mercado concentrada e oligopolista. É altamente recomendável que, sem fechar suas fronteiras à importação, o país invista no desenvolvimento de parque produtivo nacional autônomo e competitivo, além de em um eficiente sistema de ciência, tecnologia e inovação. Ciente dessas questões, o governo federal incluiu a cadeia produtiva farmacêutica entre as prioridades da política industrial.

O Brasil ocupa a oitava posição no *ranking* do mercado farmacêutico mundial, com as empresas multinacionais respondendo por cerca de 60% das vendas, excluindo-se a parcela de compras realizadas pelo governo.

Existem 551 empresas atuando no setor farmacêutico brasileiro, mas apenas as 12 maiores representam cerca de 45% do mercado. Segundo o *ranking* do IMS Health de 2004, cinco empresas de controle nacional figuravam entre as 12 maiores: Aché, EMS Sigma Pharma, Schering Plough, Medley e Eurofarma.

O Brasil é dependente da importação de farmoquímicos e de medicamentos antigos no mercado, com patentes vencidas e com rotas de síntese amplamente dominadas. Embora as exportações brasileiras de medicamentos sejam crescentes, o déficit comercial do setor permanece extremamente elevado (cerca de US\$ 1,4 bilhão/ano).

Cabe destacar o crescimento significativo apresentado pelo nicho de medicamentos genéricos no país. As vendas desses medicamentos em unidades aumentaram 30% entre 2003 e 2004 e a participação no mercado evoluiu de 7,8% para 9,3%. Há de se considerar a oportunidade de crescimento desse segmento no Brasil, uma vez que, em países desenvolvidos, os genéricos chegam a responder por cerca de 40% do total de unidades comercializadas. No país, o nicho é explorado por mais de 50 empresas, sendo dominado por empresas nacionais, que respondem por 74% do faturamento.

Em 2005, o BNDES dedicou-se à consolidação e divulgação do Profarma junto a empresas do setor, associações de classe e sindicatos patronais. Além disso, o Banco participou ativamente em fóruns, seminários e feiras. Fruto desse trabalho, a carteira de operações mais do que dobrou em valor durante 2005; para 2006, a perspectiva é de substancial aumento na contratação e liberação de recursos pelo Banco.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES

BIOSINTÉTICA – Investimento de R\$ 31 milhões e financiamento do BNDES de R\$ 24 milhões, em São Paulo, visando à aquisição de equipamentos para a produção de sólidos e de oftalmológicos e para atividades de pesquisa e desenvolvimento de genéricos, novas associações de produtos e outros.

NATURA – Investimento de R\$ 33 milhões e financiamento do BNDES de R\$ 15 milhões, em São Paulo, para a instalação de novo armazém vertical.

CRISTÁLIA – Investimento de R\$ 101 milhões e financiamento do BNDES de R\$ 13 milhões, em São Paulo, para a ampliação da capacidade de produção da linha de comprimidos e de pomadas.

EUROFARMA – Investimento de R\$ 152 milhões e financiamento do BNDES de R\$ 35 milhões, em São Paulo, para a implantação de parque industrial farmacêutico, dentro das normas locais e internacionais de produção.

NORTEC – Investimento de R\$ 7 milhões e financiamento do BNDES de R\$ 6 milhões para o desenvolvimento de processos para a produção de princípios ativos.

LIBBS – Investimento de R\$ 48 milhões e financiamento do BNDES de R\$ 16 milhões, em São Paulo, para a instalação de parque fabril.

Setor de Bens de Capital

PANORAMA SETORIAL

Em 2005, o setor cresceu 19%, com faturamento de R\$ 56,2 bilhões, segundo estimativa da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). O setor de bens de capital é prioritário na política industrial do governo federal e é objeto de especial atenção do BNDES. Além de utilizar suas linhas de crédito tradicionais, o Banco procura atuar com programas específicos, como o Modermaq (desembolsos da ordem de R\$ 1,7 bilhão em 2005) e o Programa de Financiamento a Supridores Nacionais de Equipamentos, Materiais e Serviços Vinculados, que financia capital de giro para empresas contratadas em regime *turn key* e que entregam a seus clientes solução completa.

As exportações brasileiras de máquinas e equipamentos têm mantido curva ascendente no decorrer dos últimos anos, reduzindo-se a vulnerabilidade do setor às possíveis oscilações do mercado interno. Em 2005, as vendas externas representaram aproximadamente 40% das vendas totais, de acordo com a Abimaq, contribuindo para um melhor equilíbrio na balança comercial da indústria de bens de capital.

O setor é caracterizado por grande heterogeneidade de produtos e diferentes perfis de empresas, havendo desde firmas familiares, de pequeno e médio portes, até divisões especializadas de grandes grupos empresariais. Em alguns segmentos, entre os quais os de equipamentos elétricos e agrícolas, o mercado é concentrado em reduzido número de grandes empresas, enquanto em outros, como máquinas-ferramenta, existe ampla concorrência.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES

WEG – Com financiamento do BNDES no valor de R\$ 276 milhões, a empresa está investindo R\$ 576 milhões em ampliação, modernização e P&D, em Santa Catarina. A WEG vem intensificando sua internacionalização, objetivando elevar as exportações e tornar-se o maior fabricante mundial de motores elétricos de baixa tensão. No mercado interno, a empresa é líder nos segmentos de motores, máquinas elétricas e de produtos de automação. A WEG possui também unidades fabris na Argentina, no México, em Portugal e na China, além de unidades de

O SETOR DE BENS DE CAPITAL É PRIORITÁRIO NA POLÍTICA INDUSTRIAL DO GOVERNO FEDERAL E É OBJETO DE ESPECIAL ATENÇÃO DO BNDES. ALÉM DE UTILIZAR SUAS LINHAS DE CRÉDITO TRADICIONAIS, O BANCO PROCURA ATUAR COM PROGRAMAS ESPECÍFICOS, COMO O MODERMAQ (DESEMBOLSOS DA ORDEM DE R\$ 1,7 BILHÃO EM 2005) E O PROGRAMA DE FINANCIAMENTO A SUPRIDORES NACIONAIS DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E SERVIÇOS VINCULADOS, QUE FINANCIAM CAPITAL DE GIRO PARA EMPRESAS CONTRATADAS EM REGIME *TURN KEY* E QUE ENTREGAM A SEUS CLIENTES SOLUÇÃO COMPLETA.

distribuição e comercialização nos Estados Unidos, na Venezuela, Alemanha, Inglaterra, Bélgica, França, Espanha, Itália, Suécia, Austrália, no Japão, no Chile, na Colômbia e na Índia.

BARDELLA – O BNDES realizou duas operações de financiamento com a empresa, no âmbito do Programa de Financiamento a Supridores Nacionais de Equipamentos, Materiais e Serviços Vinculados, no valor de R\$ 34 milhões. A Bardella atua no setor de bens de capital sob encomenda e possui duas unidades industriais no estado de São Paulo.

KOBLITZ – A BNDESPAR converteu debêntures em ações preferenciais e aportou mais R\$ 7,2 milhões no capital da empresa, que atua no desenvolvimento e na instalação de sistemas de geração e co-geração de energia, principalmente para o setor sucroalcooleiro.

LUPATECH – Produtora de peças industriais voltadas, principalmente, aos setores de petróleo e gás, a Lupatech passou a ter a BNDESPAR como acionista, por meio de conversão de debêntures. Vale ressaltar que a empresa está em processo avançado de abertura de capital no Novo Mercado da Bovespa.

Setor Automobilístico

PANORAMA SETORIAL

Conforme estimativa da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotivos), o setor bateu, em 2005, o segundo recorde consecutivo de produção, com 2,44 milhões de veículos fabricados, entre automóveis de passeio, comerciais leves, caminhões e ônibus. O crescimento deveu-se tanto ao aquecimento das vendas internas quanto ao aumento das exportações.

Ainda segundo a Anfavea, as exportações cresceram 7,63% em 2005, consolidando o setor como um dos principais exportadores do país, com vendas externas estimadas em cerca de US\$ 15 bilhões e superávit comercial da ordem de R\$ 8 bilhões.

Merece atenção o processo de descentralização geográfica por que passa o setor. Se, no passado, a quase totalidade das montadoras situava-se na região do ABC paulista, atualmente, a fabricação de veículos automotores se estendeu por diversas regiões do país. Dentre as novas localizações, destacam-se os estados da Bahia, do Paraná e do Rio Grande do Sul.

O aumento das vendas internas de automóveis pode ser explicado pela recuperação da massa salarial e pelo lançamento dos veículos *flex*, que

possibilitam o abastecimento com álcool ou gasolina. A tecnologia *flex*, desenvolvida no Brasil, vem despertando o interesse de diversos países.

A competição no mercado interno permanece bastante acirrada. A cadeia produtiva de partes e peças conta com cerca de 500 empresas, com diversos portes e com níveis de atualização tecnológica.

Com relação às vendas de caminhões e ônibus, o ano foi positivo devido à ampliação das exportações, já que o mercado interno apresentou pequena retração.

O BNDES teve papel fundamental no ciclo de investimentos do setor automotivo durante a segunda metade da década de 90, financiando a implantação de novas unidades e contribuindo para a desconcentração geográfica do setor. Após o excepcional ano de 1997, a indústria defrontou-se com queda e estagnação das vendas no mercado interno. Para enfrentar o problema, com a efetiva contribuição do BNDES, por meio da Linha BNDES-*Exim*, a indústria investiu no aumento das exportações e na atualização tecnológica, financiando-se com as tradicionais linhas de crédito do Banco.

O foco dos investimentos financiados pelo BNDES tem sido em pesquisa e desenvolvimento. A engenharia automotiva brasileira vem se destacando internacionalmente em projetos de veículos econômicos e de baixo custo. Hoje, é possível o desenvolvimento completo de veículos no país. Além disso, algumas empresas já começaram a terceirizar o desenvolvimento tecnológico para o Brasil. A medida aprovada pelo BNDES visando aumentar para 100% sua participação no financiamento a investimentos em engenharia nacional e em pesquisa e desenvolvimento foi de grande importância para a viabilização de investimentos em tecnologia.

No subsetor de veículos de carga, o BNDES lançou, em 2005, o Programa BNDES Caminhões, em substituição ao Modercarga. Além da ampliação dos prazos e da redução dos encargos cobrados, o programa procurou atender ao caminhoneiro autônomo, com a possibilidade de financiamento de caminhões usados.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES

FIAT – O BNDES aprovou financiamento de R\$ 180 milhões para investimento da empresa de R\$ 451 milhões, visando ao desenvolvimento do veículo Idea e à modernização da unidade industrial de Betim (MG). Parte do financiamento, no valor de R\$ 500 mil, refere-se a um programa da empresa que promove a inclusão social de jovens em situação de risco.

CONTINENTAL – O Grupo Continental, quarto maior produtor mundial de pneus, está construindo sua primeira unidade industrial no Brasil, em Camaçari (BA), sendo o

investimento de R\$ 690 milhões, com financiamento do BNDES de R\$ 110 milhões. A produção será voltada principalmente para exportação, tendo como foco os países do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), em especial os Estados Unidos. Quando em plena capacidade, o projeto irá ampliar em cerca de 10% a produção total brasileira de pneus.

RENAULT – Com financiamento de R\$ 156 milhões pelo BNDES, a Renault investe R\$ 243 milhões em projetos para a produção de novo modelo de veículo e para a expansão e adequação da fábrica, na unidade de São José dos Pinhais (PR).

BOSCH – Em Curitiba (PR), a Bosch está investindo R\$ 381 milhões na implantação da linha de produção de injetores para motores diesel, com financiamento de R\$ 98 milhões do BNDES. Os injetores são produto de ponta, até agora somente produzidos na Alemanha, nos Estados Unidos e no Japão. Mais da metade da produção nacional será destinada ao mercado externo. As plantas brasileiras da Bosch são altamente competitivas nas linhas de produtos mecânicos e eletromecânicos, com elevado grau de nacionalização.

VOLKSWAGEN – Em 2005, foram implementados projetos da Volkswagen Caminhões para o desenvolvimento e a montagem de uma nova geração de caminhões, com novo conceito de cabine e motorização eletrônica, e para o aumento da capacidade de produção da unidade industrial em Resende (RJ). Todo o projeto foi desenvolvido pelo centro de tecnologia da empresa. O investimento total é de R\$ 908 milhões no período de 2003 a 2007 e o índice de nacionalização do produto final será de aproximadamente 95%. O financiamento do BNDES supre cerca de 33% dos recursos necessários à implantação do projeto, ou seja, R\$ 300 milhões. O novo caminhão foi apresentado ao mercado em outubro de 2005 e começará a ser comercializado a partir de 2006.

Complexo Eletrônico

PANORAMA SETORIAL

O complexo eletrônico compreende diversos segmentos com base técnica comum. Os segmentos mais significativos, qualificados por sua importância econômica, são os de bens de consumo eletrônicos, de equipamentos de informática e de equipamentos de telecomunicações e respectivos componentes. A importância do complexo eletrônico extrapola seus limites, uma vez que a eletrônica está presente em quase todas as atividades humanas.

Em nível mundial, durante a década de 80 e início da década de 90, o setor eletrônico passou a ser o principal exportador das economias de industrialização

recente, como se observa no Leste Asiático, na Índia e na China. Num futuro próximo, países que não ingressarem na chamada “economia do conhecimento” perderão espaço relativo nas correntes de comércio.

A indústria eletrônica é um setor de rápido crescimento no qual as divisões de tarefas através das fronteiras nacionais são possíveis tecnologicamente e vantajosas para as empresas transnacionais.

No Brasil, a existência de uma indústria de bens de informática e de equipamentos de telecomunicações está vinculada à Lei de Informática. Em contrapartida aos incentivos, as empresas devem investir um percentual de sua receita bruta em P&D. Com produção voltada principalmente para o mercado interno, a indústria de bens eletrônicos de consumo implantada no país está concentrada na Zona Franca de Manaus, onde goza de benefícios fiscais.

O complexo eletrônico caracteriza-se, no Brasil, pela geração sistemática de grandes déficits comerciais, superiores a US\$ 3 bilhões anuais na última década, devido, principalmente, à quase inexistência de fabricação interna de componentes eletrônicos. Esse déficit, portanto, é decorrente da importação de equipamentos, de partes e peças de equipamentos e de componentes. Em 2005, o déficit na balança comercial do complexo eletrônico foi de cerca de US\$ 6,4 bilhões, mesmo patamar de 2004 e superior aos US\$ 3,5 bilhões registrados em 2003.

No complexo eletrônico, os segmentos de *software* e de semicondutores foram eleitos como alvo principal da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. Em conformidade com essa política, o BNDES instituiu o novo Prosoft (Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos), por meio do qual se concretizaram as principais operações voltadas à indústria de *software*.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES

MICROSIGA SOFTWARE – Projeto de investimento no valor de R\$ 77 milhões e subscrição de ações no valor de R\$ 40 milhões pela BNDESPAR. A Microsiga é líder no mercado de *software* de gestão empresarial para empresas de pequeno e médio portes. O projeto apoiado pelo Banco refere-se a investimentos em P&D, treinamento e qualidade, *marketing* e comercialização e à reestruturação societária da Microsiga, englobando a aquisição de empresa.

ORBISAT DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E AEROLEVANTAMENTO – Projeto de investimento de R\$ 9,9 milhões, sendo R\$ 2,4 milhões em financiamento do BNDES e em subscrição de ações, no valor de R\$ 5,9 milhões, pela BNDESPAR. Trata-se de empresa brasileira que, além de produzir decodificadores e receptores de TV, vem desenvolvendo tecnologia nacional diferenciada relacionada a serviços de imageamento. O projeto contempla investimentos em P&D, atualização e

fabricação de sistemas de imageamento por radar aerotransportado e outros itens. Os investimentos serão realizados nas instalações industriais da empresa em Campinas (SP) e em Manaus (AM).

Ci&T SOFTWARE – Projeto de R\$ 7,1 milhões, com financiamento de R\$ 3 milhões do BNDES e subscrição de ações no valor de R\$ 3 milhões pela BNDESPAR, para investimentos em infra-estrutura, treinamento e qualidade, P&D, *marketing* e comercialização, além da abertura de nova fábrica de *software* no país e de um escritório nos Estados Unidos. O empreendimento permitirá o aumento das exportações brasileiras de serviços de tecnologia da informação.

TIM CELULAR – Financiamento de R\$ 48 milhões pelo BNDES para a implementação de unidade de prestação de serviços de tecnologia da informação em Santo André (SP), com centro de processamento de dados, central de atendimento a clientes, central de documentação, área de gestão de rede e pólo de desenvolvimento de *software*.

SENIOR SOLUTION – Projeto de R\$ 5,9 milhões, com financiamento de R\$ 1,1 milhão do BNDES e R\$ 1,8 milhão da BNDESPAR, para o desenvolvimento de *softwares* para o setor bancário e a tesouraria de grandes empresas.

ALTUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA – Investimento de R\$ 7 milhões, dos quais R\$ 6 milhões em financiamento do BNDES, para o desenvolvimento de aplicativos e biblioteca de componentes, de modo a aumentar a participação da empresa no mercado de controladores programáveis.

PROMON – Investimento de R\$ 17 milhões, com financiamento de R\$ 10 milhões do BNDES, para projeto de desenvolvimento de novos processos e metodologias de trabalho, capacitação das equipes nos processos e documentos desenvolvidos, implantação e atualização de ferramentas de automatização e certificações para a Promon e seus profissionais, de modo a aumentar a competitividade da empresa.

Setor Têxtil

PANORAMA SETORIAL

Em 2005, o complexo têxtil exportou cerca de US\$ 2,2 bilhões, com faturamento em torno de R\$ 11 bilhões, 4% a mais que o alcançado em 2004. A produção física da indústria têxtil atingiu no ano aproximadamente 3,6 bilhões de toneladas de tecidos

e confeccionados. O setor emprega diretamente 1,6 milhão de trabalhadores e foi responsável, em 2005, pela geração de 40 mil novos postos formais de trabalhos diretos.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES

RADICIFIBRAS – Investimento de R\$ 40 milhões, com financiamento do BNDES de R\$ 16 milhões, para a expansão da capacidade de produção de fibra acrílica para 37 mil toneladas ao ano, na unidade industrial localizada em São José dos Campos (SP).

SANTA CONSTÂNCIA – Financiamento de R\$ 13 milhões para capital de giro.

TECELAGEM SÃO CARLOS – Investimento de R\$ 26 milhões, com financiamento do BNDES de R\$ 13 milhões, para projeto de expansão da capacidade de produção de toalhas de algodão, na unidade industrial de São Carlos (SP).

Setor de Calçados

PANORAMA SETORIAL

O parque calçadista brasileiro é composto por mais de 7,2 mil empresas, em sua maioria, pequenas e médias, com capacidade de produção de aproximadamente 800 milhões de pares por ano, dos quais 189 milhões para exportação. O setor emprega cerca de 280 mil trabalhadores, concentrados principalmente em grandes pólos, localizados nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES

CALÇADOS BEIRA RIO – Financiamento de R\$ 18 milhões para capital de giro.

VULCABRÁS – Financiamento do BNDES de R\$ 5,7 milhões, para expansão da capacidade e para desenvolvimento e adequação de *software*.

TÊXTIL MATEC – Financiamento de R\$ 11 milhões para capital de giro.

Setor de Revestimentos Cerâmicos

PANORAMA SETORIAL

Com faturamento de cerca de R\$ 4,5 bilhões em 2005, sendo R\$ 1,2 bilhão provenientes de exportações, a indústria de revestimento cerâmico é constituída por 94 empresas, com capacidade instalada para produzir 622 milhões de metros quadrados de revestimentos cerâmicos.

O principal projeto apoiado pelo BNDES no setor foi o da indústria Eliane, com financiamento para capital de giro em um investimento total de R\$ 23 milhões.

Setor de Bebidas

PANORAMA SETORIAL

A indústria de bebidas dispõe de capacidade instalada de 8,5 bilhões de litros de cerveja, 12,2 bilhões de litros de refrigerantes e 5,5 bilhões de litros de água envasada. O Brasil ocupa a quinta posição entre os maiores fabricantes mundiais de cerveja e é o terceiro maior produtor mundial de refrigerantes.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES

AMBEV – Investimento total de R\$ 648 milhões, com financiamento do BNDES de R\$ 209 milhões, para a aquisição de ativos industriais de giro, adequação das plantas fabris e expansão dos centros de distribuição próprios, além de investimentos em modernização e desenvolvimento e implantação dos sistemas de informação.

SCHINCARIOL – Investimento total de R\$ 438 milhões e financiamento do BNDES de R\$ 97 milhões para a implantação de duas unidades industriais em Igrejinha (RS) e Benevides (PA). O BNDES apoiou, ainda, a empresa com financiamento de R\$ 80 milhões, no âmbito do Progeren, para um investimento total de R\$ 100 milhões.

VONPAR – Investimento total de R\$ 50 milhões, com financiamento do BNDES de R\$ 28 milhões, para ampliação e modernização das instalações industriais, para estocagem e logística do segmento de refrigerantes e para ampliação da capacidade de distribuição dos demais produtos, nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Setor de Turismo

PANORAMA SETORIAL

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), esse segmento representa a maior atividade do comércio internacional, empregando milhões de pessoas e abrangendo cerca de 56 ramos da economia. Segundo informações do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), o turismo se configura como uma atividade que gera anualmente US\$ 4 trilhões e aproximadamente 280 milhões de empregos em todo o mundo.

À exceção das grandes cadeias de hotéis, das redes internacionais de *fast food* e das locadoras de automóveis, verifica-se no setor de turismo significativa predominância de micro e pequenas empresas, principalmente nas atividades de gastronomia, hospedagem, agenciamento de viagens, consultoria turística e transportes.

Segundo a Embratur, as divisas internacionais geradas pelo turismo no Brasil atingiram o patamar de US\$ 4 bilhões em 2005, com 25% de crescimento na comparação com o ano anterior. Apesar disso, o saldo comercial da conta turismo é negativo.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES

ESTAÇÃO CONVENTION CENTER (ECC) – Empreendimento do Grupo O Boticário, obteve financiamento de R\$ 43 milhões do BNDES, sendo de R\$ 73 milhões o investimento total. Implantado em Curitiba (PR), o ECC tem capacidade para 5 mil pessoas e possibilita a realização de vários eventos simultaneamente. O financiamento aprovado também se destina à aplicação em ação social do ECC, em parceria com o Instituto Compartilhar e a Prefeitura de Curitiba, visando atender em torno de 250 crianças de comunidade carente, através do projeto Esporte em Ação, incluindo acompanhamento e reforço escolar.

SOFITEL JEQUITIMAR RESORT – Empreendimento do Grupo Sílvio Santos, o projeto obteve financiamento de R\$ 40 milhões do BNDES, para um investimento total de R\$ 89 milhões. O hotel funcionará no Guarujá (SP), a 82 quilômetros da região metropolitana de São Paulo, e será administrado pela Accor, empresa hoteleira internacional que opera cerca de 4 mil empreendimentos em todo o mundo e está presente em cerca de 50 países. Além do complexo hoteleiro, a iniciativa compreende realizações nas áreas social e ambiental, com cursos profissionalizantes para jovens carentes da região e ações para a preservação e recuperação da flora e fauna nativas, implantando também um sistema de reutilização de água.

Shopping Centers

PANORAMA SETORIAL

Os *shopping centers* brasileiros apresentam nível de qualidade que se equipara ao dos países desenvolvidos. O Brasil é o décimo país do mundo em quantidade de *shoppings* construídos, segundo a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce). O número de unidades tem dobrado a cada cinco anos, atingindo cerca de 260 *shoppings* em 2005, dos quais 49% no interior do país. O setor é responsável pela geração de aproximadamente 480 mil empregos diretos formais.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES

FLORIPA SHOPPING – O BNDES aprovou financiamento de R\$ 36 milhões para a implantação do projeto, com investimento total de R\$ 73 milhões. O *shopping center* será localizado em Florianópolis (SC) e terá 183 lojas. O projeto inclui a recuperação de áreas degradadas e da mata ciliar, educação ambiental, construção e aparelhamento do laboratório de monitoramento da qualidade da água e construção do futuro Centro de Cidadania Ambiental. Prevê ainda a qualificação de trabalhadores da comunidade local, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

SHOPPING LEBLON – O BNDES aprovou financiamento de R\$ 60 milhões para a construção de *shopping* na Zona Sul do Rio de Janeiro, com investimento total de cerca de R\$ 115 milhões. O projeto integrará um complexo imobiliário com edifício de escritórios, centro cultural e teatro. O local de sua implantação é vizinho a um conjunto habitacional de população carente. Os empreendedores estão comprometidos com intervenções voltadas para melhorar a qualidade de vida desses moradores, como reformas e obras civis nos edifícios do conjunto habitacional e na escola municipal do bairro.

Setor Editorial e Livreiro

PANORAMA SETORIAL

Segundo a Câmara Brasileira do Livro (CBL), foram comercializados cerca de 345 milhões de livros no país em 2005, com crescimento de 20% na comparação com o ano anterior. Os segmentos de literatura (obras gerais), religião e auto-ajuda foram os que mais se destacaram.

Ainda segundo a CBL, vários fatores contribuíram para esse crescimento, dentre os quais a desoneração do PIS-Cofins para livros, a criação do ProLivro do BNDES (Programa de Financiamento à Cadeia Produtiva do Livro) e o lançamento do Cartão de Crédito BNDES para a compra de papel, insumo básico do segmento.

Em 2006, as editoras brasileiras prevêem crescer também cerca de 20%, segundo projeções da Associação Nacional das Editoras de Publicações (Anatec). Ainda assim, destaca-se a necessidade de maior incremento no consumo de livros *per capita* no Brasil, que registra índice muito baixo, inferior a dois livros por habitante/ano.

PRINCIPAL OPERAÇÃO

SARAIVA – O BNDES aprovou financiamento de R\$ 32 milhões para a Saraiva S.A. Livreiros e Editores, destinados à execução do plano de investimentos da editora para o período de 2005 a 2007. Os recursos serão aplicados no plano editorial e em sistemas de informação, com investimento total de R\$ 73 milhões. Com o financiamento, o Banco fortalecerá a empresa nacional que é líder no segmento de livros jurídicos e que está bem posicionada no mercado de livros didáticos.

Setor de Varejo

PRINCIPAL OPERAÇÃO

GRUPO DPASCHOAL – Em 2005, o BNDES aprovou financiamento de R\$ 64 milhões para um investimento total de R\$ 108 milhões. O grupo é líder no mercado nacional de revenda de pneus, contando com 200 lojas, situadas em 113 cidades nas regiões Sul e Sudeste.

O projeto aprovado pelo BNDES consiste na instalação de lojas, *truck centers*, para atendimento a caminhões, e construção de seis centros de distribuição, entre outros investimentos.

**TECNOLOGIA E INOVAÇÃO:
PRIORIDADE MÁXIMA NAS NOVAS
POLÍTICAS OPERACIONAIS**





TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: PRIORIDADE MÁXIMA NAS NOVAS POLÍTICAS OPERACIONAIS

Para a manutenção do novo ciclo de desenvolvimento sustentado que se inicia, o incentivo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico nas empresas brasileiras é fundamental.

As empresas empreenderam, primeiramente, esforços vigorosos para galgar patamares de eficiência produtiva mais elevados e, só mais recentemente, esses esforços ganharam uma dimensão tecnológica e contornos mais inovadores. Os avanços são consideráveis, mas ainda insuficientes para o tamanho dos desafios.

A nova missão do BNDES não se limita, por conseguinte, ao estímulo à formação de capacidade nos setores consolidados, bem como em alguns novos setores. Trata-se de apoiar e acelerar a adoção de condutas empresariais criativas que permitam às empresas elevar sua produtividade, conquistar novos espaços e, em consequência, melhorar a remuneração de seus empregados e o retorno do seu capital.

Dentro desse novo contexto, o BNDES aprovou a revisão de suas Políticas Operacionais em dezembro de 2005, com destaque para a prioridade máxima concedida à introdução de inovações no processo produtivo brasileiro. Isso significa, ao mesmo tempo, a intensificação do apoio do Banco à nova Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior e o reconhecimento de que a luta por mercados por parte das empresas depende hoje, crescentemente, da capacidade de reduzir custos e de lançar novos produtos.

O apoio à inovação está representado de duas formas:

- A geração de inovação propriamente dita – que engloba o processo de desenvolvimento de novas máquinas, equipamentos e insumos – é considerada uma atividade a ser privilegiada, com taxa fixa de juros de 6% a.a. Dessa forma, fica equiparada à taxa praticada no Profarma e se aplica unicamente ao financiamento de gastos no processo de inovação. A essa taxa fixa, como às demais, aplicam-se as respectivas taxas de risco.
- Os investimentos destinados a reproduzir em instalações ou plantas as inovações já desenvolvidas encontram-se contemplados no item “Inovação

O BNDES APROVOU
A REVISÃO DE SUAS
POLÍTICAS OPERACIONAIS
EM DEZEMBRO DE 2005,
COM DESTAQUE PARA A
PRIORIDADE MÁXIMA
CONCEDIDA À INTRODUÇÃO
DE INOVAÇÕES NO PROCESSO
PRODUTIVO BRASILEIRO.

– Financiamento à Produção". Para esse objetivo, é prevista taxa zero de *spread* básico, o que implica dizer que sobre o financiamento incide apenas a TJLP, acrescida (como em todos os demais casos) da taxa de risco.

Além dessa medida mais recente, o BNDES vem adotando uma série de providências para fomentar o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas no Brasil. As principais iniciativas são a criação de programas de financiamentos, como o novo Prosoft e o Profarma, a aplicação de recursos em fundos de empresas emergentes de base tecnológica, o uso de instrumentos de renda variável para apoiar empresas de base tecnológica e o apoio ao Prominp (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural), do Ministério de Minas e Energia. O Prominp tem por objetivo desenvolver os fornecedores da indústria de petróleo nacional e aumentar sua capacitação tecnológica.

Além disso, em 2005 foi criada no Banco a Área de Mercado de Capitais, com um departamento específico – o Departamento de Inovação em Pequenas e Médias Empresas e Fundos de Investimento (DEIN) – para apoiar, através de mecanismos de renda variável (ações, debêntures conversíveis, participação em fundos etc.), a inovação em pequenas e médias empresas. Esse departamento alia-se a dois outros na área de indústria específicos para o apoio ao setor de *software* e semicondutores (DEIEL) e ao setor de fármacos (DEFARMA).

Principais Operações

NOVO PROSOFT-EMPRESA

O BNDES, com o novo Prosoft-Empresa (na modalidade de financiamento) visa contribuir para o desenvolvimento da indústria de *software* e serviços correlatos, destacando-se as seguintes operações:

TIM CELULAR S.A – Implementação de uma unidade de prestação de serviços de tecnologia da informação em Santo André (SP). O projeto visa consolidar atividades realizadas em diferentes unidades da empresa pelo Brasil. A unidade de Santo André irá abrigar um centro de processamento de dados (*data center*), uma central de atendimento a clientes (*call center*), uma central de documentação, um centro de segurança corporativa, uma área de gestão de rede e um pólo de desenvolvimento de *software*. O valor do financiamento do BNDES é de R\$ 48 milhões.

Após a implantação do projeto, a empresa passará a ser detentora do maior *call center* no Brasil. O investimento em um grande *call center* próprio visa aprimorar a qualidade do serviço prestado ao cliente, vinculada fortemente à capacitação dos recursos humanos empregados.

A TIM pretende estabelecer parceria com universidades locais e com a Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC paulista, visando à operacionalização de uma incubadora local. Além de auxiliar na promoção da revitalização da região, a implantação do pólo poderá estimular arranjos produtivos na área de tecnologia da informação, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico da região.

ALTUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA S.A – A Altus, que atualmente trabalha na plataforma tecnológica alemã Profibus, utilizada pela Siemens, passará a trabalhar também na plataforma tecnológica norte-americana Devicenet, que é utilizada pela Rockwell. Essas plataformas são abertas e não-proprietárias. O desafio da Altus é criar seus aplicativos e desenvolver uma biblioteca de componentes em Devicenet. Com o projeto, a empresa deve aumentar sua participação no mercado de controladores programáveis de 10% para 20%. O valor da participação do BNDES é de R\$ 6 milhões, através de financiamento.

Outras Operações

O BNDES fomentou o desenvolvimento tecnológico e a inovação apoiando as seguintes operações no âmbito do Finem (Financiamento a Empreendimentos):

PROMON S.A. – A operação da Promon S.A., localizada em São Paulo (SP), visa unificar, coordenar e implementar procedimentos com o objetivo de atingir padrões internacionais de excelência nos processos operacionais da empresa. Com isso, a Promon estará apta a fazer frente às novas modalidades de atuação no mercado brasileiro de engenharia e tecnologia, retomar sua participação e possibilitar a atuação na criação e gestão de ecossistemas de fornecedores, parceiros e clientes, cada vez mais complexos. O projeto tem por objetivo a gestão do conhecimento e o aumento da competitividade. Para tanto, foram previstos investimentos, principalmente, em desenvolvimento de novos processos e metodologias de trabalho, capacitação das equipes nos processos e documentos desenvolvidos, implantação ou atualização de ferramentas de automatização e certificações para a empresa e seus profissionais. O financiamento do BNDES ao projeto é de R\$ 10 milhões.

Para a cadeia automotiva, o BNDES tem financiado a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos, contribuindo com o desenvolvimento tecnológico nacional. A engenharia automotiva brasileira vem se destacando no panorama internacional pela sua experiência acumulada, especialização em projetos de veículos econômicos e com baixo custo de mão-de-obra. As quatro montadoras presentes no país há mais tempo construíram ou expandiram seus centros de tecnologia internos nos últimos anos. O índice de nacionalização de grande parte dos veículos chega a 95%.

O atual estado da arte desses centros permite o desenvolvimento completo de veículos no Brasil. Além disso, algumas empresas já começaram a terceirizar o desenvolvimento tecnológico para o país, utilizando a engenharia brasileira no desenvolvimento de produtos a serem fabricados em outras subsidiárias.

De grande importância para viabilizar os necessários gastos em tecnologia foi a medida aprovada pelo BNDES que aumentou a participação do financiamento a investimentos em engenharia nacional, pesquisa e desenvolvimento de 70% para 100%.

O BNDES apóia a inovação na indústria automobilística, com destaque para as seguintes operações:

FIAT AUTOMÓVEIS S.A. (IDEA) – Foi aprovado financiamento no valor de R\$ 180 milhões para o projeto de desenvolvimento do veículo Idea, produzido pela Fiat Automóveis S.A., bem como para o aprimoramento e a modernização da unidade industrial de Betim (MG). Parte do financiamento, no valor de R\$ 500 mil, refere-se a um projeto que promove a inclusão social de jovens em situação de risco.

A produção desse veículo demanda investimentos em quase todas as etapas de fabricação, mas os mais significativos são em P&D, estampagem, funilaria e montagem. Em relação às instalações da fábrica, o projeto envolve adaptações de *layout* e das centrais de transformação e distribuição de energia e ar comprimido, além da implantação de novos equipamentos e relocação de outros existentes. O Idea brasileiro tem características muito semelhantes ao que já é feito na Itália, mas a Fiat realizou mudanças para adequá-lo ao mercado nacional e aos processos de fabricação de outros modelos produzidos no Brasil.

Nos últimos anos, o segmento dos carros monovolumes é o que tem apresentado maior crescimento no mercado brasileiro, passando de pouco mais de 2% dos carros comercializados, em 2000, para 9%, em 2004. A entrada da Fiat nesse segmento projeta aumento de sua lucratividade e a manutenção de seu volume de empregos, além de ter reflexos positivos para as empresas que fazem parte de sua cadeia produtiva. O Grupo Fiat controla um dos maiores conglomerados industriais do Brasil, empregando diretamente cerca de 21 mil pessoas e gerando exportações da ordem de US\$ 900 milhões.

RENAULT DO BRASIL S.A. – O projeto consiste na produção de novo modelo de veículo, denominado Novo Mégane Sedan, modificações nos modelos Clio e Scénic, bem como na expansão e adequação da fábrica de motores, na unidade de São José dos Pinhais (PR).

O valor do financiamento do BNDES para essa operação é de R\$ 156 milhões.

A estratégia da Renault é oferecer uma linha de produtos que inclua todos os segmentos, abrangendo desde os veículos de luxo até os populares, que representam cerca de 65% do mercado brasileiro. Os veículos populares proporcionam volume de produção e ganhos de escala, enquanto os de maior preço propiciam margens mais altas.

Profarma

O BNDES estimula a realização de pesquisa, desenvolvimento e ou inovação na indústria farmacêutica através do Profarma, com destaque para as seguintes operações:

BIOSINTÉTICA – Aquisição de equipamentos utilizados na unidade industrial da beneficiária, localizada em São Paulo (SP), e apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento de novos genéricos, de novas associações de produtos em combinação fixa, de novos produtos dermatológicos, de medicamentos fitoterápicos e de um sistema carreador. O valor do financiamento do BNDES para essa operação é de R\$ 24 milhões.

NATURA – Instalação de um novo armazém vertical em seu parque fabril, localizado em Cajamar (SP). O BNDES participa dessa operação com um financiamento de R\$ 15 milhões.

CRISTÁLIA – Ampliação da capacidade de produção, mediante a implantação de uma nova unidade no terreno onde está erguido o parque fabril da empresa, em Itapira (SP). A linha de comprimidos terá sua produção mensal triplicada, enquanto a capacidade mensal da linha de pomadas será duplicada. O valor do financiamento do BNDES para essa operação é de R\$ 13 milhões.

EUROFARMA – Implantação de um parque industrial farmacêutico em Itapevi (SP), com capacidade produtiva de 1,05 milhão de unidades/hora de medicamentos e 35.300 unidades/hora de ampolas e frascos de vidro, dentro das normas locais e internacionais de produção. O financiamento do BNDES é de R\$ 35 milhões.

NORTEC QUÍMICA – Desenvolvimento de processos para a produção de princípios ativos farmacêuticos, no período compreendido entre 2004 e 2006. O valor do financiamento do BNDES para essa operação é de R\$ 6 milhões.

LIBBS – Instalação de um novo parque fabril em Embu (SP), com capacidade produtiva de 53,6 milhões de caixas de medicamentos e onde já se localizam a planta química e o centro de pesquisas e desenvolvimento. O BNDES financiará o projeto com R\$ 16 milhões.

Renda Variável

O BNDES apóia a criação de inovação nas empresas por meio do uso de instrumentos de renda variável, com destaque para as seguintes operações:

MICROSIGA SOFTWARE – Subscrição de ações totalizando R\$ 40 milhões. A Microsiga atua no segmento de *software* de gestão empresarial (ERP), para atender a empresas de pequeno e médio portes. O projeto apoiado refere-se a investimentos em pesquisa e desenvolvimento, treinamento e qualidade, *marketing* e comercialização e à reestruturação societária da empresa. Com isso, ela aumentou significativamente suas possibilidades de abertura de capital no Novo Mercado da Bovespa.

ORBISAT DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E AEROLEVANTAMENTO – Subscrição de ações no valor de R\$ 5,9 milhões. O apoio do BNDES envolveu também um financiamento de R\$ 2,4 milhões. A empresa, produtora de decodificadores e receptores para TVs, abriu nova linha de produtos na área de mapeamento de alta resolução, com a utilização de radares aerotransportados. O projeto contempla investimentos em pesquisa e desenvolvimento, atualização e fabricação de sistemas de imageamento por radar aerotransportado, aquisição da infra-estrutura necessária para a respectiva prestação de serviços e reforço do capital de giro das atividades fabris da empresa.

Ci&T SOFTWARE – Subscrição de ações no valor de R\$ 3 milhões, além de financiamento de R\$ 3 milhões, totalizando um apoio financeiro de R\$ 6 milhões. A empresa atua no segmento de serviços de tecnologia da informação, com foco no desenvolvimento de projetos de solução de *software* e na gestão de aplicações de terceiros (*outsourcing*). A operação apoiada tem como objetivos investimentos em infra-estrutura, treinamento e qualidade, pesquisa e desenvolvimento, *marketing* e comercialização, e permitirá o aumento das exportações brasileiras de serviços de tecnologia da informação.

SENIOR SOLUTION – Subscrição de ações totalizando R\$ 1,8 milhão, juntamente com financiamento no valor de R\$ 1,1 milhão. Vale ressaltar que a operação contou ainda com o co-investimento do Fundo Stratus VC. A Senior atua no segmento de *software* com um produto direcionado às tesourarias de instituições financeiras e de grandes empresas. O projeto visa complementar a família de produtos que compõem o Senior Banking Solution (SBS), sistema que utiliza tecnologia na plataforma NET. Será composto por um conjunto de módulos dos quais quatro já estão prontos e seis novos módulos serão desenvolvidos no âmbito desse projeto.

LUPATECH – Conversão da totalidade das debêntures da primeira, segunda e terceira séries de emissão da empresa detidas pelo BNDESPAR em ações preferenciais. A Lupatech é uma empresa produtora de peças industriais complexas e de grande exigência dimensional, pelos processos de fundição de precisão e injeção de aço e cerâmica, e de válvulas e equipamentos para automação, movimentação e controle de fluidos, principalmente para os setores de petróleo e gás. Vale ressaltar que a empresa está em processo avançado de abertura de capital no Novo Mercado da Bovespa.

**MERCADO DE CAPITAIS:
INCENTIVO AO PEQUENO INVESTIDOR**





MERCADO DE CAPITALIS: INCENTIVO AO PEQUENO INVESTIDOR

A Área de Mercado de Capitais (AMC) foi criada em abril de 2005 e começou a operar um mês depois. A sua criação decorreu da necessidade de aprimorar e desenvolver as operações de renda variável do Sistema BNDES, apoiando e enfatizando o pequeno investidor, em consonância com a política industrial do governo federal. Nesse sentido, destaca-se a formação do Departamento de Inovação em Pequenas e Médias Empresas e Fundos de Investimento (DEIN).

A Área possui cinco departamentos: (i) Departamento de Investimento (DEINV); (ii) Departamento de Acompanhamento e Gestão da Carteira (DEPAC); (iii) Departamento de Inovação em Pequenas e Médias Empresas e Fundos de Investimento (DEIN); (iv) Departamento de Mercado de Capitais (DEMEC); e (v) Departamento Jurídico de Mercado de Capitais (DEJUMC).

Principais Ações

SEGUNDA OFERTA PÚBLICA DE COTAS DO PIBB (PAPÉIS DE ÍNDICE BRASIL BOVESPA)

Em 2004, o BNDES, numa iniciativa pioneira no Brasil, lançou o PIBB – Fundo de Índice Brasil-50 – Brasil Tracker, um fundo de investimento em ações que reflete, com a maior fidelidade possível, o desempenho de um dos principais índices de referência para o mercado de ações brasileiro, o IBrX-50, composto pelas 50 principais ações negociadas na Bovespa pelo valor de mercado.

O objetivo dessa iniciativa foi incentivar o acesso ao investimento em ações negociadas em bolsa de valores por investidores pessoas físicas, difundindo o conhecimento sobre o mercado de ações no Brasil de maneira transparente, eficiente e de baixo custo, uma vez que a taxa de administração desse fundo é de 0,059% a.a., a menor do mercado.

Os PIBBs são admitidos para negociação na Bovespa da mesma forma que qualquer outro valor mobiliário nela negociado. Eles são emitidos exclusivamente sob a forma escritural e as negociações realizadas são compensadas e liquidadas pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Os detentores de PIBBs têm o direito de negociá-los, a qualquer tempo, na Bovespa, nos dias em que haja pregão, como ocorre com qualquer ação, ou efetuar o resgate, observadas, nesse caso, as regras estipuladas no regulamento do PIBB. O investidor pode, ainda, acompanhar a sua *performance* a qualquer momento.

O IBrX-50 engloba atualmente 50 ações, emitidas por 44 diferentes companhias atuantes em oito diferentes setores econômicos. Essas ações representam as 50 mais negociadas na Bovespa, em termos de número de negócios e volume financeiro, ponderadas na carteira teórica do IBrX-50 pelo valor de mercado das ações disponíveis à negociação na Bolsa de Valores de São Paulo. Em 1º de setembro de 2005, as companhias IBrX-50 respondiam por 66,8% da capitalização bursátil total da Bovespa.

Em 2005, dando prosseguimento a essa iniciativa, a BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES, e o Fundo de Participação Social (FPS), com a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. e do Banco Santander Brasil S.A. e o apoio da Bolsa de Valores de São Paulo, realizaram nova oferta pública de cotas do PIBB, que superou amplamente os bons resultados obtidos com o primeiro lançamento, efetuado em 2004. A oferta envolveu os principais bancos de varejo do país e mais de 60 corretoras.

Como estímulo à participação na oferta, os investidores que adquiriram PIBBs nessa etapa obtiveram o direito de vender à BNDESPAR (opção de venda ou *put*), em qualquer dia durante o período compreendido entre o 366º dia seguinte à liquidação da oferta e 29 de dezembro de 2006, os seus PIBBs até o limite máximo de R\$ 50 mil por investidor pelo valor de aquisição na oferta.

Esse novo lançamento compreendeu a venda de cotas do PIBB no volume total de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões, superando em mais de duas vezes a expectativa inicial, anunciada com o valor-base de R\$ 1 bilhão. A demanda total de investidores de varejo (pessoas físicas e jurídicas não-financeiras com investimento de até R\$ 300 mil) alcançou R\$ 2,5 bilhões, obrigando à aplicação do rateio previsto no prospecto de venda, na medida em que R\$ 1,725 bilhão foram destinados a atender a esses investidores. Além disso, 90 investidores institucionais adquiriram cotas do PIBB, perfazendo um investimento total de R\$ 560 milhões.

Esse lançamento foi um marco no mercado de capitais brasileiro, constituindo a maior operação de varejo no Brasil com uso de recursos livres (75% da oferta foram alocados no varejo). Um total de 121.457 pessoas físicas teve acesso ao mercado de ações brasileiro por meio de um só produto, permitindo a aquisição das 50 ações mais negociadas na Bovespa. Incluindo a oferta institucional, foi também a maior operação do ano, com alocação recorde a investidores brasileiros.

Outra atividade da Área de Mercado de Capitais é o acompanhamento e a gestão da carteira de ações e debêntures da BNDESPAR, cujo valor ao fim do exercício de 2005 era de R\$ 47 bilhões. Essa atividade compreende:

A FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO DA CARTEIRA – A Área de Mercado de Capitais concebeu uma nova estratégia de longo prazo para a gestão do portfólio, segmentando as 185 empresas em carteira de modo a propor e atingir metas de curto prazo de rentabilidade e de desinvestimento. Nesse contexto, as metas de rentabilidade assumidas suportaram a redução de *spreads* nas operações de financiamento de todo o Sistema BNDES.

A AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS ATIVOS PARA VENDA – Além da segunda oferta do PIBB, a Área de Mercado de Capitais executou a alienação de 14 participações acionárias, num total de R\$ 503 milhões.

O AUMENTO DE PARTICIPAÇÃO MEDIANTE INVESTIMENTOS ADICIONAIS – Entre as empresas em carteira, foram efetuados novos investimentos no valor de R\$ 1,8 bilhão, sendo a Light, a Brasil Ferrovias, as Centrais Elétricas do Rio Jordão e a NET as maiores beneficiárias, incluindo R\$ 40 milhões no exercício do direito de preferência na subscrição de ações de empresas da carteira. Adicionalmente, debêntures no valor de R\$ 438 milhões foram convertidas ou permutadas em participação acionária. No quarto trimestre de 2005, a Diretoria aprovou também o investimento de R\$ 240 milhões em debêntures conversíveis da Suzano Bahia Sul, com expectativa de desembolso no início de 2006.

O EXERCÍCIO DOS DEMAIS DIREITOS DE ACIONISTA DO BNDES – Compreendeu a representação do BNDES em conselhos de 26 empresas, voto em assembléias e manifestação sobre matérias consignadas em 35 acordos de acionistas, o que incluiu operações importantes, como a fusão da Coteminas com a Springs e a compra da Sidenor pelo Grupo Gerdau.

OPERAÇÕES E PROGRAMAS COM FUNDOS

O BNDES, por intermédio da BNDESPAR, iniciou sua atividade de participação em fundos fechados a partir de 1996. O objetivo, entre outros, era participar em investimentos de capital de risco, em parceria com outros investidores institucionais. Desse modo, o BNDES teve papel relevante na constituição dos primeiros fundos de empresas emergentes no país. Com a própria experiência adquirida nas primeiras iniciativas, os programas do Banco foram evoluindo na sua formatação, na estruturação do regulamento dos fundos, nos critérios de seleção dos administradores e nas parcerias com investidores institucionais.

Em 2005, houve a constituição do novo Programa de Participação em Fundos de Private Equity e de Empresas Emergentes. Foi aprovada a participação da

O LANÇAMENTO DO PIBB
FOI UM MARCO NO MERCADO
DE CAPITAIS BRASILEIRO,
CONSTITUINDO A MAIOR
OPERAÇÃO DE VAREJO
NO BRASIL COM USO DE
RECURSOS LIVRES (75% DA OFERTA
FORAM ALOCADOS NO VAREJO).
UM TOTAL DE 121.457 PESSOAS
FÍSICAS TEVE ACESSO AO MERCADO
DE AÇÕES BRASILEIRO POR MEIO
DE UM SÓ PRODUTO, PERMITINDO
A AQUISIÇÃO DAS 50 AÇÕES
MAIS NEGOCIADAS NA BOVESPA.

BNDESPAR em dois fundos de *private equity* e sete de empresas emergentes até o final de 2006, totalizando um investimento da BNDESPAR de R\$ 260 milhões, que deverão alavancar cerca de R\$ 1 bilhão em recursos de outros investidores.

As atividades na indústria de fundos ocorridas no exercício de 2005 são as seguintes:

- Alienação, pelo Fire (Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes), um fundo de co-gestão, da participação na Autotrac, na totalidade de suas ações, representando cerca de 10% do capital social da empresa. Tal venda, no valor de R\$ 18 milhões, representou um retorno de 34% a.a. desde a entrada da BNDESPAR (anteriormente ao Fundo) na empresa.
- Amortização de cotas, pelo Fire, no montante de R\$ 10 milhões, realizada em setembro de 2005.
- Operação de conversão de debêntures da Metalcraft. Com a conversão, a participação do Fire na empresa passou de 13% para 23%.
- Realização de mais três amortizações do Fundo Brasil 21 (fundo de co-gestão), sendo que até o presente foram realizadas seis amortizações de cotas, totalizando R\$ 20,5 milhões.
- Conclusão da operação da CP Eletrônica S.A. pelo Fundo Brasil 21, através da recompra das ações, proporcionando um retorno de 5,63 vezes o valor do investimento original. Incluindo os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos, o retorno anual foi de aproximadamente 32,5% a.a. acima da variação do IGP-M.

PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO EM FUNCINES

Foi aprovada, no final de 2005, a participação em Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines). Os Funcines têm como objetivo apoiar o e investir no desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira, destinando recursos – parte dos quais com a utilização de incentivos fiscais – a projetos aprovados pela Agência Nacional de Cinema (Ancine).

O objetivo da participação do BNDES nesses fundos é o desenvolvimento de toda a cadeia cinematográfica nacional – produção, distribuição e exibição de obras cinematográficas –, com foco no fortalecimento das empresas distribuidoras do país, uma vez que o segmento de distribuição encontra-se fortemente controlado pelas grandes distribuidoras estrangeiras. Outro objetivo do BNDES é a busca de maior transparência e governança nos projetos voltados para a indústria cinematográfica nacional, possibilitando atrair novos investidores para o setor.

Atendendo a esse programa, foi aprovada a participação do BNDES no Fundo RB Cinema I, administrado pela Rio Bravo S.A. Serão subscritos R\$ 7 milhões em cotas, utilizando incentivos previstos em lei.

FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES BRASIL ENERGIA

Esse fundo tem por objetivo realizar operações de longo prazo, por meio de investimento em carteira diversificada de *equity* nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica no Brasil, inclusive por fontes alternativas, tais como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), centrais eólicas e usinas a biomassa. Foi constituído em janeiro de 2005, com o compromisso total de investimentos de R\$ 740 milhões, tendo sido integralizados R\$ 37 milhões nesse mesmo mês.

A BNDESPAR participa com 24,59% das quotas do Fundo, tendo integralizado R\$ 9,2 milhões e assumido o compromisso total de integralizar até R\$ 180 milhões durante o período de investimentos, que tem o prazo de quatro anos.

OFERTA DE AÇÕES DA TRACTEBEL

A BNDESPAR aderiu à oferta pública de ações promovida pelo acionista controlador da Tractebel – maior geradora de energia do país. A oferta correspondeu a 12,4% do capital total da empresa e alcançou R\$ 1 bilhão, sendo que 23% desse valor referem-se a ações de propriedade da BNDESPAR. Essa oferta fez parte da estratégia adotada pelo grupo controlador de registrar as ações da Tractebel no Novo Mercado da Bovespa e coroa a bem-sucedida participação da BNDESPAR na empresa.

OFERTA DE UNITS DA AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA (ALL)

A BNDESPAR aderiu à oferta pública realizada por alguns dos controladores da América Latina Logística. Depois da bem-sucedida abertura de capital, com listagem no nível 2 da Bovespa, realizada em 2004, esses controladores buscavam maior liquidez e alinhamento de interesses entre os investidores através da criação de *Units* (cada *Unit* corresponde a uma ação ordinária e a quatro preferenciais da ALL). A oferta atingiu cerca de R\$ 650 milhões, sendo que R\$ 68 milhões foram referentes à participação vendida pela BNDESPAR.

NORMAS E CONDIÇÕES DE APOIO DO BNDES POR INTERMÉDIO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS (FIDCS)

A Diretoria aprovou as normas para a participação do Sistema BNDES em FIDCs no ano de 2005. Esse mecanismo é mais uma alternativa do Banco para apoiar indiretamente os investimentos das empresas dos segmentos que já são contemplados pelas Políticas Operacionais. Ao mesmo tempo, é uma forma de contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais, através de um instrumento que viabiliza a desintermediação financeira, proporcionando a redução dos custos de captação das empresas.

ADMINISTRAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL (FPS)

O BNDES foi responsável pelo acompanhamento da carteira do FPS, cujo patrimônio em dezembro de 2005 alcançava R\$ 2,9 bilhões, correspondentes à participação em 63 empresas, a debêntures de cinco empresas e a dois fundos mútuos, encaminhando para a Diretoria propostas de decisão relativas a eventos tais como aumentos de capital, ofertas públicas de aquisição de ações, entre outros. Além disso, procedeu à venda de 17 ativos dessa carteira, somando cerca de R\$ 2,5 milhões. No final do ano, em conjunto com o Conselho Diretor do FPS, foram estabelecidas novas metas para desinvestimento dessa carteira, uma vez que o FPS está em fase de extinção, no prazo previsto de cinco anos.

COMPRA E VENDA DE AÇÕES DA CARTEIRA DA BNDESPAR POR MEIO DE NEGOCIAÇÃO EM BOLSA DE VALORES

O BNDES realizou o desinvestimento de 17 ativos (participações e direitos) no valor total de aproximadamente R\$ 227 milhões. Foram realizadas, ainda, compras de oito espécies de ações de diversas empresas, visando complementar a composição da carteira do PIBB para a oferta pública realizada em 2005, somando R\$ 104 milhões.

ALIENAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS PERTENCENTES A EMPRESAS CONTROLADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE PELA UNIÃO, DEPOSITADAS NO FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO (FND) – DECRETO 1.068/94

O BNDES realizou um leilão de ações de emissão de 22 empresas abertas com liquidez em bolsa e pertencentes a 27 depositantes. Foram arrecadados R\$ 40,8 milhões.

Principais Operações de Investimento Aprovadas pela Diretoria

OPERAÇÕES DE SUBSCRIÇÃO DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS DA LIGHT – SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A. (R\$ 727,2 MILHÕES) E DA ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A. (R\$ 255,6 MILHÕES) –

Os detalhes dessa operação estão descritos no Capítulo 10 deste Relatório.

AERO LB PARTICIPAÇÕES S.A. (SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO) – Trata-se de financiamento para a aquisição das ações de controle da Variglog (Varig Logística S.A.) e da VEM (Varig Engenharia e Manutenção S.A.), subsidiárias da Varig, esta em fase de recuperação judicial. Mais informações sobre essa operação podem ser lidas no Capítulo 10.

SUZANO BAHIA SUL – Em 2005, o apoio financeiro aprovado para a Suzano Bahia Sul consistiu em um montante de R\$ 2,59 bilhões, dos quais R\$ 240 milhões em debêntures conversíveis em ações. Além disso, a BNDESPAR possui atualmente 17,8% das ações preferenciais classe A da empresa, o que corresponde a 11,4% do capital total. Mais detalhes sobre a operação podem ser vistos no Capítulo 6.

METRÔ-SP: OBRAS DA LINHA 2 (ANA ROSA-IMIGRANTES), MEDIANTE A SUBSCRIÇÃO DE DEBÊNTURES PERMUTÁVEIS EM AÇÕES DA CESP (ON E PN) – O financiamento ao projeto foi feito integralmente através de debêntures emitidas pela Companhia do Metropolitano de São Paulo S.A. (Metrô-SP), permutáveis em ações ordinárias e preferenciais da Companhia Energética de São Paulo (Cesp). Outras informações sobre a operação constam do Capítulo 15.

Operações com Pequenas e Médias Empresas

- Conversão da quinta e sexta séries de debêntures em ações preferenciais de emissão da Águia Participações S.A., representando uma participação de 15% no capital. Foi aprovada ainda a conversão da sétima (e última) série das debêntures, que elevará a participação da BNDESPAR para 16,7%.
- Conversão de 410.526 debêntures em ações preferenciais de emissão da Koblitz S.A., representando 24% do capital da empresa. Foi realizado, concomitantemente, o exercício de direito de preferência, o que significou um aporte de R\$ 7,25 milhões, além da formalização de acordo de acionistas que prevê a abertura de capital da empresa. A Koblitz atua no segmento de desenvolvimento e instalação de sistemas de geração e co-geração de

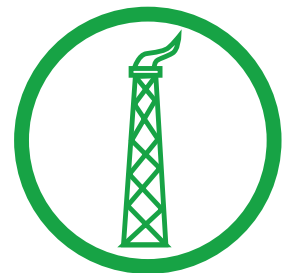
energia, principalmente para o setor sucroalcooleiro. Os recursos destinam-se à prospecção de novos negócios, propaganda e publicidade, conclusão da expansão física da fábrica, investimentos em tecnologia da informação e, principalmente, para as participações em novas empresas e redução do passivo oneroso.

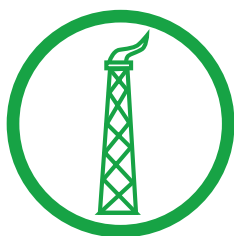
- Conversão da totalidade das debêntures da primeira, segunda e terceira séries de emissão da Lupatech S.A. detidas pela BNDESPAR em ações preferenciais, representando 19,8% do capital da empresa. Mais detalhes da operação estão destacados no Capítulo 7.
- Subscrição e integralização de ações de emissão das seguintes empresas: Microsiga (R\$ 40 milhões, equivalentes a 16,67% do capital social), Orbisat S.A. (R\$ 5,9 milhões), Ci&T S.A. (R\$ 3 milhões, ou 15% do capital social) e Senior Solution S.A. (R\$ 1,87 milhão, correspondentes a 13% do capital social), operações essas cujos detalhes constam do Capítulo 7.

Principal Projeto Concluído

RIO POLÍMEROS – O Complexo Integrado da Rio Polímeros S.A. (Riopol) foi inaugurado em junho de 2005, encontrando-se atualmente em fase pré-operacional. O controle acionário da empresa é dividido entre os grupos privados nacionais Unipar (33,3%) e Suzano Petroquímica (33,3%), além das estatais Petroquisa – Petrobras Química (16,7%) e BNDESPAR (16,7%). Mais informações sobre essa operação constam do Capítulo 6.

**PETRÓLEO E GÁS NATURAL:
CONTRIBUINDO PARA A AUTO-SUFICIÊNCIA**





PETRÓLEO E GÁS NATURAL: CONTRIBUINDO PARA A AUTO-SUFICIÊNCIA

Panorama Setorial

Até algumas décadas atrás, as reservas brasileiras de petróleo e gás natural não eram bem conhecidas e os recursos pouco explorados. Ainda nos anos 80, o Brasil continuava fortemente dependente da importação de petróleo e seus derivados.

Com as crises de petróleo da década de 70, o país teve de montar estratégias para reduzir essa dependência e melhorar a segurança energética.

Uma das estratégias, além da valorização de fontes energéticas renováveis locais, foi o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento da produção de petróleo em mar, uma alternativa custosa, mas necessária naquela ocasião.

Os avanços foram tão significativos nesse campo que a economia brasileira não mais apresenta a vulnerabilidade do passado, mesmo nos tempos atuais, de elevados preços do petróleo no mercado internacional. O Brasil deixa de ser um país altamente dependente de petróleo, quando importava cerca de 80% de suas necessidades no início da década de 70, e passa, hoje, para uma posição bastante confortável.

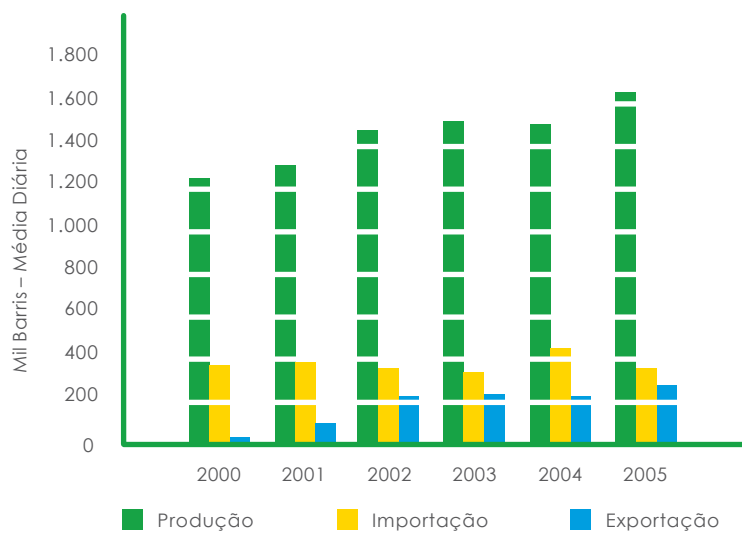
A auto-suficiência de produção deve ser alcançada em 2006. Todavia, o país terá de importar petróleo leve ainda durante algum tempo, enquanto suas refinarias não estiverem perfeitamente adaptadas para processar o petróleo pesado nacional.

A produção média diária de petróleo em território brasileiro, em 2005, foi de 1,71 milhão de barris equivalentes de petróleo por dia (bep/dia), com importações de 379 mil bep/dia e exportações de 275 mil bep/dia, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

As importações líquidas se reduziram em 2005, graças à entrada em operação das plataformas P-43 e P-48, da Petrobras, que foram financiadas pelo BNDES.

Já as exportações não sofreram, em volume, grandes variações desde 2002, mantendo-se na faixa de 240 mil a 290 mil bep/dia. Nos níveis atuais do preço do petróleo, a Petrobras liderou o *ranking* das maiores empresas exportadoras, ao exportar US\$ 6,9 bilhões em 2005. O gráfico a seguir mostra a evolução da produção e do comércio exterior de petróleo nos últimos anos.

PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO

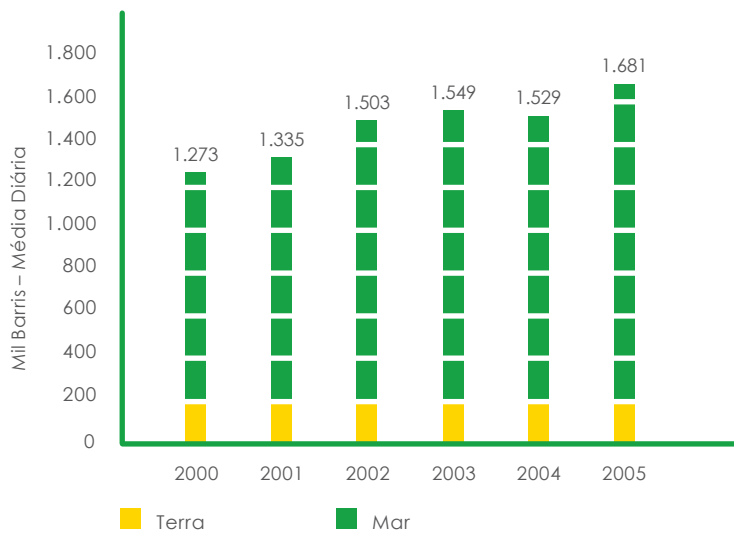


Fonte: ANP.

A produção de petróleo nacional está concentrada na Bacia de Campos. Em 2005, 84% da produção nacional originaram-se no estado do Rio de Janeiro (média diária até outubro). O restante da produção está pulverizada nos estados do Rio Grande do Norte (5%), da Bahia (2%), do Amazonas (2%), de Sergipe (2%) e do Espírito Santo (2%).

Os campos de produção de petróleo no Sudeste localizam-se em mar, enquanto os campos no Nordeste e no Norte estão predominantemente em terra. Apesar das dificuldades para se extrair petróleo em águas profundas, a Petrobras conseguiu desenvolver tecnologia a custos competitivos. Atualmente, a fronteira de produção de petróleo situa-se nos campos localizados no mar, cujo crescimento nos últimos seis anos é mostrado no gráfico a seguir.

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM TERRA E EM MAR



Fonte: ANP.

O mercado sofreu grandes transformações nos últimos anos, a partir da promulgação da Lei 9.478/97, a chamada Lei do Petróleo, que extinguiu o monopólio da Petrobras. A empresa continua detendo grande parcela do mercado, mas se observa um interesse crescente de novos atores no mercado brasileiro.

Cabe destacar o sucesso da 7ª rodada da ANP, realizada em outubro de 2005, focada na concessão de campos maduros de petróleo e em áreas produtoras de gás natural, com recorde no número de participantes e no ágio pago. Das 116 empresas habilitadas, 85 apresentaram ofertas isoladamente ou em consórcio, sendo que 41 tiveram êxito para assinar os contratos de concessão decorrentes.

Atualmente, o Brasil ocupa uma posição estratégica em termos de fluxo de investimentos. Segundo dados do *World Deep Water Report 2003-2007*, a perspectiva é que o Brasil componha, juntamente com a Costa Oeste da África e o Golfo do México, o chamado “triângulo de ouro” da atividade petrolífera em águas profundas.

O crescimento da produção e da exploração em mar tem demandado investimentos nos diversos elos da cadeia de produção. Em termos de navios de apoio às plataformas, o país encontrava-se totalmente dependente de embarcações de bandeira estrangeira há bem pouco tempo.

Diante desse contexto, a Petrobras lançou dois Planos de Renovação da Frota de Navios de Apoio à Plataforma. O objetivo desses programas é substituir embarcações de bandeira estrangeira por barcos de bandeira nacional.

A nacionalização da frota de navios de apoio revitaliza o setor de construção naval brasileiro e permite a economia de divisas pela diminuição do frete pago a estrangeiros.

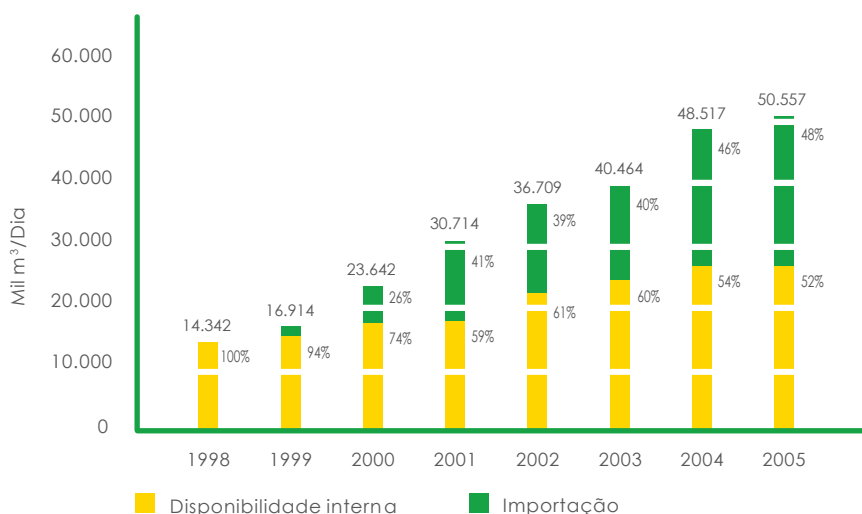
O Primeiro Plano de Renovação, um investimento da ordem de US\$ 400 milhões, foi lançado em 1999 e contratou 22 embarcações, das quais 14 foram financiadas pelo BNDES, totalizando um apoio de US\$ 310 milhões. O Segundo Plano de Renovação, lançado no final de 2003, tem como objetivo contratar 23 novas embarcações e 21 modernizações de embarcações, com investimentos da ordem de US\$ 500 milhões. Dessas 23 novas embarcações, apenas cinco foram licitadas até o momento, tendo o BNDES financiado duas delas, no valor de US\$ 33 milhões.

No segmento de refino, há necessidade de modernizar e adaptar as refinarias existentes para o petróleo nacional, pois elas foram concebidas para processar o óleo árabe leve importado. O Plano de Negócios 2006-2010, da Petrobras, prevê a modernização de uma refinaria a cada ano até 2010. Além disso, uma nova refinaria será necessária para atender ao crescimento do mercado. A Petrobras e a PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A.) já decidiram que vão construir uma nova refinaria em Pernambuco, focada na produção de diesel e de GLP, para abastecer, a partir de 2011, o Nordeste, hoje importador de derivados de petróleo.

A participação do gás natural na matriz energética nacional (de 8,9% em 2004) tem aumentado nos últimos anos, com crescimento médio de 20% a.a., devido não apenas ao crescimento da produção de petróleo em campos associados, mas sobretudo graças à construção do Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol), com mais de 3 mil quilômetros de extensão.

O Gasbol entrou em operação em 1999 e garante atualmente cerca de 50% da oferta interna de gás natural, como pode ser observado no gráfico a seguir.

OFERTA INTERNA DE GÁS NATURAL



Fonte: ANP.

A atual infra-estrutura de transporte e distribuição de gás está muito aquém das necessidades, apesar da conclusão do Gasbol e da expansão em curso das malhas Sudeste e Nordeste. A infra-estrutura brasileira ainda não possui a capilaridade requerida para atender aos diversos segmentos consumidores e permitir a inserção do gás natural na matriz energética em níveis mais próximos aos observados em países industrializados (acima de 20%).

Principais Operações

PETRÓLEO E GÁS NATURAL

O financiamento do BNDES abrange a parcela nacional de todos os investimentos na cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás, à exceção da etapa de pesquisa e exploração. As atividades exploratórias, dado seu elevado risco, não são objeto de financiamento do Banco, sendo essencialmente suportadas por capital de risco.

Os principais subsetores que receberam financiamento em 2005 foram os de produção de petróleo e gás natural, transporte e distribuição de gás natural e embarcações de apoio a plataformas.

Em 2005, os financiamentos aprovados para o setor de petróleo e gás totalizaram R\$ 2,38 bilhões, enquanto os investimentos totais atingem R\$ 4,29 bilhões.

Programa Setorial

PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL (PROMINP)

O Prominp, concebido no âmbito do Ministério de Minas e Energia, tem por objetivo o fortalecimento da indústria nacional de bens e serviços e está centrado na área de petróleo e gás natural. As metas do Prominp, elaboradas em conjunto com as empresas do setor, levarão à maximização da participação da indústria nacional no fornecimento de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, atendendo a demandas nacionais e internacionais.

No Comitê Diretivo do programa estão representados o governo, as empresas e as entidades de classe que atuam nessas atividades. Seu desafio consiste em desenvolver projetos de aumento do conteúdo nacional nas áreas específicas de exploração e produção, transporte marítimo, abastecimento e gás e energia.

Assim, a indústria estará gradativamente, e de forma planejada, aprimorando-se para atender às demandas, da ordem de US\$ 56 bilhões, oriundas dos investimentos que serão realizados nos setores de petróleo e gás no período de 2006 a 2010.

O BNDES participou da elaboração da sistemática de cálculo do conteúdo local, com base na sua experiência obtida com as operações da FINAME. Além disso, coordena o Comitê Setorial da Indústria de Petróleo e Gás e faz parte dos Comitês Executivo e Diretivo.

Principais Operações Aprovadas

PROJETOS APROVADOS EM PETRÓLEO E GÁS

Segmentos	Quantidade de Projetos	Valor Aprovado (R\$ Milhões)	Investimento Total (R\$ Milhões)
Petróleo e Gás Natural	12	2.380	4.296
Desenvolvimento e produção	2	265	817
Transporte e distribuição	4	1.646	2.826
Navegação de apoio	6	469	653

Os desembolsos totais do BNDES para o setor de petróleo e gás têm aumentado nos últimos anos em face do bom desempenho desse segmento e de sua crescente participação no PIB nacional. Em 2005, os desembolsos com projetos no setor atingiram R\$ 2,9 bilhões.

DESEMBOLSOS DO BNDES EM 2005 NO SETOR DE ÓLEO E GÁS | R\$ MILHÕES

Segmentos	Total
Desenvolvimento e produção	608
Petróleo	19
Gás	137
Plataformas	452
Transporte de gás	1.431
Distribuição de gás	363
Navegação de apoio	241
Termelétrica a gás	268
Total	2.911

PLATAFORMAS DE PETRÓLEO

A construção de plataformas de petróleo é um importante segmento de bens de capital apoiado pelas linhas de financiamento do BNDES. Plataformas de exploração de petróleo são bens de valor elevado e que envolvem grande quantidade de empregos diretos e indiretos.

Além dos desembolsos para a construção da plataforma P-52, que totalizaram US\$ 210,5 milhões, em 2005 o Banco aprovou dois financiamentos, no valor total de até US\$ 674 milhões, destinados à construção de duas outras plataformas para a Petrobras, a P-51 (até US\$ 402 milhões) e a P-54 (até US\$ 272 milhões).

Trata-se de operações no âmbito da Linha Pós-Embarque, na modalidade *buyer credit* (financiamento ao comprador), em que a Petrobras Netherlands B.V. – subsidiária holandesa da Petrobras – será a importadora das embarcações exportadas no âmbito do Repetro (Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra de Jazidas de Petróleo e de Gás Natural), de acordo com a Lei 9.826. Nos dois casos, o Banco apóia, exclusivamente, a parcela nacional de bens e serviços incorporada às duas plataformas e concede prazos de financiamento da ordem de 13 anos.

A P-51, plataforma do tipo semi-submersível orçada em US\$ 775 milhões, destina-se à produção de petróleo e gás no Campo de Marlim Sul e produzirá, por dia, 180 mil barris de petróleo e 6 milhões de metros cúbicos de gás natural.

Por sua vez, orçada em US\$ 628 milhões, a P-54 é do tipo FPSO (*Floating, Production, Storage and Offloading Unit*) e com a mesma capacidade de produção de óleo e gás da P-51. A plataforma P-54 vai operar no Campo de Roncador. Ambos os campos são de águas profundas e situam-se na Bacia de Campos, na costa norte do Rio de Janeiro.

Os investimentos serão realizados nos municípios de Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis e permitirão que a Petrobras atinja seu objetivo de auto-suficiência na produção de petróleo em 2006.

GASODUTO URUCU-MANAUS

O BNDES aprovou um empréstimo no valor de R\$ 800 milhões para a Transportadora Urucu Manaus S.A. levar o gás produzido na província petrolífera de Urucu à cidade de Manaus. Trata-se de um investimento total de R\$ 1,44 bilhão.

O projeto é composto de dois gasodutos. O primeiro, de 279 quilômetros, vai transportar gás liquefeito de petróleo (GLP) das unidades de processamento de gás da Petrobras em Urucu até o terminal fluvial do Rio Solimões, em Coari.

ALÉM DOS DESEMBOLSOS PARA
A CONSTRUÇÃO DA PLATAFORMA P-52,
QUE TOTALIZARAM US\$ 210,5 MILHÕES,
EM 2005 O BANCO APROVOU DOIS
FINANCIAMENTOS, NO VALOR TOTAL
DE US\$ 674 MILHÕES, DESTINADOS
À CONSTRUÇÃO DE DUAS OUTRAS
PLATAFORMAS PARA A PETROBRAS,
A P-51 (US\$ 402 MILHÕES)
E A P-54 (US\$ 272 MILHÕES).

A Petrobras atualmente transporta o GLP através de um gasoduto que deve ser liberado para transportar gás natural para o projeto Urucu-Coari-Manaus. O segundo gasoduto, de 383 quilômetros, liga as cidades de Coari e Manaus e permitirá que o gás natural de Urucu seja consumido nas unidades termelétricas em Manaus, convertidas para consumir gás.

O projeto possibilitará a monetização das reservas de gás natural da Petrobras na região amazônica, pois, atualmente, o gás natural vem sendo em grande parte reinjetado e queimado. Além de Manaus, o gás será fornecido a outros sete municípios ao longo do traçado do Gasoduto – Coari, Codajás, Anamã, Anori, Caapiranga, Iranduba e Manacapuru. Com o abastecimento de gás em Manaus, as termelétricas, que hoje utilizam diesel ou óleo combustível, serão convertidas para consumir gás natural, reduzindo, assim, os custos de geração e a poluição ambiental. Além disso, trará reflexos positivos para a balança comercial, ao possibilitar a substituição de óleo diesel, em boa parte importado, por gás natural produzido no país.

Urucu é a maior reserva terrestre de gás natural do Brasil, com 77 bilhões de metros cúbicos. Localizada a 650 quilômetros a sudoeste de Manaus, a unidade da Bacia do Solimões é responsável pela produção média de cerca de 40 mil barris de petróleo por dia e de 9,5 milhões de metros cúbicos/dia de gás natural associado. O petróleo de Urucu, de alta qualidade, é o mais leve dos óleos processados nas refinarias do país.

GASODUTO GASENE

O BNDES aprovou apoio financeiro no valor de R\$ 800 milhões à Transportadora Gasene S.A. para a construção de um gasoduto de aproximadamente 298 quilômetros de extensão entre Cabiúnas (RJ) e Vitória (ES). O investimento total estimado é da ordem de R\$ 1,3 bilhão.

Esse gasoduto tornará possível a interligação dos campos gasíferos do Espírito Santo à malha de gasodutos do Sudeste e disponibilizará mais uma fonte de gás natural para a região. Trata-se de um dos três trechos do Gasoduto Sudeste–Nordeste (Gasene), gasoduto de interligação das malhas das regiões Sudeste e Nordeste e que assegurará maior confiabilidade ao fornecimento de gás natural para o país.

Em 2007, o volume de gás transportado será de até 10 milhões de metros cúbicos/dia.

MANATI

O BNDES aprovou um financiamento de R\$ 245 milhões para a Manati S.A. aplicar na produção e no transporte do gás natural extraído do Campo de Manati, no litoral da Bahia. Os investimentos de R\$ 642 milhões destinam-se à implantação de sete poços, que deverão alcançar vazão máxima de 6 milhões de metros cúbicos por dia, nos primeiros quatro anos de produção. O prazo de implantação do projeto é de 18 meses.

O Campo de Manati será o maior no Brasil em termos de produção de gás natural não-associado *offshore*. Os poços estarão conectados a uma plataforma de produção fixada em alto-mar. A plataforma, por sua vez, será interligada a uma estação de tratamento em terra, no município de São Francisco do Conde, por meio de um gasoduto de 131 quilômetros de extensão.

Com o projeto, a Bahia dobrará sua produção de gás natural, tornando-se capaz de atender à atual demanda reprimida do próprio estado.

Principal Projeto Concluído

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO (CEG) – O projeto CEG III teve como objetivo a implantação da rede de distribuição de gás natural canalizado nos municípios de Niterói e São Gonçalo. O projeto abrangeu a instalação de 36,3 quilômetros de rede de alta pressão e 79 quilômetros de rede e ramais de média e baixa pressões. Além disso, também teve como objetivo a expansão do consumo de gás natural nos mercados residencial, comercial e industrial nos municípios do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense, com a construção de 221 quilômetros de ramais. O prazo de implantação das obras foi de 15 meses.

A conclusão desse projeto ensejou um incremento nas vendas de gás natural da ordem de 308 mil metros cúbicos/dia, com um acréscimo de 54.816 novos clientes, e possibilitou a oferta de um combustível até então não-disponível em Niterói e São Gonçalo.

O valor total do investimento foi de R\$ 95 milhões, dos quais R\$ 58 milhões financiados pelo BNDES.

**ENERGIA ELÉTRICA: TRABALHANDO
PARA A VIABILIZAÇÃO DO NOVO MODELO**





ENERGIA ELÉTRICA: TRABALHANDO PARA A VIABILIZAÇÃO DO NOVO MODELO

Panorama Setorial

A capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro é de 92,87 GW, distribuídos em 1.479 empreendimentos. Do total da capacidade de geração, 77% provêm de fonte hidrelétrica, 21% de termelétricas e 2% de usinas nucleares, eólicas e de energia solar. O consumo de energia elétrica em 2005 foi 4,48% superior ao de 2004.

O sistema elétrico brasileiro é considerado um dos maiores e mais eficazes do mundo, pois, além de tecnicamente eficiente, é beneficiado pela geografia do país, que apresenta topografia intensa em planaltos com grande disponibilidade hídrica, o que permite o aproveitamento de poderosa fonte de energia renovável de baixo custo. Esse quadro mostra vantagens comparativas do Brasil em relação aos demais países do mundo, dependentes, em sua maioria, de geração termelétrica.

A dimensão continental do país, com bacias hidrográficas de regimes pluviométricos distintos, e a crescente necessidade de explorar potenciais hídricos afastados dos centros de consumo conduziram à criação de um sistema interligado de transmissão nacional que opera atualmente com cerca de 81 mil quilômetros de linhas de transmissão.

Além da transmissão, o país conta com uma malha de distribuição operada por um conjunto de 64 empresas, com mais de 100 mil quilômetros de extensão.

Neste *Relatório de Atividades*, o setor de energia elétrica compreende a geração – proveniente de usinas hidrelétricas (UHE), de pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e de usinas termelétricas a gás natural (UTE) –, a transmissão e a distribuição de eletricidade.

O ano de 2005 foi marcado por significativo avanço na consolidação do novo marco regulatório do setor. Foram realizados dois leilões para venda de energia – um de energia já existente e outro de energia nova –, que deverá ser entregue a partir de 2008, 2009 e 2010, conforme as datas previstas de conclusão das usinas. Além de garantir os investimentos que assegurarão o suprimento da energia necessária ao crescimento do país, esses leilões promoveram uma disputa da qual saíram vencedores aqueles que ofereceram o menor preço, o que proporcionará modicidade tarifária para os consumidores.

Principais Operações

O BNDES tem desempenhado importante papel no financiamento da expansão e da modernização do setor elétrico, o que tem possibilitado a execução de projetos que exigem longo prazo de maturação e elevados volumes de investimentos.

Em 2005, os financiamentos aprovados para o setor de energia elétrica e os desembolsos alcançaram, respectivamente, as somas de R\$ 4 bilhões e de R\$ 4,3 bilhões (ver tabela).

Segmentos/Programas	Financiamentos (R\$ Milhões)	Desembolsos (R\$ Milhões)
Geração – UHE e UTE (exceto fontes alternativas)	546	1.717
PCH	1.382	231
Transmissão	669	664
Distribuição (redes)	676	598
Distribuição (capitalização)	727	1.121
Total	4.000	4.331

Esses financiamentos aprovados viabilizarão investimentos de R\$ 7,95 bilhões, o que permitirá:

- a implantação de projetos que representam uma adição de 931 MW ao parque gerador brasileiro, incluídas as usinas hidrelétricas, usinas termelétricas e pequenas centrais hidrelétricas;
- a construção de novas linhas de transmissão, que aumentarão a capacidade e a confiabilidade do sistema de transmissão brasileiro e o escoamento de energia entre as várias regiões; e
- o aumento e a modernização da rede de distribuição, que contribuirão para a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos aos consumidores de energia elétrica.

Viabilizando o Novo Modelo

Além de introduzir melhorias no Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Fontes Alternativas de Energia no Âmbito do Proinfa, o BNDES tem adotado uma série de iniciativas de apoio ao setor, como a criação de três programas. Em todos esses programas, só varia o prazo de amortização do financiamento, sendo comum aos três a subscrição, pelo BNDES, de debêntures de emissão

O BNDES TEM DESEMPENHADO
IMPORTANTE PAPEL NO FINANCIAMENTO
DA EXPANSÃO E DA MODERNIZAÇÃO
DO SETOR ELÉTRICO, O QUE TEM
POSSIBILITADO A EXECUÇÃO DE
PROJETOS QUE EXIGEM LONGO PRAZO
DE MATURAÇÃO E ELEVADOS VOLUMES
DE INVESTIMENTOS.

EM 2005, OS FINANCIAMENTOS
APROVADOS PARA O SETOR DE
ENERGIA ELÉTRICA E OS DESEMBOLSOS
ALCANÇARAM, RESPECTIVAMENTE,
AS SOMAS DE R\$ 4 BILHÕES E DE
R\$ 4,3 BILHÕES

dos beneficiários em até 20% do valor do apoio financeiro, utilizando-se como indexador o IPCA, o que faz parte da estratégia do BNDES de desenvolver o mercado de capitais. Esse índice também será utilizado para o reajuste das receitas auferidas pelos geradores.

Programas Setoriais

PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA (ENERGIA NOVA)

Esse programa se destina ao apoio a projetos de geração cuja energia foi comercializada nos leilões de energia nova, e o prazo para a amortização do financiamento é de até 14 anos.

PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À GERAÇÃO DE ENERGIA TERMELÉTRICA (LEILÕES DE ENERGIA NOVA)

O programa, no âmbito dos leilões de energia nova, prevê o financiamento à implantação e à ampliação de ativos fixos, a investimentos em máquinas e equipamentos novos produzidos no país e credenciados no BNDES e a máquinas e equipamentos importados, desde que não haja similar nacional.

Estão previstas formas de apoio distintas para os empreendimentos que utilizem somente máquinas e equipamentos nacionais e para aqueles que utilizem máquinas e equipamentos importados.

O prazo para a amortização do financiamento é de até 12 anos.

PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO

Esse programa foi concebido para dar apoio financeiro aos vencedores do leilão para concessão de linhas de transmissão realizado em novembro de 2005. O prazo para a amortização do financiamento é de até 12 anos.

Principais Operações Aprovadas

SEGMENTO DE GERAÇÃO

PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (PCH) – Em 2005, o BNDES aprovou R\$ 2,1 bilhões de financiamento para 29 projetos de pequenas centrais hidrelétricas, no âmbito do Proinfa. O investimento total é de R\$ 3 bilhões, e a potência instalada de geração chega a 763 MW adicionais, distribuídos por 11 estados do país.

SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

O BNDES aprovou, em 2005, financiamento a novas linhas de transmissão, que já estão em operação e agregaram 1.222 quilômetros à rede de transmissão brasileira. Esses empreendimentos exigiram investimentos de R\$ 1 bilhão e financiamento do BNDES de R\$ 669 milhões.

A execução desses projetos foi fundamental para viabilizar a integração dos subsistemas do país, que leva, conseqüentemente, a uma capacidade maior de aproveitamento do parque gerador.

A ampliação do sistema de transmissão pode ser encarada como uma “quase-geração”, na medida em que torna possível a transferência de energia de regiões que apresentam excesso de oferta para regiões com escassez. Esse procedimento evita desperdícios e propicia melhor qualidade e maior confiabilidade do Sistema Interligado Nacional.

ATE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. – Implantação de linha de transmissão em 500 kV e 440 kV, com 370 quilômetros de extensão, entre as subestações de Londrina (PR), Assis (SP) e Araraquara (SP).

O investimento total foi de R\$ 450,8 milhões e o financiamento, de R\$ 285 milhões. O projeto foi implantado em 21 meses e concluído em outubro de 2005.

Segundo o Plano de Ampliação e Reforços da Rede Básica para o período 2004-2006, o projeto se constitui num elo importante no reforço da interligação dos sistemas de transmissão do Sudeste e do Sul.

ARTEMIS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. – Implantação de linha de transmissão em 500 kV, com 372 quilômetros de extensão, no Paraná. Seu trajeto percorre 17 municípios e interliga as subestações de Salto Santiago, Ivaiporã e Cascavel Oeste. Essa linha permitirá liberar o escoamento da energia produzida pela UHE Salto Caxias, de 1.240 MW de capacidade.

O investimento total foi de R\$ 283 milhões e o financiamento, de R\$ 170 milhões. O projeto foi implantado em 22 meses e concluído em novembro de 2005. O fechamento de um circuito de 500 kV no Paraná e a completa integração da UHE Salto Caxias ao Sistema Interligado Nacional possibilitarão o reforço do suprimento de energia e a melhoria da confiabilidade do sistema elétrico, em especial para a região oeste desse estado.

MUNIRAH TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. – Implantação de linha de transmissão em 500 kV, com 105 quilômetros de extensão, interligando a subestação de Camaçari II à subestação de Sapeaçu, na Bahia.

O investimento total foi de R\$ 91 milhões e o financiamento, de R\$ 61 milhões. O projeto foi implantado em 19 meses e concluído em agosto de 2005.

Essa linha é apontada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) como a parte que faltava para completar o anel de transmissão de 500 kV entre as regiões Nordeste, Sudeste e Norte.

O fechamento do anel de interligação do Sudeste e do Nordeste permitirá maximizar o escoamento da energia produzida pela Usina Hidroelétrica Itapebi, localizada no sul da Bahia, que se encontrava subutilizada. Além disso, a energia de Itapebi poderá ser direcionada para abastecer a região metropolitana de Salvador, o Pólo Petroquímico de Camaçari e o Complexo Industrial de Aratu.

AMAZÔNIA ELETRONORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (AETE) – Construção da subestação de Cuiabá, ampliação das subestações de Coxipó e Rondonópolis e implantação de duas linhas de transmissão em 230 kV no estado do Mato Grosso, uma com 17 quilômetros de extensão, interligando as subestações de Coxipó e Cuiabá, e outra com 171 quilômetros, entre as subestações de Cuiabá e Rondonópolis.

O investimento total foi de R\$ 111 milhões e o financiamento, de R\$ 73 milhões. O projeto foi implantado em cerca de 12 meses e concluído em agosto de 2005.

SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

LIGHT – SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A. – A BNDESPAR subscreveu R\$ 727 milhões em debêntures conversíveis de emissão da Light. Essa operação fez parte do processo de reestruturação financeira da companhia, que envolveu também o reescalonamento das dívidas de R\$ 1,7 bilhão com bancos credores e a capitalização de cerca de R\$ 1 bilhão pelo controlador da empresa.

Essa operação foi fundamental para garantir a manutenção da qualidade de prestação dos serviços de energia elétrica aos 3,5 milhões de consumidores

residentes nos 31 municípios da área de concessão da Light no estado do Rio de Janeiro. Por conta desse apoio, a empresa pôde garantir a continuidade das suas iniciativas de melhoria operacional e reduzir suas perdas sobre a carga própria de 24,65%, em março de 2005, para 23,3%, em setembro.

Adicionalmente, em função das exigências contidas nas debêntures, a operação contribuiu para o aprimoramento das práticas de governança corporativa da empresa, que aderiu ao Novo Mercado da Bovespa, com o aumento da liquidez de suas ações em bolsa. Além disso, as debêntures prevêm mecanismos de incentivo para que a companhia melhore sua eficiência operacional e atraia novos sócios para o seu capital.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A. – Foi aprovado financiamento no valor de R\$ 165 milhões, para um investimento total de R\$ 263 milhões, destinado à implantação de nova rede de distribuição, com 1.985 quilômetros de extensão.

A Ampla detém concessão para distribuir energia elétrica em 65 municípios do Rio de Janeiro, abrangendo 73% do território estadual, e um município de Minas Gerais.

A instalação da nova rede propiciará a modernização da iluminação pública e a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos aos consumidores da empresa. Permitirá também reduzir consideravelmente o furto de energia por meio de ligações clandestinas, que hoje causam perdas comerciais da ordem de 13% à companhia – cerca de R\$ 250 milhões/ano –, e evasão fiscal – somente com o ICMS relativo à parcela de energia que não é faturada, são cerca de R\$ 37 milhões/ano. Além disso, vai reduzir também considerável parcela das chamadas perdas técnicas, atualmente da ordem de 10%, ocasionadas pela transformação e pelo transporte da eletricidade no sistema de distribuição.

A construção da nova rede será concluída no prazo de dois anos e atenderá a cerca de 321 mil clientes nos municípios fluminenses de São Gonçalo, Magé, Duque de Caxias, Itaboraí, Cabo Frio, Araruama, Macaé e Campos.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA (COELBA) – Foi aprovado financiamento no valor de R\$ 231 milhões, que correspondem a 61% do investimento total, para expansão, melhoramentos e modernização do sistema de transmissão e de distribuição da empresa.

O projeto prevê a expansão e o reforço dos sistemas elétricos de subtransmissão e de distribuição; a implantação de um programa de gerenciamento das redes; o desenvolvimento de padrões de instalações elétricas e de normas técnicas; e a aquisição de equipamentos especiais para o programa de pesquisa e desenvolvimento.

Os recursos destinam-se, ainda, a investimentos em automação de subestações e de redes de distribuição; à instalação de centros de controle de informação; à implantação de sistemas de telecomunicações próprios; e à renovação do parque de informática da empresa.

O programa de investimentos vai aumentar a capacidade e a confiabilidade do sistema elétrico da concessionária, propiciará o atendimento a 310 mil novos clientes e reduzirá o índice de perdas por meio de detecção de fraudes comerciais e de regularização das ligações clandestinas.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO (CELPE) – Foi aprovado financiamento no valor de R\$ 150 milhões, para um investimento de R\$ 197 milhões, destinado ao programa de expansão, melhoramento e modernização do sistema de transmissão e distribuição da empresa, no período de 2004 a 2006.

Principais Projetos Concluídos

SEGMENTO DE GERAÇÃO

Durante o ano de 2005, entraram em operação novas unidades de geração de energia elétrica financiadas pelo BNDES, que acrescentam 1.802 MW de capacidade instalada ao país. Os principais projetos estão apresentados a seguir:

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. (ELETRONORTE) – Ampliação da capacidade instalada para 8.370 MW da UHE Tucuruí, localizada no Rio Tocantins, no Pará.

O projeto da UHE Tucuruí, iniciado em 1975, recomendou a instalação de 12 turbinas na primeira etapa do empreendimento, com uma capacidade instalada de 4.245 MW.

As obras de expansão foram iniciadas em julho de 1998 e o plano prevê a adição de 11 unidades geradoras de 375 MW às 12 unidades existentes. Ao final, a capacidade instalada da usina alcançará 8.370 MW.

Em 2003 e 2004, entraram em operação as cinco primeiras unidades geradoras e, em 2005, outras duas. A conclusão da expansão está prevista para agosto de 2006.

O investimento total nesse projeto é de R\$ 3,88 bilhões, dos quais R\$ 931 milhões correspondem ao financiamento pelo BNDES.

O projeto contribui para o aumento da capacidade instalada regional e amplia a confiabilidade do sistema elétrico do Norte e do Nordeste.

BAESA – ENERGÉTICA BARRA GRANDE S.A. – Implantação da UHE Barra Grande, com capacidade de 690 MW, localizada no Rio Pelotas, no limite dos municípios de Anita Garibaldi (SC) e Pinhal da Serra (RS).

O investimento total foi de R\$ 1,39 bilhão e o financiamento, de R\$ 761 milhões. As obras para implantação do projeto foram iniciadas em julho de 2001 e, em novembro de 2005, entrou em operação a primeira unidade geradora.

PONTE DE PEDRA ENERGÉTICA S.A. – Implantação da UHE Ponte de Pedra, com capacidade de 176,1 MW, localizada no Rio Correntes, na divisa dos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.

O investimento total foi de R\$ 502 milhões e o financiamento, de R\$ 275 milhões. O empreendimento foi concluído em 28 meses e entrou em operação plena em outubro de 2005.

A UHE Ponte de Pedra opera integrada ao Sistema Interligado Nacional, o que possibilita incrementar a oferta de energia, principalmente, para os mercados das regiões Centro-Oeste e Sudeste.

A usina proporcionou significativo aumento de arrecadação pelos municípios adjacentes, com o repasse da taxa de compensação financeira por utilização de recursos hídricos. Estudos mostram que o montante arrecadado com a operação da usina representa cerca de 11% da atual arrecadação de Itiquira (MT) e 16% da de Sonora (MS). Esse aumento de receita vai se refletir na melhoria das condições de vida das populações e dos serviços prestados pelas prefeituras.

VOTORANTIM CIMENTOS LTDA. – Implantação da UHE Pedra do Cavalo, com capacidade de 160 MW, localizada no Rio Paraguaçu, no estado da Bahia.

O investimento total foi de R\$ 240 milhões e o financiamento do BNDES, de R\$ 144 milhões. O empreendimento foi implantado em 28 meses e entrou em operação plena em janeiro de 2005.

A UHE Pedra do Cavalo gera energia suficiente para abastecer 775 mil pessoas, correspondendo a um crescimento equivalente a 10% da energia elétrica consumida em Salvador e a 4% do consumo de todo o estado da Bahia.

Durante a construção da usina, foi criado um programa de compensação social para as comunidades a jusante da barragem e que vivem das atividades de pesca e mariscagem.

SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

São seis os projetos de linhas de transmissão financiados pelo BNDES que entraram em operação em 2005.

Cinco operações foram aprovadas pelo Banco ainda em 2005: ATE Transmissora de Energia S.A., Artemis Transmissora de Energia S.A., Munirah Transmissora de Energia S.A., Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (Etau) e Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. (Aete).

Foi também inaugurado o projeto da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (Ente) de implantação de linha de transmissão em 500 kV, com 469 quilômetros de extensão, entre as subestações de Tucuruí (PA) e de Açailândia (MA). Essa linha representa o quarto circuito de interligação das regiões Norte e Nordeste.

Os investimentos foram de aproximadamente R\$ 450 milhões, com financiamento do BNDES de R\$ 297 milhões.

**FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA:
DIVERSIFICANDO A MATRIZ ENERGÉTICA**





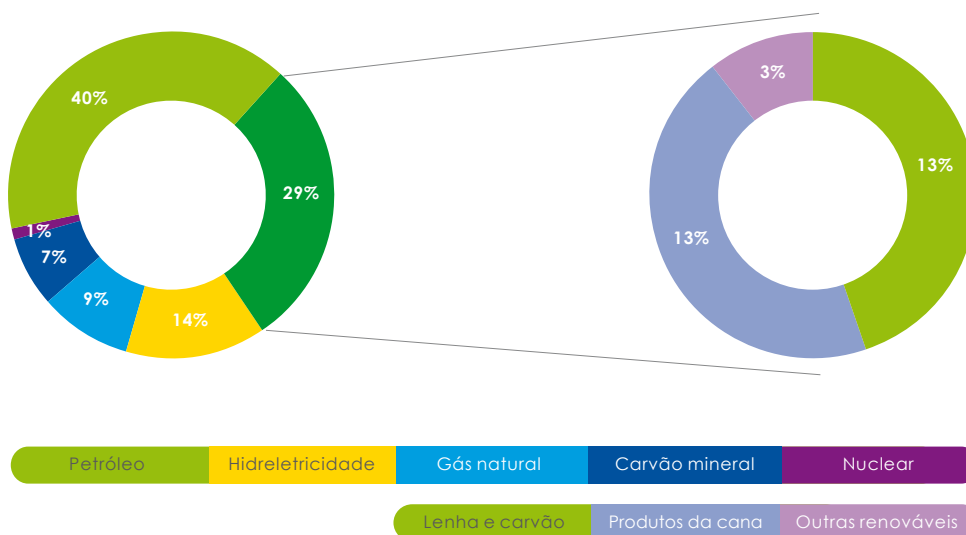
FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA: DIVERSIFICANDO A MATRIZ ENERGÉTICA

Panorama Setorial

O setor energético brasileiro é bastante peculiar, diferentemente do da maioria dos países, cujas matrizes energéticas são compostas predominantemente de combustíveis fósseis. O Brasil apresenta vantagens comparativas na produção de energia renovável, graças à disponibilidade de recursos hídricos e à abundância de terras férteis, de ventos estáveis e de insolação. Assim, a participação de fontes renováveis é expressiva na matriz brasileira.

Atualmente, além da hidreletricidade, as fontes renováveis de energia utilizadas em escala comercial no Brasil são provenientes de biomassa, tais como subprodutos da cana-de-açúcar (bagaço e álcool), lenha e carvão vegetal. Em 2004, as fontes renováveis de energia respondiam por 43% da matriz energética, sendo que os subprodutos da cana-de-açúcar detinham 13%, a lenha e o carvão vegetal, 13%, a hidreletricidade, 14%, e outras renováveis, a maior parte biomassa (lixívia), 3%.

MATRIZ ENERGÉTICA EM 2004



Fonte: Ministério de Minas e Energia, *Balço Energético Nacional*, 2005.

A participação de novas fontes renováveis de energia, como a energia eólica e a solar, na matriz energética nacional ainda é bastante tímida, embora haja grande potencial não-utilizado. Essas fontes renováveis encontram-se em fase de amadurecimento tecnológico e só se viabilizam com o apoio de programas governamentais, como o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) e o Luz para Todos.

No caso da geração elétrica, as fontes renováveis de energia podem exercer papel complementar à hidreletricidade, reduzindo os impactos ambientais e, com a diversificação da matriz energética, os riscos de desabastecimento.

A co-geração a bagaço de cana-de-açúcar é estratégica para complementar a geração hídrica na região Sudeste, visto que a safra de cana ocorre na estação seca. Já a energia eólica pode complementar a geração hídrica no Nordeste, pois o período de maior intensidade dos ventos coincide com a estiagem. A energia solar, apesar dos elevados custos, pode ser viabilizada em regiões isoladas ou para aquecimento de água em residências.

Biocombustíveis

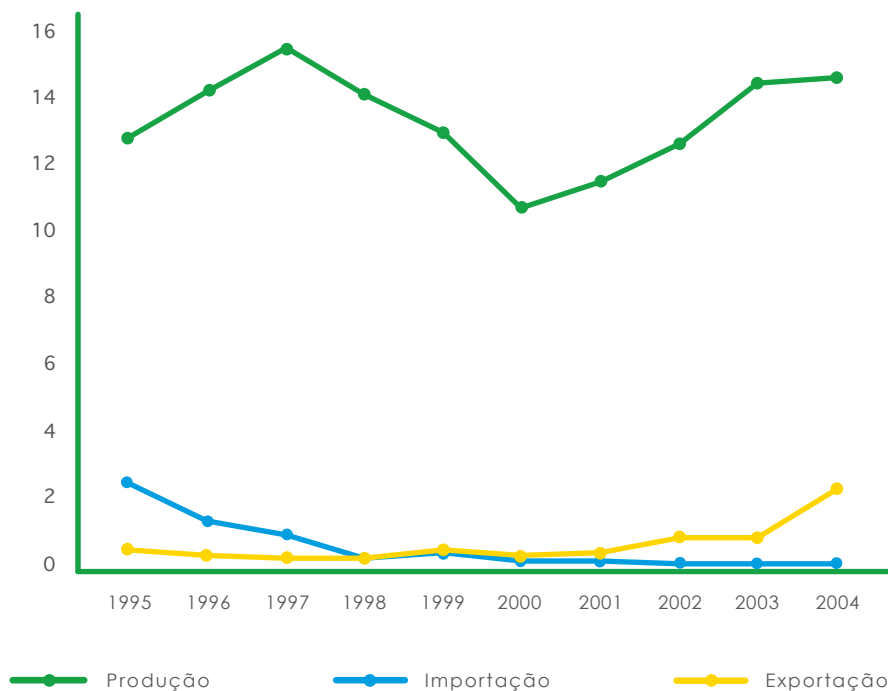
ÁLCOOL E BAGAÇO DE CANA

No setor de transportes, o Brasil é mundialmente conhecido pelo desenvolvimento de tecnologia para a produção e utilização de álcool etílico em motores automotivos. Em um contexto de preços elevados do petróleo e de crescentes restrições ambientais, as expectativas são bastante favoráveis para o álcool, a fim de atender seja ao mercado interno, seja ao mercado externo.

Recentemente, as vendas internas ganharam impulso com a introdução dos automóveis com motores flexíveis, que podem utilizar qualquer proporção de álcool e gasolina.

No mercado externo, alguns países estão substituindo o MTBE (metil-tércio-butil-éter) como aditivo antidetonante à gasolina por ETBE (etil-tércio-butil-éter), ampliando o mercado potencial do Brasil. Além de ser usado como aditivo, o álcool etílico pode ser adicionado em proporções ainda maiores em misturas (*blend*) com a gasolina, como forma de alguns países atenderem às regras do Tratado de Quioto.

PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ÁLCOOL ETÍLICO (Bilhões de Litros)



Fonte: Ministério de Minas e Energia, *Balanço Energético Nacional*, 2005.

108

O pico de produção de álcool etílico foi em 1997, quando foram produzidos 15,5 bilhões de litros. A partir de 2000, a produção voltou a crescer e as necessidades de importação praticamente foram anuladas. Parte crescente da produção destinou-se ao exterior, principalmente em 2004, com a quebra da safra dos Estados Unidos e os elevados preços do petróleo.

O agronegócio sucroalcooleiro movimentava cerca de R\$ 40 bilhões por ano, o que corresponde a 2,35% do PIB nacional. Também é um dos setores intensivos em mão-de-obra, com a geração de 3,6 milhões de empregos diretos e indiretos, congregando mais de 72 mil agricultores.

O período de safra da cana-de-açúcar é de cerca de seis meses, mas acontece de forma diferenciada, segundo a região do país. As regiões Norte e Nordeste produzem em período complementar às regiões Centro-Oeste e Sul, o que reduz a necessidade de estoques reguladores no país.

Na safra 2004-2005, a moagem foi de 380 milhões de toneladas de cana, produzindo 24 milhões de toneladas de açúcar e 14 bilhões de litros de álcool.

Atualmente, o parque sucroalcooleiro nacional possui 304 indústrias em atividade, sendo 227 nas regiões Centro-Oeste e Sul e 77 nas regiões Norte e Nordeste, além de cerca de 40 projetos em fase de implantação.

Tecnologicamente, há possibilidades de grandes ganhos de eficiência com o melhor aproveitamento energético da cana-de-açúcar, com reflexos na redução do preço final do etanol. Há tecnologia disponível para aumentar a produtividade agrícola. Também na área industrial, as usinas podem aumentar seus rendimentos na transformação do açúcar em álcool e no aproveitamento energético do bagaço.

Como exemplo de aumento de eficiência, pode-se citar que, na fase inicial do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), as usinas geravam energia elétrica apenas para seu consumo próprio, e suas caldeiras operavam a uma pressão de 21 *bars*. A eficiência das caldeiras já melhorou em quase 100%.

Hoje, as usinas que se propõem vender energia elétrica no âmbito do Proinfa adquirem caldeiras de 65 *bars*. Essas caldeiras consomem a metade da quantidade de bagaço requerida por uma caldeira de 21 *bars*, empregada na década de 80, para gerar a mesma quantidade de energia. A eficiência poderia melhorar ainda mais se as caldeiras de 80 *bars*, usadas em outros setores, fossem utilizadas pelo setor sucroalcooleiro.

BIODIESEL

O biodiesel é outro biocombustível que deve ter participação significativa na matriz energética nacional dentro de alguns anos. A produção e o uso de biodiesel foram regulamentados pela Lei 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que estabeleceu a obrigatoriedade da adição de um percentual mínimo de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor, sendo de 2% três anos após a publicação da referida lei e de 5% oito anos depois.

A produção e a comercialização da mistura de 2% de biodiesel ao diesel serão permitidas até janeiro de 2008, mas em caráter voluntário. A partir de 2008, serão necessários pelo menos 800 milhões de litros de biodiesel para serem misturados ao diesel.

De forma a incentivar desde já a instalação de plantas de biodiesel, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) promoveu, em novembro de 2005, um leilão de aquisição de biodiesel a ser entregue em 2006. Toda a capacidade ofertada de 70 milhões de litros foi arrematada. Esse fato tem motivado alguns potenciais produtores a anteciparem sua entrada no mercado.

Principais Operações

O apoio do BNDES ao setor de fontes renováveis de energia está alinhado com programas de incentivo do governo federal ao setor. Em 2005, o aumento dos financiamentos do BNDES deveu-se, sobretudo, ao Proinfa. Para os próximos anos, espera-se que haja vários financiamentos para projetos de produção e uso de biodiesel no âmbito do Programa de Produção e Uso do Biodiesel.

Além da hidreletricidade, os principais subsetores em fontes renováveis de energia para os quais o BNDES oferece financiamento são o de usinas de co-geração a biomassa, o de usinas eólicas e o de produção e uso de biodiesel e seus co-produtos e subprodutos.

Em 2005, os financiamentos aprovados para o setor de fontes renováveis de energia somaram R\$ 890 milhões, com desembolsos de R\$ 355 milhões. O apoio do BNDES ensejará investimentos totais de R\$ 1,4 bilhão.

PROJETOS APROVADOS EM FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA

	Quantidade de Projetos	Valor Aprovado (R\$ Milhões)	Investimento Total (R\$ Milhões)
Fontes renováveis de energia	10	890	1.400
Usina termelétrica a biomassa	9	425	737
Parque eólico	1	465	662

110

Os desembolsos totais do BNDES em 2005 para fontes renováveis atingiram a cifra de R\$ 422 milhões.

DESEMBOLSOS PARA O SETOR DE FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA | R\$ MILHÕES

Fontes Renováveis de Energia	Total
Biomassa	251
Eólica	171
Total	422

Em termos de expansão da capacidade instalada, o Banco aprovou financiamentos que representam uma adição ao parque gerador brasileiro de 379 MW, advindos de fontes de biomassa (229 MW) e eólica (150 MW).

Programas Setoriais

PROGRAMA DE APOIO FINANCEIRO A INVESTIMENTOS EM FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA NO ÂMBITO DO PROINFA

Esse programa tem por objetivo apoiar o Proinfa, que busca a diversificação da matriz energética brasileira, com a geração de 3.300 MW de fontes renováveis, a partir de investimentos em pequenas centrais hidrelétricas, usinas eólicas e termelétricas a biomassa. Essa energia é contratada pela Eletrobrás e integrada ao Sistema Interligado Nacional.

O investimento previsto para a implementação dos empreendimentos selecionados pelo Proinfa é de R\$ 8,6 bilhões, dos quais R\$ 5,5 bilhões poderão ser financiados pelo BNDES.

Em 2005, foram aprovados financiamentos pelo Banco no valor de R\$ 2,1 bilhões a 30 projetos, num total de 971 MW, compreendendo 21 pequenas centrais hidrelétricas (468 MW), um parque eólico (150 MW) e nove empreendimentos de biomassa (229 MW).

A vigência desse programa foi estendida para até 30 de dezembro de 2006 e a participação do BNDES se ampliou de até 70% para até 80% dos itens financiáveis de cada projeto apoiado.

PROGRAMA DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL

O BNDES aprovou um programa de financiamento com o objetivo tanto de incentivar a produção de biodiesel e beneficiamento de co-produtos e subprodutos, como de estimular o uso de biodiesel em máquinas e equipamentos.

O escopo desse programa do BNDES se resume a apoiar:

- investimentos em todas as etapas da produção de biodiesel: fase agrícola, produção de óleo bruto, produção de biodiesel, armazenamento, logística e equipamentos para a produção de biodiesel;
- investimentos em beneficiamento de co-produtos e subprodutos do biodiesel; e
- a aquisição de máquinas e equipamentos homologados para o uso de biodiesel ou de óleo vegetal bruto.

Principais Operações Aprovadas

VENTOS DO SUL – O projeto do parque eólico Ventos do Sul, localizado a quatro quilômetros da cidade de Osório (RS), visa construir os parques eólicos dos Índios, de Osório e de Sangradouro, cada um com capacidade instalada de 50 MW, constituindo-se agregadamente no maior parque eólico brasileiro e o segundo maior do mundo. A configuração técnica do projeto prevê a instalação de 75 aerogeradores de 2 MW, tendo cada parque 25 aerogeradores. Os parques eólicos estão localizados em terrenos marginais ao Oceano Atlântico, próximos à infra-estrutura rodoviária e à rede elétrica.

Sob o aspecto tecnológico, o projeto utilizará os mais recentes modelos de turbinas eólicas, a serem instaladas em torres de concreto de 98 metros de altura.

O apoio financeiro do Banco foi de R\$ 465 milhões, o que corresponde a 69% do valor total do investimento de R\$ 662 milhões. Esse empreendimento, realizado no âmbito do Proinfa, foi o primeiro aprovado pelo BNDES para esse tipo de geração de energia.

UTE SANTA TEREZINHA – O projeto objetiva a ampliação do sistema de co-geração de energia elétrica a bagaço de cana da Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda., na sua unidade de produção de açúcar e álcool localizada em Tapejara (PR). A usina partirá da capacidade de geração atual de 12,8 MW, utilizados no consumo próprio, para uma capacidade instalada de 50,5 MW. A potência média a ser gerada será de 37,7 MW, dos quais serão disponibilizados 28 MW de excedente comercializável e 9,7 MW para consumo no processo produtivo.

Também serão feitos investimentos para o aumento da área agrícola, na aquisição de implementos industriais e de veículos, com acréscimo de 44% na capacidade de processamento da cana-de-açúcar, e para a geração de energia nos níveis planejados.

O financiamento do BNDES foi de R\$ 100 milhões no âmbito do Proinfa. Os gastos com infra-estrutura social e expansão agrícola estão sendo financiados na Linha Finem (Financiamento a Empreendimentos), em condições próprias e, para a aquisição de veículos, por operação indireta através de repasse. O investimento total é de R\$ 162 milhões.

Principal Projeto Concluído

GOIASA (CO-GERAÇÃO) – O financiamento do BNDES destinou-se à ampliação da capacidade de co-geração de energia a partir de resíduos de cana-de-açúcar.

A Goiasa Ltda. possuía um sistema de co-geração com potência instalada de 6 MW, cuja energia gerada era consumida pela própria usina. Com os investimentos, a empresa ampliou sua capacidade instalada de geração elétrica para 36 MW, dos quais 26 MW correspondem à energia elétrica disponível para comercialização.

Para viabilizar essa comercialização, o projeto também previu a construção de uma subestação elevadora e de uma linha de transmissão de 40 quilômetros, para interligar a planta de co-geração ao sistema elétrico.

O investimento realizado no projeto foi de R\$ 49,9 milhões, e o Sistema BNDES aportou R\$ 39,9 milhões.

**EM 2005, OS
FINANCIAMENTOS
APROVADOS PARA
O SETOR DE FONTES
RENOVÁVEIS DE ENERGIA
SOMARAM R\$ 890 MILHÕES,
COM DESEMBOLSOS DE
R\$ 355 MILHÕES.
O APOIO DO BNDES
ENSEJARÁ INVESTIMENTOS
TOTAIS DE R\$ 1,4 BILHÃO.**

**TRANSPORTE E TELECOMUNICAÇÕES:
RETOMADA DOS INVESTIMENTOS
EM FERROVIAS**





TRANSPORTE E TELECOMUNICAÇÕES: RETOMADA DOS INVESTIMENTOS EM FERROVIAS

Transporte Ferroviário

PANORAMA SETORIAL

A Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) foi criada com o intuito de administrar, conservar, ampliar e melhorar o transporte ferroviário brasileiro. Em 1992, a RFFSA foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND).

Até o início do processo de desestatização, a empresa detinha toda a rede de transporte ferroviário de cargas do país, com exceção da Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa), das ferrovias da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e das estradas de ferro Vitória-Minas e de Carajás.

O modelo de privatização estabeleceu a transferência da operação de serviços de transporte ferroviário para a iniciativa privada, mediante concessão onerosa. Os concessionários assumiram a operação ferroviária e tornaram-se arrendatários de malhas regionais da RFFSA.

Na primeira fase dos investimentos no sistema ferroviário oriundo da Rede Ferroviária, o BNDES financiou investimentos da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (FCA) – malha Centro-Leste; da Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN) – malha Nordeste; da América Latina Logística S.A. – malha Sul; e, posteriormente, das Ferrovias Bandeirantes S.A. (Ferroban) – malha paulista, a última que foi privatizada.

O Banco também apoiou a implantação da via férrea e da aquisição de vagões e locomotivas da Ferronorte S.A. (Ferrovias Norte Brasil) desde o seu início, em 1992. Esse projeto consiste de um corredor ferroviário em bitola larga ligando a região agrícola de Mato Grosso ao Porto de Santos, por meio do sistema paulista da Ferroban.

A atual configuração da malha ferroviária privatizada é a seguinte:

Concessionária	Malha	Bitola	Extensão (Mil Km)	Início de Operação
Ferrovia Novoeste S.A.	Oeste	Métrica	1,6	Jul/96
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	Centro-Leste	Métrica	7,1	Set/96
MRS Logística S.A.	Sudeste	Larga	1,7	Dez/96
Ferrovia Tereza Cristina S.A.	-	Métrica	0,2	Fev/97
América Latina Logística S.A. (ALL)	Sul	Métrica	6,3	Mar/97
Companhia Ferroviária do Nordeste	Nordeste	Métrica	3,6	Jan/98
Ferrovias Bandeirantes S.A.	-	Larga	1,5	Jan/99
Ferrovias Bandeirantes S.A.	-	Métrica	2,4	Jan/99
Ferrovias Bandeirantes S.A.	-	Mista	0,3	Jan/99
Total	-	-	24,7	-

A partir de 2000, o sistema ferroviário concedido ingressou na segunda fase de investimentos, que se caracterizou pelo aumento da capacidade instalada (aumento da oferta) e pela assunção de serviços logísticos. Nesse período, foram ampliados os pátios de manobras, aumentada a capacidade de suporte da via permanente, construídos terminais de integração rodoferroviários e adquiridos novos materiais rodantes.

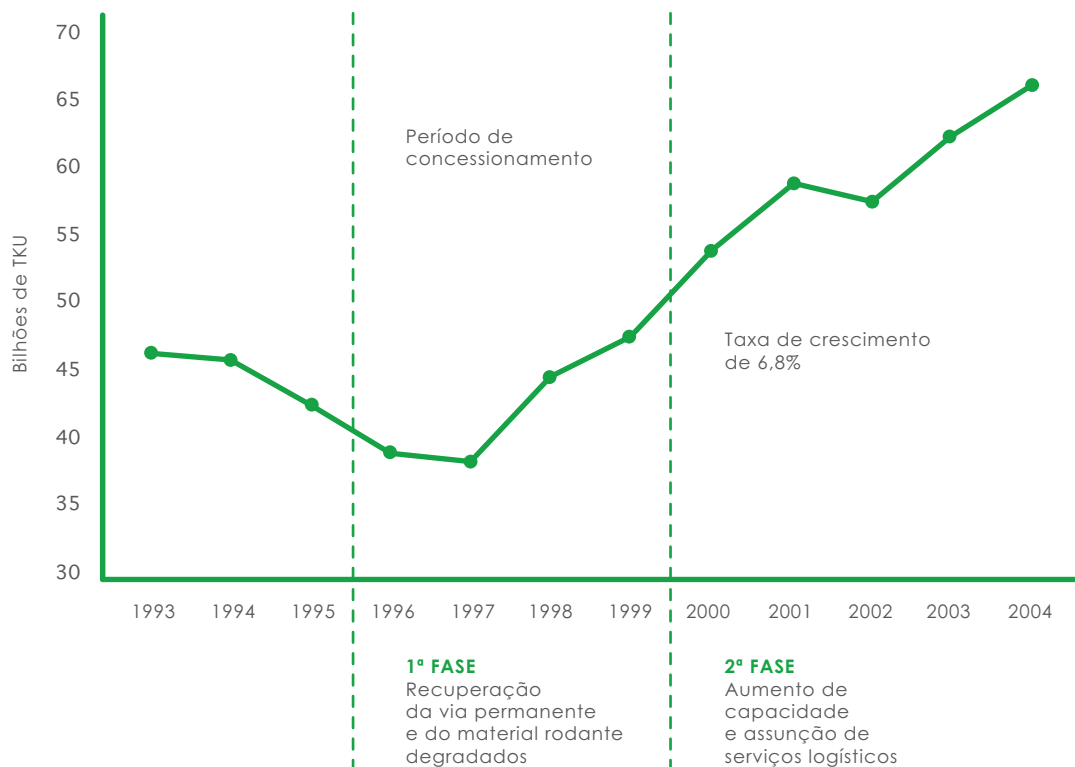
O sistema foi fortemente pressionado pelo aumento da demanda, notadamente o transporte de produtos como grãos agrícolas de exportação (soja, farelo e fertilizantes), minério de ferro, carvão, produtos siderúrgicos e combustíveis – tradicionais produtos da ferrovia –, além de outras cargas, como materiais de construção (cimento a granel e ensacados), açúcar, álcool e contêineres frigorificados.

Destaca-se também o apoio direto do BNDES aos clientes dos operadores e às empresas de locação de vagões, acelerando o desenvolvimento do setor pela entrada de novos atores na tomada de créditos (ADM, Cargill, Caramuru, Fiagril, Mitsui, entre outros).

Desde o processo de concessão, os investimentos no setor passaram de R\$ 400 milhões (1997) para cerca de R\$ 1,8 bilhão (2004), inclusive na aquisição de vagões e locomotivas. Esse investimento levou à retomada da indústria de materiais e equipamentos ferroviários, com uma demanda de cerca de 5 mil vagões/ano.

A produção do sistema recuperou, em 1999, os resultados apresentados pela Rede Ferroviária em 1993. Desde 2000, o nível de atividade do antigo sistema da Rede cresce a uma taxa de 6,8% a.a.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE TRANSPORTE DAS FERROVIAS ORIGINÁRIAS DA RFFSA



PRINCIPAIS AÇÕES

As expectativas de desenvolvimento do setor ferroviário apontam para nova fase de investimentos, que se caracteriza pela expansão da malha e superação de gargalos logísticos, não tratados até então, e pela falta de equacionamento de interesses entre os concessionários e o poder concedente, estados e municípios.

Na ampliação da via permanente, o poder concedente deverá se valer de operações por meio de parceria público-privada. As expansões poderão ocorrer no âmbito das concessões, com a implantação de ramais, duplicações de via permanente existente ou a construção de novos trechos mais eficientes, além de com a expansão da malha nos grandes projetos, como a malha Norte-Sul e a Ferrovia Nova Transnordestina, de integração da região Nordeste.

Para reduzir os gargalos logísticos, o BNDES criou o Programa para Superação de Gargalos Logísticos Ferroviários, que visa equacionar os obstáculos existentes nos contornos das cidades e acessos a portos.

O Banco também aprovou a utilização do Programa de Apoio a Investimentos Sociais de Empresas (Pais) no setor de transporte ferroviário. Os objetivos são reassentar famílias que habitam na faixa de domínio das ferrovias, vedar a faixa de domínio e construir equipamentos públicos para eliminar passagens de nível nos ambientes urbanos. Para cada um dos dois programas, foi provisionado o valor de R\$ 750 milhões.

Ainda em 2005, a administração do BNDES aprovou a criação do Programa de Apoio Financeiro a Investimentos no Norte e Nordeste do País, que objetiva apoiar investimentos em transporte ferroviário nessas regiões, como, por exemplo, a Ferrovia Nova Transnordestina.

O Brasil defronta-se com a necessidade de ampliação da infra-estrutura logística para fazer frente ao crescimento das exportações nacionais e a fim de evitar o aumento do nível de endividamento dos operadores ferroviários. Como consequência, o BNDES adotou um modelo de financiamento para a compra de vagões pelos clientes-usuários do transporte ferroviário ou investidor privado. Nesse modelo, os vagões são adquiridos (ou alugados) pelos usuários do transporte ferroviário e são locados (ou sublocados) aos concessionários das ferrovias. Nos últimos anos, foram construídos 1.385 novos vagões e recuperados 180 vagões e sete locomotivas. Em 2005, foram recuperados 160 vagões e adquiridas 269 unidades. Registre-se que deverá manter-se aquecida a demanda por vagões, na qual o BNDES é o principal agente financiador.

Os desembolsos do BNDES para o setor ferroviário, em 2005, atingiram R\$ 616,9 milhões, superando pela primeira vez os do setor rodoviário.

119

PRINCIPAIS OPERAÇÕES APROVADAS E CONCLUÍDAS

A operação financeira do BNDES de maior relevância no setor ferroviário envolveu o conjunto de empresas do Grupo Brasil Ferrovias. Havia a necessidade de equacionar a situação financeira e patrimonial anterior dessas empresas, que provocava o adiamento dos investimentos em via permanente, na aquisição de vagões e locomotivas e na melhoria do acesso ao Porto de Santos.

Em 2005, foi aprovada com sucesso a reestruturação operacional, societária, patrimonial e de gestão das empresas do grupo – a Ferrobán e a Ferronorte (sistema de bitola larga) e a Novoeste (sistema de bitola métrica). A operação representou inversões da ordem de R\$ 873 milhões, dos quais R\$ 461 milhões

em novos aportes dos sócios, incluindo o BNDES (R\$ 150 milhões), e a capitalização de dívidas no valor de R\$ 412 milhões.

A solução encontrada para o Grupo Brasil Ferrovias viabiliza a revitalização e a consolidação do corredor ferroviário que vai escoar o crescente fluxo da produção agrícola da região Centro-Oeste ao Porto de Santos.

O BNDES também aprovou as seguintes operações a empresas do setor ferroviário:

OUTRAS OPERAÇÕES APROVADAS | R\$ MIL

Beneficiária	Investimento Total	Financiamento	Finalidade
Ferronorte S.A.	426.812	265.000	Investimentos em via permanente e material rodante visando ao aumento de capacidade do corredor de bitola larga
Cia. Ferroviária do Nordeste	208.095	144.045	Recuperação de 1.895 quilômetros de via permanente e de material rodante, além de melhorias operacionais
MRC BNGE-BF Ltda.	55.575	37.996	Aquisição de 189 vagões graneleiros
Cargill Agrícola S.A.	18.240	14.291	Aquisição de 80 vagões graneleiros
Caramuru Alimentos Ltda.	14.507	9.429	Recuperação ou adaptação de sete locomotivas e reforma ou conversão, em graneleiros, de 180 vagões convencionais
Fiagril	2.562	1.227	Recuperação ou adaptação de três locomotivas

Transporte Rodoviário

PANORAMA SETORIAL

O Brasil dispõe de aproximadamente 1.752 mil quilômetros de estradas de rodagem, dos quais apenas 11% são pavimentados. A iniciativa privada administra atualmente 9.730 quilômetros, através de 36 concessões (seis federais, 29 estaduais e uma municipal).

Rodovias	Pavimentadas (Mil Km)	Não-Pavimentadas (Mil Km)	Total (Mil Km)
Federais	58	35	93
Estaduais	115	161	277
Municipais	23	1.359	1.382
Total	196	1.555	1.752

Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), dezembro de 2005.

A SOLUÇÃO ENCONTRADA PARA O
GRUPO BRASIL FERROVIAS VIABILIZA
A REVITALIZAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO
DO CORREDOR FERROVIÁRIO QUE
VAI ESCOAR O CRESCENTE FLUXO DA
PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA REGIÃO
CENTRO-OESTE AO PORTO DE SANTOS.

Até o momento, foram realizados quatro grandes programas de concessão no país: o federal e os estaduais de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Ainda foram realizadas outras concessões, que não fazem parte de um programa extensivo, nos estados da Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, além de uma concessão municipal na cidade do Rio de Janeiro.

O Programa de Concessão de Rodovias Federais viabilizou o aumento da infra-estrutura viária e a sua manutenção ao longo do tempo, adequando-a ao acréscimo do volume de tráfego. Esse programa de concessão caracteriza-se também pela geração de empregos e pela introdução dos serviços de auxílio aos usuários (tais como resgate médico, telefonia, reboque, socorro mecânico e controle de tráfego), serviços que diferenciam as rodovias concedidas das demais, ao proporcionar maior conforto e segurança aos usuários.

O programa federal teve sua primeira fase implantada entre 1994 e 1997, resultando em seis concessionárias hoje em operação, responsáveis pela administração de 1.474 quilômetros de rodovias. A segunda fase, em processo de licitação, deve passar para a administração privada mais 3 mil quilômetros.

Entre 1996 e 2005, o total de investimentos das 36 concessionárias juntas supera R\$ 11 bilhões. O BNDES apóia 28 dessas concessionárias e já desembolsou R\$ 2,4 bilhões.

As rodovias concedidas assumem elevada importância econômica, em face de apresentar maior tráfego e maior complexidade operacional, de atender ao escoamento da produção, de melhorar o acesso aos portos (Santos, Paranaguá e Rio Grande) e de atender ao crescimento da demanda.

É prevista a concessão de mais 3.320 quilômetros nos próximos anos (a segunda etapa do programa federal e a continuidade do programa estadual de São Paulo) e de 1.078 quilômetros referentes ao início dos programas de parceria público-privada federal e nos estados (Minas Gerais e São Paulo).

PRINCIPAIS AÇÕES

O BNDES tem apoiado a expansão, duplicação, pavimentação, modernização e recuperação da malha rodoviária, com operações de financiamentos às concessionárias de rodovias e também aos estados. As empresas de logística também vêm tendo os seus programas de expansão apoiados pelo Banco.

Em 2005, foram aprovadas três operações, que totalizam R\$ 339 milhões em investimentos e R\$ 189 milhões em financiamento, com a recuperação de 323 quilômetros de rodovias. Os desembolsos do Banco atingiram R\$ 212 milhões em 14 operações (11 concessionárias, dois estados e uma empresa de logística).

O BNDES tem atuado com diversas entidades governamentais nos estudos de modelagem de projetos potenciais de parcerias público-privadas (MG-050, BR-163 e BR-116-BA). O Banco também tem tido participação ativa na viabilização dos acessos das rodovias federais BR-040 e BR-116 ao Porto de Sepetiba.

Quanto ao sistema rodoviário dos estados, o BNDES apoiou nos últimos anos iniciativas dos governos estaduais na recuperação de rodovias alimentadoras e de importância local ou regional. Dentre esses projetos, destacam-se os da Bahia, do Ceará, de Rondônia e de Minas Gerais.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES APROVADAS

ESTADO DO PARÁ – Pavimentação e recuperação de quatro trechos das rodovias PA-279, PA-320, PA-370 e PA-431, num total de 241 quilômetros, com financiamento do BNDES de R\$ 130 milhões, para um investimento total de R\$ 162,5 milhões.

VIANORTE S.A. – Apoio aos investimentos de recuperação e ampliação de capacidade, com o objetivo de melhorar as condições de tráfego, segurança e operação das rodovias do Lote 5 de São Paulo (região de Ribeirão Preto). O financiamento do BNDES é de R\$ 45,6 milhões, para um investimento total de R\$ 132,5 milhões.

Transporte Aéreo

PANORAMA SETORIAL

Nos últimos 30 anos, o mercado doméstico apresentou crescimento em termos de passageiros transportados por quilômetro, exceto em tempos de significativa retração de atividade econômica, como a provocada pelas crises do petróleo e da moratória da dívida brasileira nos anos 80 e pela recessão econômica e instabilidade política no início dos anos 90.

O Brasil é o quinto maior mercado doméstico mundial de aviação. A ponte aérea entre São Paulo e o Rio de Janeiro é uma das mais movimentadas do mundo, depois da de Nova Iorque–Washington, D.C., e Londres–Paris. Em 2005, a aviação comercial brasileira transportou mais de 30 milhões de passageiros no mercado doméstico, de acordo com o Departamento de Aviação Civil (DAC), vinculado ao Ministério da Defesa.

Durante os últimos sete anos, a taxa de crescimento do tráfego aéreo de passageiros foi de 6,8% a.a., frente a uma taxa de crescimento da capacidade disponível de 4,7% a.a., enquanto a taxa de crescimento do PIB no mesmo período foi de 1,7% a.a., conforme dados do DAC e do Banco Central.

As taxas de ocupação cresceram durante o período recente, notadamente a partir de 2003, em benefício da sustentabilidade das companhias aéreas. Essa é uma das conseqüências do controle da oferta exercido nos últimos anos pelo DAC, ao reduzir a concorrência predatória, existente até meados de 2002.

Historicamente, o crescimento da receita da aviação civil doméstica tem excedido o do PIB. Todavia, o resultado consolidado do setor não acompanhou o crescimento da receita, influenciado tanto por fatores endógenos (custos operacionais excedentes e excesso de oferta), quanto por fatores exógenos (variação no preço do combustível, efeitos da desregulamentação e custos indexados a moeda estrangeira). Espera-se que até 2012 o setor de transportes aéreos continue a crescer a taxas médias estimadas entre 5% e 7% a.a.

Nesse sentido, para fazer frente ao aumento esperado do volume de passageiros e cargas, a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) executa investimentos no valor de R\$ 5 bilhões, para remodelação, modernização e significativa expansão da capacidade dos mais importantes aeroportos do Brasil. Os principais investimentos serão feitos nos aeroportos de Santos Dumont (RJ), Congonhas e Guarulhos (SP), Confins (MG), Salvador (BA) e Brasília (DF).

O sistema de transporte aéreo brasileiro é dividido, predominantemente, em quatro categorias:

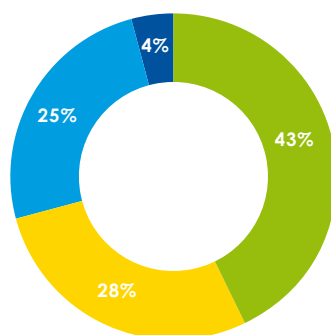
- linhas aéreas domésticas, que fornecem serviços de transporte público regular dentro do Brasil e operam principalmente com grandes aeronaves entre as grandes cidades;
- linhas aéreas regionais, que fornecem serviços de transporte público regular dentro do Brasil, geralmente ligando cidades menores a cidades maiores, e que são operadas por companhias aéreas com aeronaves menores, jatos regionais e turboélices;
- linhas aéreas de vôos fretados (*charter*), que fornecem serviços de transporte não-regular; e
- linhas aéreas internacionais, que operam serviços de transporte aéreo internacional regular para e do Brasil.

A aviação civil brasileira é atualmente formada pelas seguintes empresas, que representam em conjunto mais de 96% do mercado doméstico:

- TAM, que oferece todos os tipos de serviço, dentre os quais serviços regulares em rotas nacionais e, em extensão menor, em rotas internacionais;
- Gol, que utiliza uma estratégia de custo, oferecendo serviços regulares em rotas nacionais e uma incipiente oferta de rotas internacionais (somente na América do Sul); e
- Varig, que oferece serviços regulares tanto em rotas nacionais como internacionais e detém a maior participação de bandeira brasileira no mercado externo.

O *market-share* do mercado doméstico é apresentado no gráfico a seguir.

PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS AÉREAS NO MERCADO DOMÉSTICO
(Passageiros por Quilômetro Transportado Pago)



Fonte: DAC, outubro de 2005.

Para os próximos anos, espera-se o crescimento do resultado econômico das companhias aéreas nacionais, operando em um mercado com nível de concorrência tal que compatibilize os interesses das três partes envolvidas: dos usuários, com um serviço de preço e qualidade atraentes; do poder concedente, com boa prestação do serviço e ampliação do número de cidades atendidas; e das operadoras, ao preservar o seu equilíbrio econômico-financeiro.

PRINCIPAIS AÇÕES

O BNDES participou, nos últimos anos, de um esforço conjunto para acompanhar e propor medidas para o setor aéreo, visando, entre outros, ao desenvolvimento sustentado do segmento a médio e longo prazos. Em meados de 2003, elaborou com o DAC as diretrizes gerais para o aperfeiçoamento da regulamentação do setor, segundo as necessidades mais prementes ("Estruturação do Mercado de Transporte Aéreo Brasileiro").

Esse debate acabou por alavancar medidas executadas posteriormente pelo Departamento de Aviação Civil para reduzir a concorrência predatória entre as empresas e o excesso de oferta, geradora de custos excedentes, um dos principais motivadores da crise por que passava o setor.

O acordo comercial (*code-share*) entre as duas principais companhias do setor doméstico, entre 2003 e 2004, acabou por elevar os resultados operacionais de ambas as empresas, proporcionando significativo aumento da lucratividade setorial.

Com o fim do acordo, retorna a questão do equilíbrio entre o aumento da oferta (pressionada pela maior concorrência setorial) e a necessidade de redução de custos operacionais (obtida, entre outras, com uma integração maior dos serviços prestados e a padronização da frota de aeronaves). Todavia, a situação setorial hoje se encontra menos crítica que a que precedeu o referido acordo de cooperação.

Neste momento, o BNDES volta-se ao financiamento, em moeda nacional, de aeronaves fabricadas no país para as companhias aéreas nacionais e ao financiamento dos investimentos da TAM.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES APROVADAS

VARIG – Equacionamento do arresto de aeronaves pela justiça dos Estados Unidos, mediante financiamento à Aero LB Participações S.A. O financiamento de US\$ 41,33 milhões, equivalentes a 2/3 do investimento, teve por objetivo a aquisição de 95% das ações da VarigLog (Varig Logística S.A.) e de 90% das ações da VEM (Varig Engenharia e Manutenção S.A.)

Essa operação financeira foi concluída depois de prolongadas negociações, tendo sido fundamental por ensejar, naquele momento, a continuidade das operações da Varig. O financiamento atendeu às necessidades imediatas de caixa e permitiu, dessa forma, a continuidade do processo de recuperação judicial da empresa. O apoio do BNDES ajudou a manter 6.200 postos de trabalho naquelas empresas, além de evitar o arresto de mais de 20 aeronaves pelos arrendadores. A TAP (Transportes Aéreos Portugueses) prestou fiança a essa operação.

CONCESSIONÁRIA ESTACIONAMENTO DE CONGONHAS S.A. – O empreendimento consiste na construção de edifício-garagem com 61 mil metros quadrados de área construída, com capacidade para estacionar 2.550 veículos. O financiamento do BNDES é de R\$ 27,5 milhões, para um investimento de R\$ 45,9 milhões.

TAM LINHAS AÉREAS S.A. – O financiamento de R\$ 84,9 milhões tem por finalidade apoiar o plano de investimentos de R\$ 1,1 bilhão, a ser realizado em 2005 e 2006. O enfoque do apoio do Banco é a ampliação das instalações do Centro Tecnológico de São Carlos (SP), a aquisição de equipamentos e materiais nacionais, o desenvolvimento de *software*, a capacitação de pessoal e o desenvolvimento de projetos ambientais.

Terminais Portuários

PANORAMA SETORIAL

O setor portuário dependeu do Estado desde a sua formação. Ao longo dos anos, entretanto, o setor público perdeu sua capacidade de investimento, causando uma rápida deterioração nas bases instaladas dos mais diversos setores da economia. No caso dos portos, a situação não foi diferente. Ao final da década de 90, os principais resultados de adoção desse modelo foram a falta de investimentos em equipamentos e infra-estrutura, o alto custo de produção e o elevado tempo de espera das embarcações, entre outros.

O aperfeiçoamento dos serviços portuários é condição básica para que a produção de bens e serviços alcance níveis internacionais. O setor portuário evolui sob pressão dos processos de globalização e de intensificação da concorrência internacional. Os custos envolvidos no transporte de cargas representam um elemento-chave na competitividade mundial.

No Brasil, o arrendamento de áreas nos portos públicos foi iniciado após a promulgação da Lei 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, conhecida como Lei dos Portos. Os investimentos privados na superestrutura portuária reduziram os custos de movimentação e de armazenagem de carga, bem como o tempo de espera para atracação das embarcações.

Na carga geral, em um curto período, generalizou-se o conceito de movimentação de carga em contêineres como solução para o longo tempo de espera dos navios nas operações de carga e descarga. O conceito de "unitização" das cargas, a padronização dos navios e a utilização de equipamentos de manuseio de carga de maior produtividade possibilitaram mais agilidade nas operações portuárias.

O uso de contêineres é importante também no transporte multimodal, viabilizando a utilização de modais diferentes em benefício da redução dos custos logísticos.

Outra tendência observada em termos mundiais são os portos concentradores de carga (*hub ports*). A criação de *hub ports* na América Latina ainda depende, todavia, de alguns fatores, como a maturação dos investimentos nas ferrovias e a melhoria das rodovias, além da consolidação de uma navegação de cabotagem.

O Brasil possui, atualmente, grande diversidade de mercadorias exportáveis e os produtos manufaturados têm cada vez maior participação no comércio exterior. A eficiência portuária é, pois, fundamental para elevar a competitividade brasileira.

PRINCIPAIS AÇÕES

A participação do BNDES no setor portuário teve por objetivo principal viabilizar financeiramente a execução de investimentos nos terminais arrendados dos portos públicos. A infra-estrutura portuária também foi objeto de apoio do BNDES nos acessos rodoviários aos Portos de Sepetiba e Itajaí.

A análise dos projetos e a posterior concessão de financiamentos de longo prazo destinaram-se, notadamente, à expansão, modernização e melhoria dos serviços prestados e priorizaram aspectos relacionados à tecnologia (sistema de informação, obras civis e máquinas e equipamentos), pela alteração dos fatores de produção, gestão e meio ambiente.

Os Portos de Santos, Sepetiba e Paranaguá foram atendidos por financiamentos do BNDES. Num período de cinco anos (1999-2004), os desembolsos totalizaram cerca de R\$ 217 milhões para investimentos da ordem de R\$ 481 milhões e destinaram-se principalmente a terminais arrendados em portos públicos. São terminais de contêineres e de granéis que obtiveram ganhos de produtividade, com redução de custos e de tarifas, melhorando o desempenho das exportações brasileiras.

As necessidades futuras, além de exigirem a continuidade da modernização dos terminais arrendados, requerem o equacionamento dos acessos terrestres (rodoviários e ferroviários) e marítimo (dragagem do canal de acesso) dos portos públicos, principais gargalos logísticos do setor. As perspectivas apontam para a viabilidade de um arrendatário responsável pelos investimentos nos acessos portuários, com receita própria, para adequar a capacidade dos acessos à demanda portuária.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES APROVADAS

O BNDES aprovou o financiamento à expansão do Porto de Pecém (CE), no valor de R\$ 150 milhões, em um investimento total de R\$ 330 milhões. O projeto consiste na construção de mais um berço, com calado de 17 metros, para contêineres e carga geral. Ao final da obra, o atual berço vai ficar disponível para operar exclusivamente com granéis e produtos siderúrgicos e atender à siderúrgica que está sendo construída no estado.

O BNDES também aprovou financiamento de até R\$ 332 milhões para um investimento de R\$ 399 milhões que a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) vai realizar no Terminal de Carvão do Porto de Sepetiba (Tecar), localizado no município de Itaguaí (RJ). Esse terminal é dedicado atualmente à importação de carvão e coque. O projeto prevê a adequação do terminal portuário para receber, movimentar e embarcar até 31 milhões de toneladas/ano do minério de ferro destinado à exportação.

A empresa Teaçu Armazéns Gerais, por meio de operação contratada com agente financeiro do BNDES, obteve a colaboração financeira, no valor de R\$ 47 milhões, para expandir e modernizar o terminal de movimentação portuária de produtos de origem vegetal no Porto de Santos (Armazéns 16, 17 e 19). O projeto permite ampliar a capacidade de movimentação de açúcar em granel de 450 mil para 1,6 milhão de toneladas/ano. O investimento total supera R\$ 74 milhões.

O financiamento da expansão do Terminal 39 do Porto de Santos, no valor de R\$ 7 milhões, destina-se à ampliação da capacidade total de 135 mil toneladas estáticas para 180 mil. O volume de grãos movimentados superará 1,9 milhão de toneladas/ano, com aumento de 400 mil toneladas.

Transporte Aquaviário

PANORAMA SETORIAL

A amplitude da costa brasileira, a posição costeira das principais cidades e o imenso conjunto de vias navegáveis no interior do país são características que determinam importância estratégica ao transporte aquaviário no Brasil.

Atualmente, a participação do modal aquaviário na matriz de transportes de cargas brasileira se encontra próximo a 15%, sendo segmentado em navegação de longo curso, navegação de cabotagem, navegação interior, apoio portuário e apoio marítimo. A carga transportada no modal é diversificada, sendo classificada em carga geral (inclusive contêineres), granel sólido ou granel líquido. Cada mercado possui as suas especialidades.

Por outro lado, as empresas do setor se caracterizam pelo alto grau de alavancagem financeira, gerado pela necessidade de grandes investimentos na aquisição dos ativos operacionais. Como os investimentos na aquisição das embarcações são bastante elevados, analogamente aos demais segmentos de infra-estrutura, o setor apresenta um cenário de negócios que implica um retorno dos investimentos em prazos mais longos que os padrões usuais. Por conseguinte, os financiamentos ao setor precisam estar adequados a essa realidade.

No Brasil, o modal aquaviário conta com os recursos do Fundo de Marinha Mercante (FMM), do qual o BNDES é o principal agente financeiro. Recentemente, com a participação do Banco, foram promovidas alterações de prazos e taxas nas normas do FMM, para permitir que a acessibilidade ao crédito viabilize o crescimento do setor.

GRANEL SÓLIDO

A frota brasileira de graneleiros é composta por 28 navios registrados no Brasil, totalizando 1,4 milhão de TPBs (toneladas de porte bruto). São dois navios *Capesize* (acima de 80 mil TPBs), quatro navios *Panamax* (60 mil a 80 mil TPBs) e 22 navios *Handy* (20 mil a 55 mil TPBs), sendo que duas empresas (Elcano e Norsul) concentram 71% da capacidade da frota.

Algumas empresas optam por fazer o registro das embarcações no exterior. Por exemplo, a Docenave possui três navios do tipo *Capesize* com bandeira de conveniência.

A operação da frota nacional está direcionada ao atendimento das demandas da cabotagem. Os principais fluxos são o de bauxita (7 milhões de toneladas/ano), minério de ferro (3 milhões de toneladas/ano) e sal (1,5 milhão de toneladas/ano).

No tráfego de longo curso, o segmento de granéis sólidos apresenta expressivos volumes de carga, principalmente no sentido das exportações. Em 2003, foram movimentados 281 milhões de toneladas, sendo as exportações responsáveis por 85% desse total. Entretanto, poucas operações são realizadas com navios brasileiros, utilizando-se, basicamente, navios de bandeira estrangeira.

A idade média da frota brasileira é de 18,9 anos. A obsolescência dos navios permite prever que, caso não ocorra reposição, em 2010 a capacidade da frota estará reduzida a 58% da atual.

GRANEL LÍQUIDO

A Transpetro, empresa do Grupo Petrobras, é a maior empresa de navegação do Brasil. Possui 50 navios próprios, 46 dos quais são registrados no país: 39 petroleiros, seis navios gaseiros e um navio-cisterna. Entre os petroleiros, apenas dois têm casco duplo e poderão continuar em operação após 2010.

A capacidade total da frota que atende à Petrobras atinge 5,5 milhões de TPBs, considerando-se os navios da Transpetro (42%) e os estrangeiros afretados (58%).

Para atender à necessidade de renovação da frota, a Transpetro publicou edital de licitação para a compra de 26 embarcações, abrangendo navios petroleiros, gaseiros e de produtos claros. Também está prevista a construção de mais 20 embarcações até 2015.

As empresas Flumar, Global e Metalnave, de menor porte, atuam basicamente em tráfegos de cabotagem, reservados para o navio brasileiro, transportando produtos químicos e GLP. A frota de gaseiros e químicos pertencentes a essas empresas apresentam idade média elevada (superior a 20 anos), excetuando-se os navios da Metalnave, recentemente incorporados.

Na cabotagem, existe um importante fluxo de transporte de petróleo e derivados e também de cargas químicas. Esses tráfegos necessitam de navios brasileiros, tendo em vista a regulamentação que reserva a cabotagem à bandeira nacional. Esses fluxos devem crescer ainda mais nos próximos anos, com o aumento da produção de petróleo *offshore*, requerendo o transporte de óleo bruto entre as plataformas de produção e os terminais.

Registre-se que o transporte de gases liquefeitos apresenta significativas diferenças em termos de tecnologia das embarcações e de condições de mercado em cada um dos casos de gás liquefeito de petróleo (GLP) e de gás natural liquefeito (GNL).

Outro nicho no segmento de granel líquido refere-se aos navios químicos. São quatro tipos principais de cargas: produtos orgânicos (metanol, MTBE, estireno etc.), produtos inorgânicos (ácido sulfúrico, ácido fosfórico, soda cáustica), óleos vegetais e animais (palmeiras, soja, girassol etc.) e outros (óleos lubrificantes, melação, entre vários outros tipos de produtos).

CARGA CONTEINERIZADA

O transporte aquaviário de contêineres, em nível internacional, é extremamente concentrado em empresas de grande porte, com operações globalizadas (*mega-carriers*). As cinco maiores empresas do mundo são responsáveis por 31% da capacidade da frota em TEU (*twenty-feet equivalent unit* – unidade equivalente a contêineres de 20 pés). Esse percentual atinge 45% e 65% para os dez e 20 maiores operadores, respectivamente.

Esse é o segmento que apresenta as maiores taxas de crescimento no setor de navegação no mundo. O crescimento é mais notável nas faixas de navios de maior capacidade, atingindo a média anual de 29,3% para navios acima de 4 mil TEUs. A construção de navios com capacidades maiores mostra a tendência em explorar economias de escala nos serviços de carga containerizadas.

Atualmente, apenas três empresas brasileiras (Aliança, Libra e Global) operam regularmente no transporte marítimo de contêineres no longo curso, sendo duas delas de propriedade de grupos estrangeiros.

Os principais operadores estrangeiros de longo curso no Brasil são Hamburg Süd e CSAV. A Aliança (controlada pela Hamburg Süd) e a Libra (controlada pela CSAV) possuem expressivas participações de mercado, que vêm se mantendo relativamente estáveis ao longo dos três últimos anos.

No transporte marítimo de contêineres na cabotagem (incluindo as rotas do Mercosul), três empresas brasileiras (Aliança, Docenave e Mercosul) operam regularmente, sendo duas delas de propriedade de grupos estrangeiros. A Mercosul Line é uma subsidiária da anglo-holandesa P&O Nedlloyd.

132

Em sua maior parte, a frota brasileira de carga geral mostra-se pouco adequada para os tráfegos de contêineres no longo curso e na cabotagem.

Registre-se que, em 2005, o setor de construção naval brasileiro foi responsável pela manutenção de 30 mil postos de trabalho. No transporte marítimo, 7,5 mil postos foram oferecidos.

PRINCIPAIS AÇÕES

Há uma percepção de oportunidades para ganhos de eficiência em todos os modais da matriz brasileira de transportes, em particular com o aumento de participação do modal aquaviário.

Com essa visão sistêmica, o BNDES participou intensamente, em 2005, das discussões que visam estimular o crescimento do setor de navegação no Brasil, como, por exemplo, a redução do custo de capital para a aquisição

de embarcações por empresas brasileiras, a adequação da regulamentação das normas do FMM e o desenvolvimento da estruturação de um seguro de *performance* para a construção naval.

Adicionalmente à relevância dessas medidas, a viabilidade da marinha mercante brasileira ainda envolve a questão do custo de produção dos estaleiros nacionais, comparativamente ao mercado internacional, e o enfrentamento da questão do custo operacional da bandeira brasileira, sem relevar os aspectos referentes à eficiência e acessibilidade dos portos do país.

Em 2005, o BNDES apoiou novas operações para o setor de transporte de cargas marítimas e fluviais, cujos investimentos, no valor de R\$ 312 milhões, obtiveram financiamentos de R\$ 239 milhões, com aumento de 125% em relação ao total aprovado em 2004. O montante desembolsado pelo Banco foi de R\$ 224 milhões.

A maior parte do total aprovado e liberado destinou-se ao transporte a granel ao longo da costa brasileira (cabotagem) de produtos como madeira, celulose e bobinas de aço, bem como ao transporte hidroviário de *commodities* agrícolas.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES APROVADAS

O destaque desse setor foram dois financiamentos aprovados à Companhia de Navegação Norsul, no valor total de R\$ 180 milhões, para realizar investimentos da ordem de R\$ 200 milhões.

Uma das operações destina-se à aquisição de três barcas e um empurrador oceânicos para transporte de fardos de celulose para a Veracel Celulose S.A., entre o terminal marítimo de Belmonte, na Bahia, e o terminal de Portocel, no Espírito Santo.

Outro contrato refere-se à aquisição de quatro barcas e dois empurradores oceânicos para transporte de bobinas de aço entre a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), no Espírito Santo, e a relaminadora Usina Vega do Sul S.A., em Santa Catarina.

Todos os empurradores serão fabricados pelo estaleiro Promar, localizado em Niterói (RJ), enquanto as barcas serão fornecidas pela Eisa (Estaleiro Ilha S.A.), do Rio de Janeiro (RJ).

A empresa Norskan Offshore Ltda. obteve um financiamento de R\$ 91 milhões do BNDES para investir R\$ 116 milhões na aquisição de uma embarcação do tipo AHTS 15000, de apoio marítimo para manuseio de âncoras, reboque e suprimento, destinada à prestação de serviços às empresas de exploração e produção de petróleo. A construção da embarcação foi contratada ao estaleiro Promar.

A Navegação Aliança Ltda. obteve um financiamento de R\$ 13,7 milhões do BNDES para adquirir duas embarcações graneleiras, cujo investimento é de R\$ 25,2 milhões. A Hidronave Transporte Hidroviário Ltda., por sua vez, teve aprovado um financiamento de R\$ 7,6 milhões do BNDES para adquirir dois empurradores fluviais, cujo investimento monta a R\$ 10,5 milhões.

PRINCIPAIS PROJETOS CONCLUÍDOS

COMPANHIA BRASILEIRA DE OFFSHORE (CBO) – O financiamento do BNDES viabilizou a aquisição, pela CBO, de uma embarcação de apoio marítimo do tipo AHTS-12000, construída pelo estaleiro Ebin, em Niterói (RJ). O barco destina-se a realizar operações *offshore* de apoio às unidades de pesquisa, desenvolvimento e exploração de petróleo em águas profundas. A construção do barco iniciou-se em novembro de 2003 e sua entrega ocorreu em dezembro de 2005.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL – O estaleiro Promar entregou à Norsul um empurrador e o estaleiro Eisa três barcas, que compõem um sistema de transporte de celulose da Veracel. Além disso, o estaleiro Eisa concluiu o sistema de transporte de toras para a Aracruz, composto de dois empurradores e quatro barcas.

Telecomunicações

PANORAMA SETORIAL

A quantidade total de usuários de serviços de telecomunicações no Brasil continuou crescendo em 2005, em função da forte expansão da base de telefonia móvel, que propiciou o aumento da penetração dos serviços de telecomunicações nas camadas menos favorecidas. Ao todo, são cerca de 40 milhões de assinantes de telefonia fixa no Brasil e aproximadamente 85 milhões de usuários de telefones móveis.

O número de acessos por banda larga à internet cresceu 68% em 2005, terminando o ano com 3,8 milhões. Houve ainda significativo avanço de oferta de VoIP (voz sobre protocolo IP), tendo sido contabilizadas, ao final de 2005, 38 operadoras, que oferecem esse serviço pela rede pública.

No setor de TV por assinatura, o ano foi marcado por reestruturações financeiras e societárias, com o início de um novo ciclo de investimentos voltados para a modernização e adequação das redes das empresas à prestação de novos serviços.

TELECOMUNICAÇÕES FIXAS

O número de assinantes de telecomunicações fixas permaneceu estável em 2005 em relação a 2004. De forma a minimizar a perda de receita decorrente do deslocamento de tráfego local para as operadoras móveis e de tráfego de longa distância para as empresas de VoIP, as concessionárias estão investindo em banda larga e no desenvolvimento de serviços de valor agregado.

Adicionalmente, em 2005, grupos que atuam em telecomunicações fixas e móveis passaram a vender pacotes incluindo os dois tipos de serviços, juntamente com banda larga e internet.

As prestadoras de serviços de telecomunicações fixas, que já ofereciam VoIP para o mercado corporativo, anunciaram o lançamento desse serviço no mercado residencial em 2006, que deverá ser prestado de forma defensiva. O objetivo das concessionárias é minimizar a perda de tráfego e aumentar a fidelização do cliente. Elas não deverão competir por preços, e sim através de serviços de valor agregado e da integração do VoIP aos pacotes de serviços já oferecidos.

Em dezembro de 2005, as concessionárias de telefonia fixa assinaram com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a prorrogação, por um prazo de 20 anos, a partir de 1º de janeiro de 2006, dos contratos de concessão celebrados em 1998.

As mudanças, que entram imediatamente em vigor, são a conversão do pulso da telefonia local para minuto, o detalhamento das chamadas na fatura, a definição de metas de universalização e de qualidade mais exigentes e a criação do telefone social ou Acesso Individual Classe Especial (AICE). Esse último é uma nova modalidade de serviço pré-pago, a ser obrigatoriamente oferecido pelas operadoras, com menor custo de assinatura, para uso exclusivamente residencial e limitado a um acesso por domicílio.

TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS

Após ter saltado de 46,4 milhões ao final de 2003 para 65,6 milhões em 2004, a base de assinantes móveis continuou crescendo em 2005. Foram contabilizados cerca de 85 milhões de assinantes, sendo 81% na modalidade pré-pago. Esse total equivale a uma densidade de 46 celulares/100 habitantes. Isso fez com que o Brasil se posicionasse como o quinto país do mundo em número de celulares, atrás da China, dos Estados Unidos, da Rússia e do Japão.

Embora corresponda a 68% da base de assinantes totais (fixos e móveis), o segmento de telefonia móvel representou apenas 39% do faturamento

do setor em 2005, com rentabilidade bastante inferior ao segmento de telefonia fixa. A expansão da base móvel continuou dependendo do subsídio praticado pelas prestadoras de serviço na venda de aparelhos, em face da forte concorrência observada no segmento, com a atuação de três ou quatro operadoras em cada área.

Destaca-se ainda a forte relevância das receitas de interconexão no faturamento das empresas de telecomunicações móveis, observando-se que a tendência é de queda nas tarifas de interconexão. Para elevar a rentabilidade, as operadoras móveis estão apostando no crescimento das receitas de dados e de serviços de valor adicionado.

TV POR ASSINATURA

Em 2005, o setor de TV por assinatura contabilizava mais de 4 milhões de assinantes, correspondendo a um aumento de 7% no ano, após crescimento similar ocorrido em 2004 e estagnação verificada nos quatro anos anteriores.

Embora tenha pequena representatividade no acesso por banda larga, liderado pelos clientes das operadoras de telecomunicações fixas, o setor de TV por assinatura registrou significativo aumento de assinantes em 2005, com crescimento de cerca de 45% na comparação com o ano anterior, somando mais de 530 mil acessos.

Assim como as prestadoras de telecomunicações fixas, as empresas do setor de TV por assinatura se preparam para o lançamento da oferta do *triple play*, serviço que contempla transmissão de vídeo, voz e dados.

PRINCIPAIS AÇÕES

Os principais objetivos da atuação do BNDES no setor de telecomunicações são o desenvolvimento da indústria local de equipamentos, inclusive *software* associado, e o incremento da universalização dos serviços, com ênfase no seu barateamento para as populações de menor renda. O Banco apóia os investimentos de implantação e expansão das redes, visando à melhoria da qualidade desses serviços e à introdução de novas tecnologias.

Em 2005, o BNDES aprovou financiamentos no valor de R\$ 1,78 bilhão para projetos de telecomunicações, correspondendo a um investimento total de cerca de R\$ 3,56 bilhões. O valor desembolsado no ano pelo Banco ao setor atingiu R\$ 1,59 bilhão.

PRINCIPAIS OPERAÇÕES APROVADAS

TIM CELULAR S.A. – Investimentos na rede de telefonia celular GSM, visando ao aumento da área de cobertura; à ampliação da velocidade de transmissão de dados, internet e imagens; e à oferta de serviços de valor agregado. Os investimentos totalizam R\$ 2,6 bilhões, com financiamento de R\$ 1,34 bilhão.

TELEMAR NORTE LESTE S.A. – Execução do programa de investimentos do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU/2005) e do projeto social Escola em Movimento, em Recife (PE), com investimento total de R\$ 384 milhões e financiamento de R\$ 218 milhões.

Outra operação contempla um projeto de implantação de sistema (*hardware* e *software*) com tecnologia desenvolvida no país, permitindo o detalhamento das contas telefônicas e o oferecimento de outros serviços. Os investimentos somam R\$ 23,9 milhões, financiados em 100% pelo BNDES.

GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA. (GVT) – Expansão da rede de telecomunicações da empresa, que atua nas regiões Sul e Centro-Oeste, passando a capacidade de 744 mil para 997 mil linhas instaladas e demandando investimentos de R\$ 294 milhões, com financiamento do BNDES de R\$ 120 milhões.

COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL (CTBC TELECOM) – Investimentos em equipamentos e em infra-estrutura de rede, para ampliação da capacidade de fornecimento de serviços de dados e internet (banda larga), de processamento de centrais de comutação e de transmissão da rede. Os investimentos totalizam R\$ 177,6 milhões, com financiamento do BNDES no valor de R\$ 55,2 milhões.

CTBC CELULAR S.A. – Implantação da rede GSM, com a aquisição de equipamentos e adequações nos sistemas de apoio e na infra-estrutura da rede existente. Os investimentos são de R\$ 64,9 milhões, com financiamento do BNDES de R\$ 18,1 milhões.

ENGEREDS REDES MULTIMÍDIA S.A. – Investimentos para a ampliação da capacidade de transmissão da rede, no valor de R\$ 22,8 milhões, com financiamento do BNDES de R\$ 3,4 milhões.

**DESCENTRALIZAÇÃO DO CRÉDITO:
CONTRIBUINDO PARA A REDUÇÃO
DAS DESIGUALDADES REGIONAIS**





DESCENTRALIZAÇÃO DO CRÉDITO: CONTRIBUINDO PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

Desembolsos por Região

Em 2005, os desembolsos totais do BNDES tiveram crescimento de 18% em relação a 2004. Houve acréscimo nas liberações para as regiões Sudeste (30%), Sul (10%) e Nordeste (39%) e decréscimos para as regiões Centro-Oeste (37%) e Norte (17%).

Com relação à região Norte, a queda nos desembolsos refere-se, sobretudo, às operações de grande porte no setor de energia elétrica. Desconsiderando-se o decréscimo nesse setor, os demais desembolsos dobraram.

No crescimento da região Nordeste, destaca-se a influência das operações não-automáticas com o setor de energia elétrica. Tiveram importante participação nos desembolsos os setores de papel e celulose, químico, alimentício e petróleo e gás.

Quanto aos projetos, destacam-se:

- O financiamento de R\$ 2,6 bilhões do BNDES para o empreendimento da Bahia Sul situado em Mucuri (BA), com investimento total de R\$ 4,6 bilhões. Estão englobados projetos sociais no valor de R\$ 24 milhões, financiados em 90% pelo Banco, e gerando 8 mil empregos na implantação e 950 na operação.
- O financiamento de R\$ 245 milhões para a Manati S.A. aplicar na produção e no transporte do gás natural do Campo de Manati, no litoral da Bahia. O investimento total é de R\$ 642 milhões. O Campo de Manati permitirá que a Bahia duplique sua produção de gás e será o maior no Brasil em produção de gás natural não-associado *offshore*.
- O financiamento à expansão do Porto de Pecém (CE), no valor de R\$ 150 milhões, para um investimento de R\$ 330 milhões. O projeto consiste na construção de mais um berço, liberando-se o atual para, ao final da obra, operar exclusivamente com granéis e produtos siderúrgicos e atender à siderúrgica que está sendo construída no estado.

Após forte crescimento em 2004, a região Centro-Oeste experimentou acentuada redução nos desembolsos em 2005. A reversão deve-se aos setores agrícola e de infra-estrutura, exatamente aqueles responsáveis pela boa *performance* observada em 2004.

Não obstante o decréscimo nos desembolsos para a região, há que destacar o apoio do Banco a importantes projetos de impacto socioeconômico regional:

- Financiamento de R\$ 800 milhões à Transportadora Urucu Manaus S.A. (Petrobras), visando à construção de gasoduto entre Urucu e Manaus, no Amazonas, sendo de R\$ 1,44 bilhão o investimento total. Além de Manaus, outros sete municípios amazônicos receberão gás natural das reservas de Urucu. O fornecimento permitirá que as termelétricas que hoje utilizam diesel ou óleo combustível passem a consumir gás natural, reduzindo-se os custos de geração e a poluição ambiental.
- Financiamento de R\$ 137 milhões ao Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre, com investimentos totais de R\$ 170 milhões. O programa compõe-se de 20 diferentes subprojetos, integrados em um plano de desenvolvimento econômico e social pautado no aproveitamento, com sustentabilidade, das potencialidades locais, sobretudo da economia de base florestal.

O crescimento dos desembolsos à região Sudeste reflete o comportamento da demanda de diversos setores industriais e da infra-estrutura. Observam-se desembolsos vultosos aos setores de energia e gás, telecomunicações, produtos alimentícios, metalurgia, veículos automotores, química e papel e celulose.

A região Sul experimentou em 2005 crescimento de 13% nos desembolsos. Ao mesmo tempo que declinaram intensamente os desembolsos com operações automáticas para o setor agropecuário (a exemplo do ocorrido no Centro-Oeste), o movimento foi mais do que compensado pelo crescimento da demanda de outros setores econômicos.

Iniciativas para Aprimorar o Enfoque Regional

Objetivando promover maior desconcentração de seus desembolsos, desde a década de 90 o BNDES vem criando diversos programas de desenvolvimento regional, adotando critério de delimitação geográfica macrorregional. A análise do desempenho desses programas apontou resultados insatisfatórios e estimulou o Banco a reformular sua abordagem, o que resultou na criação do Programa de Dinamização Regional (PDR).

Com vigência de três anos e recursos de R\$ 5 bilhões, o PDR oferece condições diferenciadas para investimentos em regiões menos desenvolvidas, utilizando novo critério, conforme metodologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, implementada pelo Ministério da Integração Nacional. Essa metodologia baseia-se na renda domiciliar *per capita* e no dinamismo econômico por unidade territorial e segue parâmetros de delimitação microrregional, captando-se melhor a diversidade existente no território.

Com vistas a conferir maior eficácia às políticas de desenvolvimento regional do BNDES, foi criado o Comitê de Política Regional, que atuará na identificação de projetos estruturantes dotados de forte impacto regional e capacidade de atração de outros investimentos. O Comitê atuará na definição e coordenação das ações do Banco na área de influência dos projetos, de modo a estimular investimentos e dotá-los de condições de financiamento diferenciadas.

Outra iniciativa visando ao desenvolvimento regional consistiu na criação do Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Ferrovias nas Regiões Norte e Nordeste, dispondo de R\$ 1 bilhão e oferecendo condições diferenciadas para investimentos no transporte de carga nessas regiões. No âmbito do programa, em 2005 o BNDES aprovou operação de R\$ 144 milhões à Companhia Ferroviária do Nordeste, objetivando financiar o aumento da qualidade dos serviços prestados, da produtividade e da capacidade de produção, com investimentos totais de R\$ 180 milhões nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco.

Em 2005, o BNDES celebrou um acordo de cooperação técnica com o Ministério da Integração Nacional visando potencializar os resultados dos estudos e intervenções das partes. O acordo de cooperação visa promover análises da dinâmica espacial socioeconômica, que servirão de base para a execução de ações voltadas para o desenvolvimento de potenciais produtivos e para a redução de desigualdades regionais. O acordo prevê ainda a atuação conjunta nas sub-regiões e em setores considerados prioritários, além da articulação com fundos constitucionais para o financiamento de grandes empreendimentos inseridos nos programas de desenvolvimento das sub-regiões.

COM VISTAS A
CONFERIR MAIOR
EFICÁCIA ÀS POLÍTICAS
DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO BNDES,
FOI CRIADO O COMITÊ
DE POLÍTICA REGIONAL,
QUE ATUARÁ NA
IDENTIFICAÇÃO DE
PROJETOS ESTRUTURANTES
DOTADOS DE FORTE
IMPACTO REGIONAL E
CAPACIDADE DE ATRAÇÃO
DE OUTROS INVESTIMENTOS.

**COMÉRCIO EXTERIOR: INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA É PRIORIDADE**



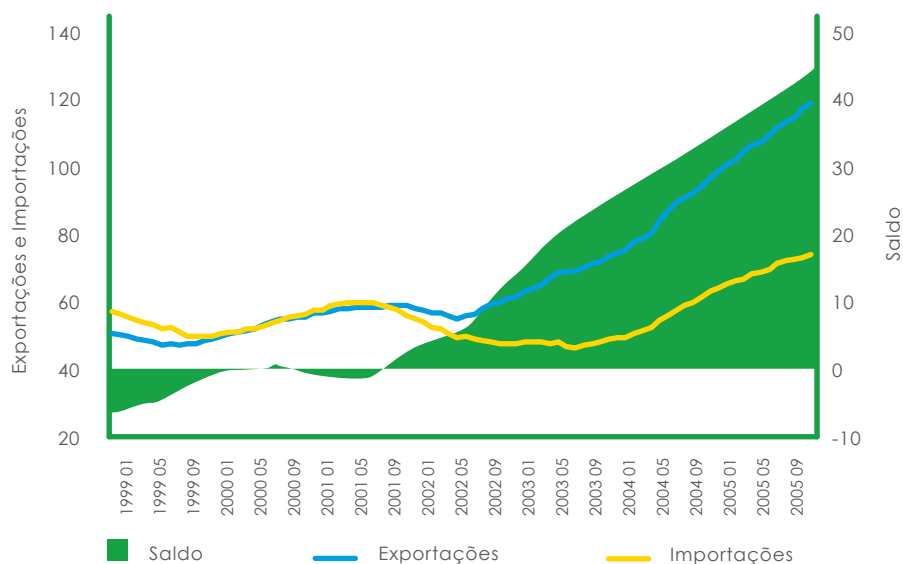


COMÉRCIO EXTERIOR: INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA É PRIORIDADE

Evolução das Exportações Brasileiras

As exportações brasileiras somaram, em 2005, US\$ 118,3 bilhões, registrando expansão de 22,6% sobre 2004. Foi o maior valor já verificado em toda série histórica. O saldo comercial alcançou o recorde de US\$ 44,8 bilhões.

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS ACUMULADAS EM 12 MESES: 1999 A 2005 (US\$ Bilhões)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

O BNDES participou do incremento das exportações tanto, diretamente, por meio do financiamento com os mecanismos do BNDES-Exim (nas Linhas Pré-Embarque, Pré-Embarque Especial e Pós-Embarque), quanto financiando projetos industriais que contribuiriam para a substituição das importações ou para o aumento das exportações.

Esses financiamentos fortalecem a indústria brasileira, pois uma indústria que produza para os mercados interno e externo possui maior escala e melhores condições de se desenvolver. O financiamento à exportação permite às empresas brasileiras competir no mercado internacional em condições similares às de outros países que recebem apoio de suas respectivas agências de crédito à exportação.

A atuação do BNDES na expansão do comércio exterior foi fundamental porque as exportações geram divisas em moeda forte, o que possibilita ao país fazer frente às suas necessidades de importação e de pagamento de débitos externos, facultando a redução da vulnerabilidade externa. O estímulo do Banco a exportações de bens de maior valor agregado tem por objetivo a expansão contínua e sustentável das exportações ao longo do tempo.

Além disso, as exportações contribuem para o crescimento econômico e para a geração de empregos. As linhas de apoio do BNDES à exportação procuram também ampliar o percentual de insumos domésticos nos bens exportados, pois quanto maior o conteúdo nacional nos produtos, maior o impacto sobre o crescimento do país.

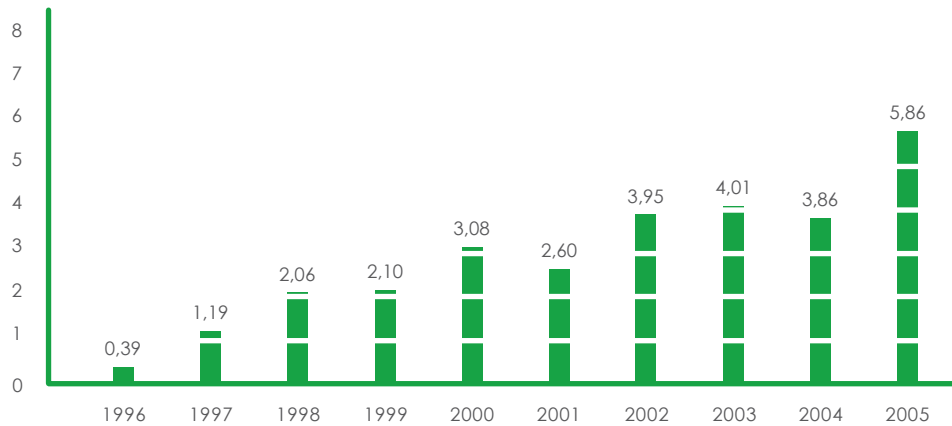
Principais Ações

O apoio do Banco às exportações brasileiras completou 15 anos em 2005. O primeiro pedido para um financiamento no âmbito das linhas de exportação foi apresentado em 8 de novembro de 1990 pela Prensas Schuler S.A. Ao longo dessa década e meia, foram desembolsados quase US\$ 30 bilhões para os mais diversos setores, contribuindo para a expansão das exportações brasileiras em termos quantitativos e qualitativos.

Os desembolsos do BNDES para linhas de financiamento à exportação acompanharam o crescimento das exportações observado no período. Nesses 15 anos, as exportações brasileiras aumentaram quase quatro vezes em valor, passando de uma média de US\$ 30 bilhões na primeira metade da década de 90 para os US\$ 118 bilhões de 2005. Nesse período, o crescimento das linhas de financiamento à exportação do Banco ocorreu a uma taxa significativamente maior. As liberações saltam de uma média anual de US\$ 100 milhões na primeira metade da década de 90 para US\$ 4 bilhões no início deste século.

Em 2005, os desembolsos nas linhas de apoio ao comércio exterior somaram US\$ 5,86 bilhões, sendo o maior volume anual de recursos já liberado em toda a história dessas linhas. Em relação a 2004, registrou-se um crescimento de 51,8% no valor liberado. Em 2005, os desembolsos da Área de Comércio Exterior representaram cerca de 30% dos empréstimos totais do Banco.

DESEMBOLSOS DO BNDES PARA EXPORTAÇÕES: 1996 A 2005 (US\$ Bilhões)



As linhas de apoio do BNDES estão presentes no financiamento tanto à produção (Linha Pré-Embarque) quanto à comercialização (Pós-Embarque), ambas importantes para facilitar a competitividade das empresas exportadoras. Em um financiamento pela Linha Pré-Embarque, a empresa obtém recursos para executar o processo produtivo do bem a ser exportado. Já na Linha Pós-Embarque, permite-se que o importador seja financiado e o exportador receba os recursos antecipadamente. Em 2005, os desembolsos foram distribuídos entre as Linhas Pré-Embarque (54%) e Pós-Embarque (46%).

Quanto ao perfil setorial, os financiamentos do BNDES atendem aos mais variados segmentos, alcançando praticamente todos os ramos da atividade econômica (ver tabela a seguir).

Os bens de capital representaram 68% do valor desembolsado em 2005 – correspondentes a US\$ 4 bilhões, 34% a mais do que em 2004 –, abrangendo os segmentos de máquinas industriais, aparelhos de telecomunicações, equipamentos para geração de energia, aeronaves, tratores, veículos ferroviários, ônibus e caminhões.

EM 2005, OS DESEMBOLSOS NAS LINHAS DE APOIO AO COMÉRCIO EXTERIOR FORAM DE US\$ 5,86 BILHÕES, SENDO O MAIOR VOLUME ANUAL DE RECURSOS JÁ LIBERADO EM TODA A HISTÓRIA DESSAS LINHAS. EM RELAÇÃO A 2004, REGISTROU-SE UM CRESCIMENTO DE 51,8% NO VALOR DESEMBOLSADO.

DESEMBOLSOS DO BNDES PARA EXPORTAÇÕES

Categories de Uso	Participação (%)	Valor (US\$ Milhões)	Variação % 2005/2004
Bens de capital	68,4	4.010,3	34
Equipamentos de transporte	53,9	3.160,6	15
Máquinas e equipamentos	9,6	563,1	186
Repetro	3,6	210,5	-
Outros*	1,3	76,1	77
Bens de consumo e intermediários	26,6	1.560,3	140
Veículos automotores e autopeças	15,3	897,7	484
Alimentos	3,7	214,7	-23
Metalurgia e produtos de metal	1,7	100,2	144
Material eletrônico e de comunicação	1,3	75,0	2.049
Produtos químicos	1,1	66,9	62
Couro e calçados	0,6	34,7	33
Produtos de madeira	0,5	31,9	231
Papel e celulose	0,5	28,5	359
Móveis e indústrias diversas	0,5	26,9	91
Produtos de minerais não-metálicos	0,5	26,6	59
Produtos têxteis	0,4	25,0	33
Borracha e plástico	0,3	17,1	119
Eletrodomésticos	0,2	11,8	-61
Material elétrico	-	3,3	-
Serviços	5,0	292,2	28
Total	100,0	5.862,8	52

* Material eletrônico e de comunicação e Instrumentos médicos e de precisão.

150

No primeiro semestre de 2005, o *spread* nas Linhas Pré-Embarque foi reduzido para 2% nas operações de bens de capital (Carta-Circular nº 17, de 2 de maio de 2005). A resposta foi rápida, sendo liberados US\$ 700 milhões apenas nos meses de maio e junho.

As liberações para os setores de bens de consumo e intermediários apresentaram expressivo crescimento (140%) em relação ao ano anterior. A principal medida adotada que possibilitou essa taxa de crescimento ocorreu nas Linhas Pré-Embarque: a redução da participação em moeda estrangeira de 40% para 20% e a vinculação apenas à variação cambial acrescida de uma taxa fixa (Cartas-Circulares nº 11, de 20 de abril de 2005, e nº 24, de 1 de junho de 2005), em vez da cesta de moedas, anteriormente praticada.

Essas mudanças nas condições das linhas de apoio ocorreram no final do primeiro semestre de 2005 e surtiram efeito logo no início do semestre seguinte. As médias de desembolsos passaram a ser superiores a US\$ 100 milhões mensais no segundo semestre, frente a valores inferiores a US\$ 20 milhões do período anterior. As Linhas Pré-Embarque responderam por 95% do total desembolsado para os setores de bens de consumo e intermediários.

Ainda no segundo semestre de 2005, foram estabelecidas condições específicas para o apoio à exportação de veículos de passeio (Carta-Circular nº 47, de 27 de setembro 2005). O principal objetivo do programa é ajudar na consolidação da indústria automobilística nacional também como plataforma exportadora, atuando no nicho de veículos compactos de baixa cilindrada e ou bicomustíveis. O financiamento é de 30% do valor a ser exportado pelas empresas no período de 12 meses, suprindo as suas necessidades de capital de giro, dado o ciclo de produção. Foram aprovadas operações no valor de US\$ 853 milhões para as empresas Volkswagen, Ford, General Motors e Fiat.

Os desembolsos para operações de serviços foram de US\$ 292 milhões em 2005, apresentando crescimento de 28% em relação ao ano anterior. Esse foi o maior valor desembolsado para exportações de serviços desde o início do apoio nas linhas de comércio exterior do BNDES.

As exportações de bens e serviços brasileiros para a América do Sul representaram 84% do valor desembolsado, em 2005, pelo BNDES para essas operações e estão vinculadas aos grandes projetos de infra-estrutura no âmbito da integração da América do Sul.

Principais Operações

Neste tópico, são apresentadas somente as operações de exportação de maior vulto, embora não sejam esquecidas aquelas referentes às substituições de importações, papel já histórico do BNDES.

151

PLATAFORMAS DE PETRÓLEO

O BNDES aprovou dois financiamentos, no valor total de até US\$ 674 milhões, destinados à construção de duas plataformas para a Petrobras: a P-51 (até US\$ 402 milhões) e a P-54 (até US\$ 272 milhões). Essas operações estão descritas no Capítulo 9, que trata de petróleo e gás.

SETOR AERONÁUTICO

O apoio do Banco foi fundamental para a consolidação da indústria aeronáutica nacional. Muitas vezes, melhores condições técnicas e preços mais baixos não são suficientes para garantir as vendas de aeronaves e faz-se necessário assegurar condições de financiamento a taxas de juros e prazos compatíveis com os internacionais.

Atualmente, a Embraer conta com cerca de 16 mil funcionários e é a quarta maior exportadora de aeronaves no mundo, estando presente em 58 países, nos cinco continentes. Em 2005, foram concluídas as entregas relativas ao contrato de financiamento com a empresa norte-americana American Eagle – maior empresa aérea regional nos Estados Unidos –, cujo valor total atingiu US\$ 3,5 bilhões. Assinado em 1998, esse contrato possibilitou a exportação de 217 aeronaves fabricadas pela Embraer, ao garantir que todas elas fossem adquiridas pela American Eagle com financiamento do BNDES. As liberações referentes a esse contrato somaram US\$ 380 milhões.

Dentre as aprovações, destacou-se o financiamento à primeira exportação dos novos modelos de aeronaves EMB-170 e EMB-190 para o mercado sul-americano, em junho. O financiamento na Linha Pós-Embarque, na modalidade *supplier credit* (refinanciamento ao exportador), será de até US\$ 61,6 milhões à empresa Tame – Línea Aérea del Ecuador, para exportação de três aviões: dois modelos EMB-170 foram entregues em 2005 e um EMB-190 tem entrega programada para 2006. O contrato prevê que a Tame terá opção de compra de outros dois EMB-170 e mais dois EMB-190, conversíveis em modelos ainda mais avançados – dois EMB-175 e dois EMB-195 –, para entrega até três anos após a data de efetividade do contrato atual.

A dívida da Tame será incluída no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR), da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi),¹ e terá garantia do seguro de crédito à exportação do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

Ainda no que se refere ao apoio às exportações do setor aeronáutico, foi concedido crédito no âmbito da Linha Pós-Embarque, na modalidade *supplier credit*, para vendas da Helibrás ao governo da província de Mendoza, na Argentina.

MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPME)

Em 2005, foi dada continuidade à Linha Pré-Embarque Empresa-Âncora, criada no segundo semestre de 2004 como uma linha específica para o atendimento de micro, pequenas e médias empresas que exportam, indiretamente, por meio de *trading companies* ou de empresas industriais que viabilizam as exportações das empresas de menor porte.

Essas empresas enfrentam tanto barreiras de acesso ao crédito quanto dificuldades na gestão dos processos de negócio da atividade exportadora, tais como logística, certificação, despacho, promoção comercial, entre outros, quando procuram colocar seus produtos no mercado externo.

¹ O CCR mitiga o risco político e elimina o risco comercial, uma vez que o banco central do país devedor se compromete com o pagamento da dívida na compensação multilateral entre os bancos centrais dos países signatários do convênio.

A empresa-âncora, trabalhando com grupos de micro, pequenas e médias empresas, se encarrega da negociação com clientes (com capacidade de negociação ampliada pela escala), da consolidação do *mix* dos pedidos dos importadores, da avaliação de risco do importador, da viabilização do prazo de pagamento e da logística de distribuição e gestão operacional especializada (financeira e administrativa) na área de exportações, além da exportação dos bens produzidos por empresas de menor porte. Ficam, portanto, sob a responsabilidade da empresa-âncora aquelas atribuições que representam entraves ao fechamento de negócios no exterior pelas MPMEs.

Desde o último trimestre de 2004, a Linha Pré-Embarque Empresa-Âncora beneficiou mais de 400 MPMEs, tornando viáveis exportações anuais de US\$ 230 milhões. Foram realizadas operações com diversos setores, a exemplo de calçados, têxteis, móveis e pescados (ver tabela).

PRINCIPAIS OPERAÇÕES DA LINHA PRÉ-EMBARQUE EMPRESA-ÂNCORA

Estados	Setor Exportador	Empresas Beneficiadas	Exportação Anual Prevista (US\$ Milhões)
Rio Grande do Sul	Calçados e artefatos de couro	310	115
São Paulo	Móveis	8	3
Santa Catarina	Cama, mesa e banho	60	56
Pernambuco	Camarão e pescados	30	55

INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

A integração da infra-estrutura regional da América do Sul é prioridade da política externa do país. Trata-se de uma iniciativa voltada para o incremento dos fluxos econômicos entre o Brasil e os países vizinhos e para ampliar a presença da América do Sul, como bloco, nas negociações internacionais em curso. É nesse contexto que se inserem os financiamentos do BNDES às exportações de bens e serviços brasileiros para países da região.

São exemplos desses financiamentos:

AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GASODUTOS NA ARGENTINA – Foram contratados financiamentos no valor de até US\$ 237 milhões, no âmbito da Linha Pós-Embarque, na modalidade *supplier credit*, para apoio às exportações brasileiras de bens e serviços destinados à expansão da capacidade de transporte de gás natural dos gasodutos:

- General San Martín e Neuba II, operados pela Transportadora Gás del Sur (TGS), controlada pela Petrobras Energía S.A. (Pesa), subsidiária integral da Petrobras – Financiamento de até US\$ 170 milhões para a exportação de bens e serviços

de engenharia pela Construtora Norberto Odebrecht e até US\$ 30 milhões para exportações de tubos pela Confab. O valor total do projeto é de US\$ 315 milhões.

- Gasoduto Norte, operado pela Transportadora Gás del Norte (TGN) – Financiamento de até US\$ 37 milhões para exportações de tubos pela Confab. O valor total do projeto é de US\$ 180 milhões.

Esses projetos visam reverter a recente crise energética da Argentina, tendo em vista que cerca de 50% da matriz elétrica do país dependem do gás natural, e permitem ampliar a capacidade de transporte de gás em até 2,9 milhões de metros cúbicos/dia nos gasodutos do sistema TGS e em até 1,8 milhão de metros cúbicos/dia no Gasoduto Norte, operado pela TGN, possibilitando atender à crescente demanda por energia no país.

O apoio financeiro a esses empreendimentos foi estruturado no âmbito do Acordo Marco de Cooperação, firmado pelo BNDES e as instituições financeiras argentinas Banco de Inversión y Comercio Exterior (Bice) e Banco de La Nación Argentina (BNA), em 2004. O Acordo prevê a cooperação técnica entre as instituições e a concessão de colaboração financeira em operações de financiamento sempre que houver a possibilidade de apoio às exportações de bens e serviços brasileiros para projetos de integração e de interesse do governo argentino.

O apoio do Banco a exportações para a Argentina no momento em que esse país estava renegociando sua dívida externa tornou-se possível graças à viabilização, pelo governo argentino, da continuidade das operações no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, da Aladi. Essas operações marcaram a reabertura desse instrumento por parte da Argentina. Além da inclusão no CCR, as operações contaram também com a contratação de seguro de crédito à exportação do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE TENA, NA AMAZÔNIA EQUATORIANA –

Operação aprovada pelo BNDES em 2005, no âmbito da Linha Pós-Embarque, na modalidade *buyer credit*, visando apoiar a exportação de bens e serviços brasileiros de engenharia e construção, pela Construtora Norberto Odebrecht S.A., para o Aeroporto Internacional de Tena, na região amazônica do Equador.

O valor da operação é de até US\$ 50,4 milhões, para um investimento total de US\$ 70 milhões. Os objetivos são aumentar o comércio intra-regional, promover o turismo na região da Amazônia equatoriana e servir como base para a instalação e operação de um sistema de segurança e vigilância da região.

Dentre os bens associados aos serviços de construção a serem exportados, destacam-se equipamentos de ajuda à navegação, escadas rolantes, elevadores e sistemas de balizamento luminoso, combate de incêndio, ar-condicionado, correias transportadoras, segurança e drenagem.

Essa operação será incluída no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, da Aladi, e contará com o Seguro de Crédito a Exportação do FGE.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA VENEZUELA – Financiamento à exportação de 205 colheitadeiras pela Cotia Trading S.A. para o Fondo de Desarrollo Agropecuario, Pesquero, Forestal y Afines (Fondafa), em projeto de modernização agrícola da Venezuela. A operação, no valor de US\$ 19,9 milhões, foi aprovada e totalmente liberada em 2005, na Linha Pós-Embarque, na modalidade *supplier credit*.

Essa foi a primeira operação com a Venezuela incluída no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, da Aladi, no âmbito do Acordo Marco celebrado entre o BNDES e esse país.

OUTRAS OPERAÇÕES COM IMPORTADORES NA AMÉRICA LATINA

Ao lado das operações destinadas a projetos de integração da América do Sul, destaca-se também o apoio do BNDES a outras operações com importadores da América Latina. A região é um importante destino das exportações brasileiras de manufaturados.

Os desembolsos totais do BNDES nas linhas de apoio à exportação para importadores na América Latina foram de US\$ 466 milhões. Destacam-se as exportações de bens e serviços de engenharia para importadores na República Dominicana (US\$ 72,7 milhões) e de alimentos, geradores e ônibus para Cuba (US\$ 30,3 milhões).

Ações Institucionais

Em 2005 foram desenvolvidas as seguintes ações institucionais:

- Memorando de entendimento firmado entre o BNDES e a Corporación Andina de Fomento (CAF), que estabelece os mecanismos de cooperação entre as instituições.
- Acompanhamento dos trabalhos da Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA), que tem como objetivo desenvolver a infra-estrutura da América do Sul.
- Participação em reuniões no Ministério das Relações Exteriores, apoiando a preparação e compondo missões governamentais em eventos relacionados a países sul-americanos, como a Cúpula América do Sul-Países Árabes, a Reunião de Coordenação sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e as negociações sobre o acesso a mercados entre o Mercosul e o Canadá, a I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações e a VIII Reunião da Comissão de Vizinhança e Integração Brasil-Colômbia.

SOCIAL: DEMOCRATIZAÇÃO DO CRÉDITO





SOCIAL: DEMOCRATIZAÇÃO DO CRÉDITO

As políticas econômicas no Brasil, desde os anos 50 do século XX, priorizaram a modernização da capacidade produtiva. Até o final dos anos 70, prevaleceu o desenvolvimento a qualquer custo, consagrado na célebre frase: “primeiro fazer o bolo crescer para depois dividir”. Desde o início da década de 80, a tônica tem sido obter a estabilização monetária. O país cresceu, modernizou-se produtivamente, obteve a estabilidade, mas infelizmente persistem profundas desigualdades sociais.

Hoje, as diretrizes federais são no sentido de que o desenvolvimento econômico deve propiciar, simultaneamente, o desenvolvimento social. Para o BNDES, foi apresentado um desafio: manter sua linha de atuação de apoio à modernização produtiva, com a incorporação de parâmetros de avaliação social aos processos de análise e às Políticas Operacionais.

Para fazer frente a esse desafio, a Área de Inclusão Social (AS) do BNDES foi reestruturada em 2005, com nova estratégia e nova estrutura organizacional. A nova estratégia define que as ações sejam prioritariamente direcionadas para as regiões de menor desenvolvimento econômico e de renda familiar mais baixa. O objetivo-síntese das intervenções é apoiar essas populações para que encontrem caminhos que as tirem de situações de pobreza.

Os departamentos da Área de Inclusão Social atuam com vistas à melhoria da qualidade de vida das populações, por meio de intervenções nas áreas de educação, saúde, assistência social, trabalho e renda, desenvolvimento urbano e desenvolvimento regional.

Os departamentos também atuam de forma integrada e com objetivos complementares. Programas foram revisados e desenvolvidos buscando-se harmonizar as ações nas regiões beneficiadas, ao mesmo tempo que se promove a integração com outros instrumentos de financiamento do BNDES e com ações do governo federal e de outras instituições públicas e de entidades privadas.

A ÁREA DE INCLUSÃO SOCIAL (AS)
DO BNDES FOI REESTRUTURADA
EM 2005, COM NOVA ESTRATÉGIA
E NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.
A NOVA ESTRATÉGIA DEFINE QUE
AS AÇÕES SEJAM PRIORITARIAMENTE
DIRECIONADAS PARA AS REGIÕES
DE MENOR DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E DE RENDA FAMILIAR
MAIS BAIXA.

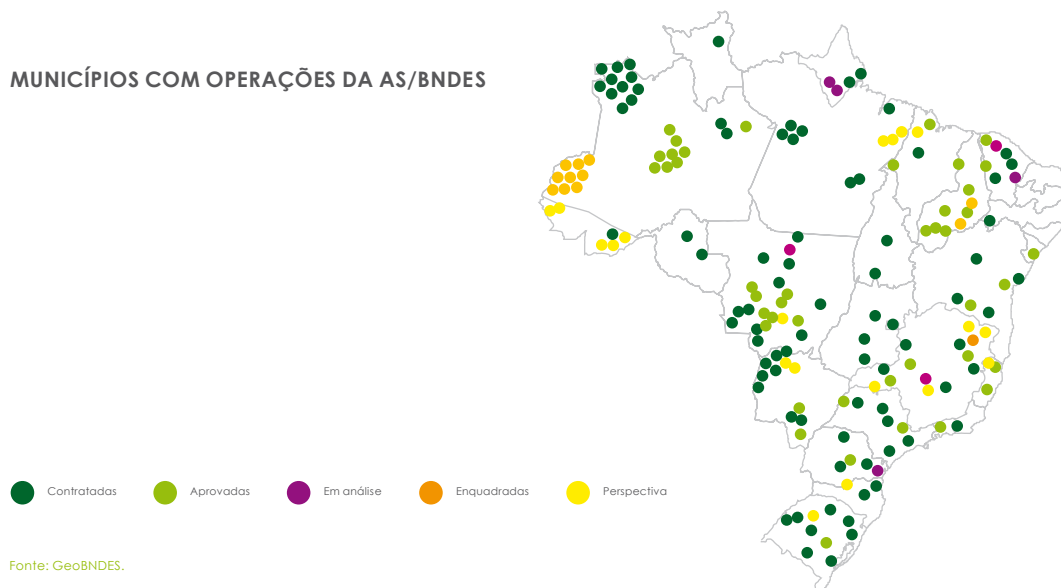
ÁREA DE INCLUSÃO SOCIAL



A Área de Inclusão Social do BNDES tem acompanhado as diretrizes do governo federal com prioridades e ações associadas àquelas desenvolvidas pelos ministérios e por instituições privadas, por meio de convênios, acordos de cooperação técnica e ações conjuntas. Busca-se detectar complementaridades e favorecer o surgimento e o aproveitamento de sinergias. Deve-se destacar que as ações do Banco são sempre pautadas pelas particularidades de seus produtos financeiros e pela sua missão como banco de desenvolvimento.

Para a construção de indicadores que captem, qualifiquem e quantifiquem as demandas dispersas pelo território nacional, foi construída – e está em constante ampliação – uma base de informações e dados estatísticos com tecnologia de georreferenciamento: o GeoBNDES. O mapa a seguir representa os municípios com operações com o BNDES.

MUNICÍPIOS COM OPERAÇÕES DA AS/BNDES



Em 2005, a Área de Inclusão Social administrou 634 operações, das quais 555 com liberações previstas de R\$ 2,1 bilhões.

OPERAÇÕES ADMINISTRADAS PELA ÁREA DE INCLUSÃO SOCIAL DO BNDES

Contratadas	Quantidade de Contratos	Situação	Total (R\$ Milhões)
2005	54	Desembolsados	182
		A desembolsar	290
Anos anteriores	501	A desembolsar	1.800
Contratos existentes	555	A desembolsar	2.100
Operações aprovadas a contratar em 2006	249	A desembolsar	1.500

Foram realizadas 489 liberações, que somaram R\$ 718 milhões. Houve queda de 33% no montante liberado em relação a 2004. As principais razões para essa queda foram:

- a demora na conclusão das negociações de projetos importantes de infra-estrutura, como, por exemplo, o Metrô de São Paulo;
- a redução de novas operações no Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT) em 2005, resultado da mudança nas gestões municipais; e
- a criação de regras de contingenciamento de crédito ao setor público, que impedem a contratação de dezenas de operações, no valor de R\$ 4,6 bilhões.

OPERAÇÕES SUJEITAS ÀS REGRAS DE CONTINGENCIAMENTO DO CRÉDITO PARA O SETOR PÚBLICO – RESOLUÇÃO 2.827, DO BANCO CENTRAL | R\$ MILHÕES

Operações	Limite Global	Saneamento	Drenagem	Total
Aprovadas	611	77	30	720
Em análise	1.905	33	41	1.979
Enquadradas	314	1.594	-	1.908
Total	2.830	1.704	72	4.608

Apesar dessas restrições externas, o ano de 2005 mostrou-se bastante positivo: foi aprovado um total de R\$ 1,3 bilhão em financiamentos para 83 novas operações, das quais 54 já foram contratadas e receberam R\$ 182 milhões em empréstimos.

OPERAÇÕES APROVADAS POR DEPARTAMENTO DA ÁREA DE INCLUSÃO SOCIAL | R\$ MILHÕES

Departamentos*	2003	2004	2005	Variação % 2005/2004
DEPOS	43	68	150	119
DEREGI	14	34	117	239
DESOL	–	7	23	217
DEURB	233	934	982	5
Total	291	1.044	1.274	22

* DEPOS: Departamento de Operações Sociais; DEREGI: Departamento de Desenvolvimento Regional; DESOL: Departamento de Desenvolvimento de Economia Solidária; DEURB: Departamento de Desenvolvimento Urbano.

O DEURB, departamento mais afetado pelas normas do Banco Central e pelas mudanças nas gestões municipais, concluiu a análise de 43 operações, com aumento de R\$ 50 milhões nas aprovações em relação a 2004. O DEPOS desenvolveu intenso esforço para concluir análises pendentes, o que resultou em aumento de 119% no valor aprovado para 30 operações. O DEREGI teve aumento de 239% em suas aprovações, constituídas de operações enquadradas sob as novas prioridades. O DESOL também apresentou índice acima dos 200%, com destaque para o fato de se tratar de operações de microcrédito e de apoio a empreendimentos autogestionários, programas totalmente reestruturados em 2005.

O aumento do número de operações enquadradas, fruto das atividades de fomento, também merece destaque, pois revela o acerto das alterações realizadas, da reestruturação de programas antigos e do lançamento de novos programas.

OPERAÇÕES ENQUADRADAS | R\$ MILHÕES

Departamentos	2003	2004	2005	Variação % 2005/2004
DEPOS	44	108	466	330
DEREGI	63	74	58	– 22
DESOL	–	9	145	1.365
DEURB	924	1.571	2.830	80
Total	1.032	1.764	3.500	98

A seguir são relacionados os principais programas criados ou reestruturados ao longo de 2005.

Programa de Microcrédito

O Programa de Microcrédito, reestruturado em 2005 de acordo com as diretrizes do governo federal no Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, oferece crédito a microempreendedores visando à geração de trabalho e renda. Para assegurar a efetividade do programa, é exigido dos agentes repassadores do microcrédito um plano de trabalho que apresente o foco, as metas e a estratégia de ação.

Podem ser agentes do programa, além de organizações da sociedade civil de interesse público e de sociedades de crédito ao microempreendedor, as agências de fomento, as cooperativas de crédito e as instituições financeiras públicas que tenham boa capilaridade para atingir o maior número de interessados. Todo agente tem de desenvolver sistemas de acompanhamento e de monitoramento dos recursos liberados, para que seja possível conhecer o perfil dos microempreendedores e avaliar os benefícios decorrentes do microcrédito. Já foram aprovadas seis operações, com R\$ 20 milhões em financiamentos, e 16 operações encontram-se em análise, no valor de R\$ 43 milhões.

Programa de Investimentos Coletivos Produtivos (Proinco)

O Proinco apóia a implantação de equipamentos produtivos ou comerciais de utilização conjugada, tais como centros tecnológicos, centros de formação de mão-de-obra e centrais de compras e comercialização, que são alguns dos instrumentos para a cooperação e a melhoria da capacidade competitiva de um conjunto de empresas ou de produtores.

Os municípios foram classificados segundo a renda e o dinamismo econômico, o que permitiu identificar aqueles com menor desenvolvimento, que são o foco do programa. As atividades de fomento realizadas já resultaram em 68 projetos, com um total de R\$ 100 milhões em financiamentos, que serão analisados em 2006.

Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior (IES)

O programa de apoio às instituições de ensino superior teve seu montante de recursos ampliado para R\$ 900 milhões. Os objetivos do programa são: contribuir para a consolidação e modernização do ensino superior no Brasil e apoiar a renovação e ampliação dos meios físicos voltados ao ensino, à pesquisa e à administração dessas instituições. Para as universidades privadas, foi estabelecido o limite de R\$ 650 milhões em financiamentos e, para as universidades públicas, R\$ 250 milhões.

Programa de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários

O BNDES financia empresas em regime de autogestão desde 1994. Foram apoiadas dez empresas e liberados cerca de R\$ 50 milhões. Em 6 de dezembro de 2005, a Diretoria aprovou o novo programa, com recursos iniciais de R\$ 200 milhões para os próximos três anos.

Será apoiada a recuperação de empresas do setor industrial administradas pelos trabalhadores em regime de autogestão e que apresentem viabilidade econômico-financeira, preferencialmente em nichos de mercado nos quais a mão-de-obra seja fator preponderante da competitividade (qualidade ou quantidade).

Já estão em análise no DESOL seis novas operações, com R\$ 132 milhões em financiamentos – em todas, a opção pela autogestão foi a melhor alternativa para a preservação e a melhoria da qualidade dos empregos.

A seguir, são apresentados alguns projetos desenvolvidos em 2005:

DESENVOLVIMENTO URBANO: SANTO ANDRÉ (SP), NITERÓI (RJ) E DIADEMA (SP) – O tema do desenvolvimento urbano integra a estratégia do BNDES, uma vez que crescimento econômico sustentado exige inclusão social e redução das desigualdades sociais e regionais. A Área de Inclusão Social apóia projetos de transportes públicos, saneamento ambiental, infra-estrutura urbana e social e modernização da administração tributária e da gestão pública. Os Projetos Integrados Urbanos implementam soluções estruturais para problemas originados da urbanização descontrolada.

O município de Santo André, por exemplo, receberá apoio financeiro de R\$ 42 milhões para investimentos na recuperação ambiental e na requalificação de núcleos habitacionais, o que reduzirá suas desigualdades intra-urbanas. Niterói investirá R\$ 30 milhões em melhorias e ampliações na infra-estrutura viária, em terminais de integração, em sistemas de controle de tráfego e em outras medidas que assegurem maior segurança e conforto a pedestres e usuários do transporte público. E Diadema obteve financiamento de R\$ 38 milhões para projeto multissetorial: transportes, urbanização de áreas de baixa renda, saneamento e tratamento de resíduos sólidos, saúde e revitalização urbana.

TRANSPORTE URBANO: VITÓRIA (ES) E METRÔ DE SÃO PAULO – O financiamento para transporte de passageiros de alta e média capacidades se destina a sistemas sobre trilhos, pneus e hidrovias, especialmente para a racionalização econômica, para a redução dos ônus e do tempo de deslocamento dos usuários e para a revalorização urbana das áreas do entorno.

A terceira etapa do Programa de Investimentos em Transporte Coletivo e Circulação Urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória receberá financiamento de R\$ 101 milhões (as duas primeiras fases também foram apoiadas pelo BNDES). E a expansão da Linha 2 do Metrô de São Paulo será apoiada com a subscrição de R\$ 311 milhões em debêntures.

SANEAMENTO: SANEPAR, NO PARANÁ, E ÁGUAS DO IMPERADOR, EM PETRÓPOLIS (RJ) –

São prioritários os projetos para a universalização do acesso aos serviços de saneamento de empresas públicas ou privadas e a recuperação ambiental de áreas degradadas, com a gestão integrada dos recursos hídricos.

O projeto da Companhia de Saneamento do Estado do Paraná (Sanepar), enquadrado em 2005, prevê financiamento de R\$ 825 milhões para a ampliação dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento de resíduos sólidos. Também foi aprovada a primeira operação no estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Programa de Despoluição do Paraíba do Sul (Prodespar): o projeto Águas do Imperador, em Petrópolis.

SAÚDE: HOSPITAIS DE PEQUENO PORTE NO PIAUÍ E HOSPITAIS NO PARÁ – As mudanças de orientação estratégica da Área de Inclusão Social têm mostrado resultados crescentes. O estado do Piauí apresentou projeto de R\$ 11 milhões ao Fundo Social para apoio à reorientação dos hospitais de pequeno porte e à regionalização da assistência à saúde em 103 dos 223 municípios. Serão beneficiados 2 milhões de pessoas, com as seguintes ações: melhoria do perfil assistencial de 105 hospitais para a atenção básica, instalação de equipamentos médicos e odontológicos e integração desses hospitais às redes regionalizadas e hierarquizadas de saúde.

Para o estado do Pará, foi enquadrado financiamento de R\$ 231 milhões para a implantação de rede de hospitais de média e alta complexidades em Altamira, Santarém, Redenção e Breves e também para a ampliação do Hospital Ophir Loyola, em Belém, e a implantação de hospital geral microrregional, em Tailândia.

EDUCAÇÃO: CECIERJ, NO RIO DE JANEIRO, MACKENZIE, EM SÃO PAULO, E MEPES, NO ESPÍRITO

SANTO – A educação a distância é um importante instrumento de inclusão social e de democratização do acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade. A Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cecierj) será apoiada com R\$ 4,9 milhões, para a implantação de laboratórios de física, biologia, química e informática e para a ampliação dos acervos bibliográficos de 24 pólos regionais de educação a distância da região metropolitana e do interior do estado.

No âmbito do programa de apoio às instituições de ensino superior, foi contratado financiamento de R\$ 35 milhões para o Instituto Presbiteriano Mackenzie ampliar e melhorar salas de aula, laboratórios e auditórios, o que representará investimento total de R\$ 61 milhões.

No Espírito Santo, serão contemplados investimentos que beneficiarão 14 escolas familiares agrícolas do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes) e o Centro de Formação de Professores. Será intensificada a utilização da metodologia Pedagogia da Alternância, o que contribuirá para o desenvolvimento social e educacional de seus 2.100 alunos. Além disso, serão valorizadas as práticas e a cultura agrofamiliar, com a difusão dos conhecimentos adquiridos pelos alunos para suas famílias. O apoio financeiro com recursos do Fundo Social do BNDES será de R\$ 3,5 milhões, e o projeto também receberá aportes do governo estadual e de prefeituras dos municípios.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PIDS-ACRE E TAPAJOARA – O Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre (Pids-Acre) apoiará a prática de exploração sustentável de recursos florestais amazônicos, sendo articulado em quatro partes: fortalecimento do turismo, infra-estrutura urbana, infra-estrutura econômica e desenvolvimento social. Serão investidos R\$ 170 milhões em 20 diferentes projetos, com geração imediata de 2.500 empregos.

Dentre os projetos, destacam-se o resgate cultural e histórico, com valorização da cidadania do povo acreano; a consolidação do sistema viário em Rio Branco; a preservação e exploração econômica sustentável das florestas; e a implantação de vilas agroflorestais e assentamentos.

Os financiamentos do BNDES somam R\$ 136 milhões, R\$ 26 milhões dos quais provenientes de operação da Área de Insumos Básicos, por meio do DEPACEL (Departamento de Indústria de Papel e Celulose), para aporte à empresa local

de reflorestamento, e R\$ 110 milhões, provindos de operação da Área de Inclusão Social, através do DEREGL, para apoiar o estado do Acre.

O projeto Tapajoara, apresentado pela Organização das Associações da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, apoiará as comunidades dessas reservas extrativistas em sua exploração sustentável, com a elaboração de um plano de manejo de uso múltiplo, a adoção de medidas emergenciais de curto e médio prazos, a construção de dois centros de difusão de conhecimentos e a aquisição de equipamentos. O Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (CNPT) estão associados a esse projeto.

Os investimentos previstos são de R\$ 2,9 milhões, com apoio financeiro do BNDES de R\$ 1,9 milhão, com recursos do Fundo Social.

MICROCRÉDITO: ICC BLUSOL – A ICC Blusol será apoiada com R\$ 3,5 milhões, para ampliar o financiamento em investimentos fixos e de capital de giro a microempreendedores ligados à cadeia têxtil, em 40 municípios no entorno de Blumenau (SC).

A instituição atenderá à demanda de microempreendedores da cadeia produtiva têxtil, por meio de parceria com a Associação Comercial e Industrial de Blumenau (Acib) e do contato direto entre as grandes e médias empresas da região.

Também será priorizada a ampliação do crédito ao setor informal, com o treinamento de agentes multiplicadores de microcrédito, de acordo com metodologia desenvolvida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Sebrae-SC) e pela Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (Badesc).

AUTOGESTÃO: CTMC – A primeira operação do novo programa tem como beneficiária a Cooperativa de Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas (CTMC), no Rio Grande do Sul. Fundada em janeiro de 2001, a CTMC é responsável pela recuperação das atividades da antiga Metalúrgica Vogg e tem conciliado a prática autogestionária com capacidade industrial competitiva, graças à profissionalização de sua gestão, à instituição de mecanismos de participação do trabalhador e à qualificação profissional.

O financiamento do BNDES, no valor de R\$ 2,8 milhões, permitirá à CTMC adquirir sua planta industrial e modernizar seu parque fabril, ampliando, conseqüentemente, seu faturamento.

Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI)

O programa tem como objetivo apoiar a estratégia do governo federal de fortalecer o sistema de microcrédito. Serão contempladas as ações de fortalecimento gerencial e operacional e de capacitação das entidades repassadoras de microcrédito, além daquelas voltadas para o aprimoramento da estrutura regulatória da atividade.

A Área de Inclusão Social atuará de forma articulada com a coordenação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, do Ministério do Trabalho e Emprego. Foi assinado, em 22 de dezembro de 2005, um protocolo entre o BNDES e o ministério para o apoio a essas entidades com recursos não-reembolsáveis do Convênio de Cooperação Técnica BNDES-BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Estão em fase final as negociações com o BID para a plena implementação do programa.

Programa de Dinamização Regional (PDR)

O programa, criado em 2005, oferecerá, a partir de janeiro de 2006, incentivos creditícios para a localização de novos investimentos em regiões menos desenvolvidas e nas áreas de impacto dos projetos estruturantes e das operações-programa. O PDR substituirá quatro programas regionais: PNC, PAI, PCO e Reconversul.

O PDR utilizará um novo critério para a atuação regional, baseado na renda domiciliar *per capita* e no dinamismo econômico da unidade territorial, com parâmetros de delimitação microrregional, o que permite captar melhor a diversidade existente no território. Esse critério está alinhado com as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional. O programa tem prazo de vigência de três anos e conta com o montante de recursos de R\$ 5 bilhões.

Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT)

Os municípios beneficiários do PMAT eram os mais desenvolvidos do país, seja pelo critério de PIB, seja com a utilização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ambos considerados no âmbito municipal. Com base nessa constatação, foi feita a revisão das prioridades do programa, o que resultou na redefinição de seu escopo, com a ampliação das ações apoiáveis nos municípios maiores e mais organizados, e na estratégia de atuação, de modo a permitir que os municípios menos desenvolvidos e estruturados tenham seus projetos amparados pelo programa.

**MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS:
CONSOLIDAÇÃO DO CARTÃO BNDES**

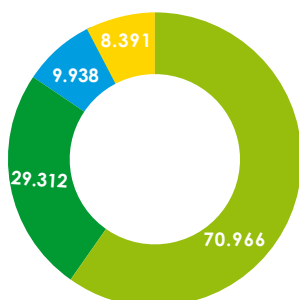




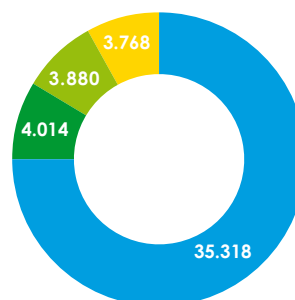
MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: CONSOLIDAÇÃO DO CARTÃO BNDES

Os desembolsos do BNDES para as micro, pequenas e médias empresas (MPME) alcançaram R\$ 11,7 bilhões em 2005. O volume de liberações para o segmento representou 25% do total desembolsado. No período, foram 108.669 operações, que correspondem a 92% do total de operações do Banco. Em termos de crescimento, destacam-se as operações com o Cartão BNDES, que, de 2004 para 2005, aumentaram, respectivamente, em número, de 1.029 para 5.790, e em valor desembolsado, de R\$ 12 milhões para R\$ 72 milhões.

NÚMERO DE OPERAÇÕES COM MICRO,
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS



DESEMBOLSOS
(R\$ Milhões)



Pessoa física

Micro e pequenas empresas

Médias empresas

Grandes empresas

A atuação do Banco no financiamento às MPMEs se concretiza principalmente por meio das linhas de apoio indireto automático, cabendo, em 2005, R\$ 5,6 bilhões à Linha FINAME, R\$ 2,1 bilhões à Linha FINAME Agrícola e R\$ 2,9 bilhões à Linha BNDES Automático. Nos casos das Linhas FINAME Agrícola e BNDES Automático, as estatísticas incluem os desembolsos referentes aos programas agrícolas do governo federal. Conforme mencionado, o Cartão BNDES destacou-se pelo forte crescimento apresentado.

As operações referentes às Linhas FINAME e BNDES Automático são realizadas por meio da rede de 172 agentes financeiros, representando mais de 16 mil agências,² que cobrem cerca de 3.683 municípios. No caso do Cartão BNDES, as operações são realizadas no ambiente de comércio eletrônico, por meio do Portal BNDES na internet.

Cartão BNDES

Destinado principalmente às MPMEs, o Cartão BNDES é um instrumento que fornece crédito de até R\$ 100 mil para que micro, pequenas e médias empresas possam realizar investimentos produtivos. Por meio do Cartão, as MPMEs podem ter acesso a uma linha de crédito pré-aprovada e de uso automático.

Lançado em 2003, em pouco mais de dois anos de operação foram emitidos mais de 50 mil cartões e concedidos créditos em valor superior a R\$ 1 bilhão, com limite de crédito médio de R\$ 21,7 mil.

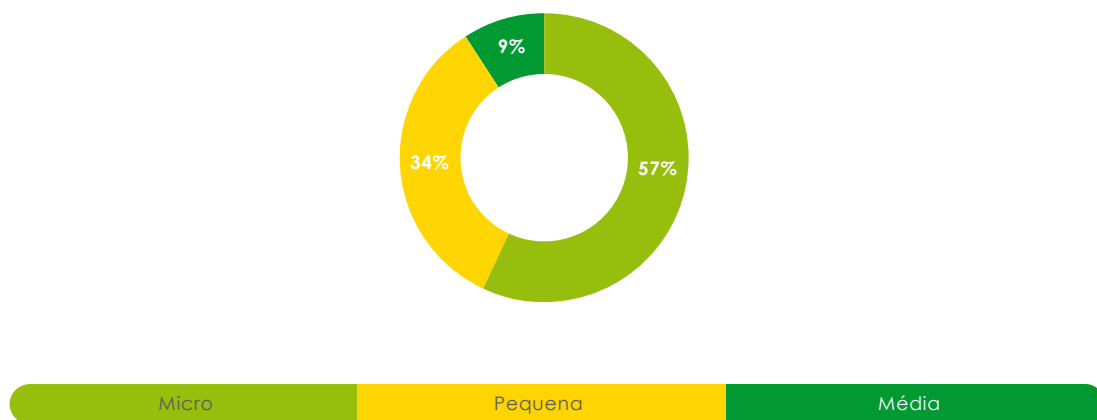
Todas as operações são realizadas no portal do Cartão BNDES, desde a solicitação do cartão até a aquisição dos produtos. O portal é mantido pelo Banco e o endereço na internet é www.cartaobndes.gov.br.

O portal tem 1.931 fornecedores credenciados, com cerca de 24 mil produtos em oferta, entre os quais veículos leves de transporte, equipamentos de automação comercial, computadores, refrigeradores, máquinas, motores, bombas, equipamentos para postos de serviços, *kits* para gás natural veicular, mobiliário comercial e outros acessórios.

Em termos percentuais, os desembolsos por meio do Cartão BNDES tiveram um crescimento de 491%. Esse desempenho excepcional reflete a série de medidas tomadas no decorrer do ano, no sentido de ampliar o alcance dessa linha, com o aumento dos limites de crédito, dos prazos e, ainda, da informação para o usuário, através de propaganda. O potencial de crescimento dessa linha é significativo, dadas as características de simplicidade, que a tornam adequada ao interesse das MPMEs.

² Levantamento realizado em fevereiro de 2004 pela AOI/DESCO com os agentes financeiros credenciados.

DESEMBOLSOS DO CARTÃO BNDES POR PORTE DA EMPRESA



Ao longo de 2005, no intuito de conferir maior agilidade ao Cartão, diversas rotinas relativas ao credenciamento foram revistas. No que se refere às atividades operacionais, também foi desenvolvida e implementada uma série de novos procedimentos, destacando-se:

- a celebração de convênios para agilizar a emissão e o controle de certidões com o Banco Central (obtenção sistemática das inscrições no Cadastro Informativo dos Créditos Não-Quitados de Órgãos de Entidades Federais – Cadin) e a Caixa Econômica Federal (informações sobre o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS);
- a ampliação do limite de crédito do Cartão BNDES para R\$ 100 mil (100% de aumento);
- a adoção de novos prazos de financiamento: além de 12, 18 e 24 meses, também o prazo de 36 meses;
- o credenciamento, para a Linha Prosoft Comercialização, das empresas que desenvolvem *software*;
- a inclusão de fabricantes de papel de imprimir e de escrever para a edição de livros na relação de fornecedores autorizados; e
- a definição do módulo de inclusão de distribuidores autorizados no Portal de Operações do BNDES (em fase de desenvolvimento).

Em dezembro, a taxa de juros para o Cartão BNDES era de 1,39% a.m.

O aumento do limite de crédito do Cartão BNDES de R\$ 50 mil para R\$ 100 mil deve atrair maior número de pequenas empresas, bem como estimular mais empresas fabricantes de bens de produção a se credenciarem como fornecedoras no sistema.

Atualmente, os parceiros emissores do Cartão são o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Bradesco, além das bandeiras Visa e Mastercard. São os bancos emissores que definem o limite de crédito.

Do total de cartões emitidos, 80% foram concedidos para microempresas, 17,5% para pequenas empresas e 2,5% para médias.

Como consequência da revisão de algumas rotinas no credenciamento e da introdução de novos procedimentos operacionais, o desempenho do Cartão BNDES apresentou melhora significativa, como podemos observar na tabela.

Eventos	2004	2005	Variação %
Cartões emitidos	27.807	49.458	78
Crédito concedido (R\$ mil)	428.705	1.061.396	148
Fornecedores credenciados	796	1.915	141
Produtos disponíveis	9.692	23.389	141
Número de transações	1.029	5.792	463
Valor total das liberações (R\$ milhões)	12.142	71.743	491

Fonte: AOI/DENET.

O perfil das empresas portadoras do Cartão BNDES, por porte, em 2005, é apresentado a seguir.

CARTÕES EMITIDOS, QUANTIDADE E VALOR DAS TRANSAÇÕES – PARTICIPAÇÃO POR PORTE DA EMPRESA | %

Porte da Empresa	Cartões Emitidos	Transações	
		Quantidade	Valor
Micro	80,0	68,0	56,0
Pequena	17,5	26,0	35,0
Média	2,5	6,0	9,0

Linha FINAME

Em 2005, os desembolsos da Linha FINAME atingiram R\$ 9,33 bilhões, com crescimento de 42,1% sobre 2004, sendo de R\$ 278 mil o valor médio das operações. Os desembolsos destinaram-se, principalmente, a financiar a aquisição de equipamentos de transporte rodoviário (52%) e de máquinas e equipamentos no âmbito do programa Modermaq (18%), conforme descrito a seguir. Do valor das aprovações realizadas na Linha FINAME (R\$ 10 bilhões), 57% destinaram-se às MPMEs.

Criado em 2004, o Modermaq financia a aquisição de máquinas e equipamentos com vistas à modernização do parque industrial nacional e à dinamização do setor de bens de capital. Os setores beneficiados são a indústria extrativa, a indústria de transformação e a construção civil. Na tabela, apresentamos o desempenho do Modermaq em 2004 e 2005, em que sobressai o excepcional crescimento dos desembolsos entre 2004 (R\$ 31 milhões) e 2005 (R\$ 1,68 bilhão), dos quais 35% (R\$ 584 milhões) destinaram-se às MPMEs.

DESEMPENHO DO MODERMAQ EM 2004 E 2005 | R\$ MIL

Porte da Empresa	Desembolsos	
	2004	2005
Micro	5.601	120.003
Pequena	2.783	226.479
Média	11.148	238.061
Total MPMEs	19.532	584.543
Grande	11.661	1.094.792
Total	31.193	1.679.335

BNDES Caminhões

Criado em 2005 e operacionalizado por meio das Linhas FINAME e BNDES Automático, o programa BNDES Caminhões financia a aquisição de caminhões novos e usados, com vistas à modernização da frota nacional, bem como caminhões-tratores, cavalos mecânicos, reboques e outros equipamentos afins. O BNDES Caminhões desembolsou R\$ 1,5 bilhão, dos quais 85% destinaram-se às MPMEs, sobretudo, para financiar a aquisição de caminhões novos.

Programas Agrícolas do Governo Federal

Os programas agrícolas do governo federal (Moderagro, Moderfrota, Moderinfra, Prodeagro, Prodecoop, Prodefruta, Pronaf e Propflora) financiam vários itens de investimentos do setor agropecuário, com taxas fixas equalizadas pelo Tesouro Nacional. Em 2005, esses programas apresentaram declínio de 9,9% em relação a 2004 (ver tabela). O declínio é explicado pela crise do setor agrícola, principalmente por problemas climáticos no Centro-Oeste e no Sul, e pela valorização cambial, que afetou significativamente o segmento de máquinas e equipamentos agrícolas.

DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMBOLSOS PARA PROGRAMAS AGRÍCOLAS DO GOVERNO FEDERAL* SEGUNDO O PORTE DO BENEFICIÁRIO | R\$ MIL

Porte do Beneficiário	2004		2005	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa física	4.216.633	91,1	3.576.253	85,8
Micro	14.073	0,3	12.665	0,3
Pequena	136.624	3,0	64.258	1,5
Média	57.332	1,2	61.025	1,5
Grande	202.788	4,4	453.242	10,9
Total	4.627.450	100,0	4.167.442	100,0

* Moderagro, Moderfrota, Moderinfra, Prodeagro, Prodecoop, Prodefruta, Pronaf e Propflora.

Como se observa na tabela, dos R\$ 4,17 bilhões desembolsados em 2005, 89,1% destinaram-se, principalmente, a pessoas físicas e micro, pequenas e médias empresas e apenas 10,9% às grandes empresas. Dentre os diversos programas, os mais representativos são o Moderfrota e o Moderagro – somados, correspondem a 70% dos desembolsos –, vindo a seguir o Moderinfra, o Prodecoop e o Prodeagro, que correspondem a 26% dos desembolsos.

FINAME Leasing

O FINAME *Leasing* financia a aquisição, pelas empresas de *leasing*, de máquinas e equipamentos nacionais destinados ao arrendamento mercantil. Essa linha representa 3% dos desembolsos totais da Área de Operações Indiretas. Em 2005, seus desembolsos atingiram R\$ 471 milhões, com crescimento de 86% sobre 2004. As MPMEs responderam por R\$ 304 milhões dos desembolsos (64,5%).

BNDES Automático

Em 2005, a Linha BNDES Automático desembolsou R\$ 1,8 bilhão contra R\$ 1,5 bilhão em 2004, com acréscimo de 19,3%; o valor médio das operações foi de R\$ 682,7 mil. Dos valores aprovados em 2005, foram destinados às MPMEs 64%, que correspondem a 91,1% das operações.

O aumento do valor e do número de operações da Linha BNDES Automático pode ser creditado, principalmente, ao crescimento do Progeren. Esse programa financia o capital de giro, objetivando promover o aumento da produção, do emprego e da massa salarial. Em 2005, o Progeren desembolsou R\$ 385 milhões para as MPMEs, totalizando 1.346 operações.

A maior demanda do BNDES Automático é direcionada para a linha tradicional de financiamento de até R\$ 10 milhões a projetos de investimento, por beneficiária final, em que as aprovações para apoio ao setor da indústria de transformação correspondem a 46,7% do total aprovado (R\$ 1,09 bilhão), seguido pelo setor de comércio e serviços com 42,1% (R\$ 984 milhões).

Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC)

Instituído pela Lei 9.531/97, o FGPC é um fundo de aval e tem por finalidade prover recursos para garantir parte do risco das operações de financiamento realizadas, direta ou indiretamente, pelo BNDES e pela FINAME, quando voltadas para micro e pequenas empresas ou para médias empresas exportadoras ou fornecedoras de insumos utilizados em produtos exportados. Portanto, é importante instrumento para possibilitar às MPMEs o acesso ao crédito, pois as ajuda a superar as dificuldades quanto à constituição de garantias às operações de crédito.

As operações que possuem garantia do FGPC são realizadas através da rede de agentes financeiros credenciados no BNDES. Já foram aprovadas mais de 17 mil operações com garantia do FGPC, desde sua criação, no valor total de R\$ 3,56 bilhões.

O patrimônio do FGPC é formado por recursos da União e da arrecadação de comissões pagas decorrentes da contratação dos empréstimos, bem como por receitas financeiras.

**EM TERMOS PERCENTUAIS,
OS DESEMBOLSOS POR
MEIO DO CARTÃO BNDES
TIVERAM UM CRESCIMENTO
DE 491%. ESSE DESEMPENHO
EXCEPCIONAL REFLETE
A SÉRIE DE MEDIDAS
TOMADAS NO DECORRER
DO ANO, NO SENTIDO DE
AMPLIAR O ALCANCE DESSA
LINHA, COM O AUMENTO
DOS LIMITES DE CRÉDITO,
DOS PRAZOS E, AINDA,
DA INFORMAÇÃO PARA
O USUÁRIO, ATRAVÉS
DE PROPAGANDA.**

No exercício de 2005, foram realizadas 465 operações com cobertura do FGPC, que permitiram a concessão de R\$ 96,6 milhões de crédito, sendo que 93% das operações foram realizadas com micro e pequenas empresas.

Também foram aperfeiçoados os controles de acompanhamento dos processos de execução judicial das operações garantidas pelo Fundo, aumentaram-se os esforços para esclarecimento aos agentes financeiros do BNDES a respeito das normas, bem como ampliou-se a fiscalização tendo em vista a correta aplicação dos recursos. A melhoria dos controles permitiu avanços na governança do FGPC e no alcance dos seus objetivos.

Além do acompanhamento e da melhoria dos processos, foi criado um canal de comunicação (correio eletrônico) exclusivo para o FGPC para contato com os agentes financeiros, os beneficiários e a população em geral. As medidas tomadas possibilitam a todos os interessados o acompanhamento e uma análise crítica do FGPC.

**RELAÇÕES INSTITUCIONAIS:
ATUANDO COM TRANSPARÊNCIA**





RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: ATUANDO COM TRANSPARÊNCIA

O BNDIS tem compromisso com a transparência na comunicação com os públicos com os quais se relaciona (sociedade, clientes, fornecedores e empregados), buscando oferecer amplo conhecimento e discussão sobre seus projetos e linhas estratégicas, através dos mais diversos canais de comunicação.

A Fiscalização do Governo e da Sociedade

Os atos de gestão do BNDIS são fiscalizados por diversos organismos do setor público. Sua Diretoria é nomeada pelo presidente da República e suas atividades são avaliadas pelo Conselho Fiscal, composto por representantes de órgãos externos e pelo Conselho de Administração. Esse conselho é formado por representantes do governo, como ministros, e por representantes da sociedade civil, como dirigentes empresariais e de centrais sindicais de trabalhadores.

Como instituição financeira, tem suas atividades fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil.

Código de Ética

A missão do BNDIS de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país eleva o grau de responsabilidade de seus administradores e empregados quanto à lisura e transparência na condução dos negócios da instituição.

A ética é o ideal de comportamento (procedimento moral) que orienta o ser humano, em relação aos seus semelhantes, a decidir entre o bom e o mau (o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, o honesto e o desonesto), visando ao bem comum, à honra e à tradição dos serviços públicos. A ética é o arcabouço da instituição, aí compreendidos a empresa e os seus empregados.

Os princípios éticos e as normas de conduta consubstanciados no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto 1.171, de 22 de junho de 1994, no Código de Conduta da Alta Administração Federal e no Código de Ética do BNDES aplicam-se a todos os administradores e empregados do Banco e de suas subsidiárias, a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) e a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME).

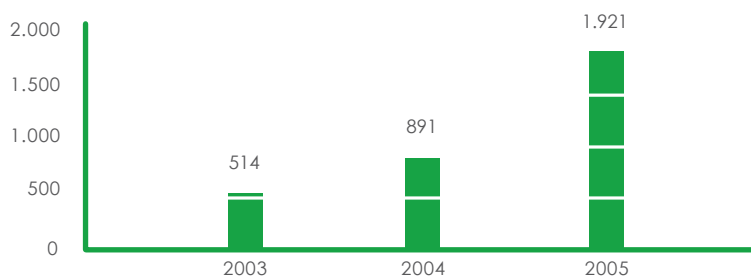
O Código de Ética do Banco representa, assim, ao mesmo tempo, um compromisso individual, coletivo e institucional.

Ouvidoria

A Ouvidoria do BNDES tem por objetivo criar um canal condutor de opiniões, reclamações e denúncias, garantindo o princípio da ética, da eficiência e da transparência em suas relações com a sociedade.

A Ouvidoria não substitui o serviço das outras centrais de atendimento do BNDES, mas se constitui em mais um canal de interlocução com o público. Agindo de forma autônoma, imparcial e sigilosa, a Ouvidoria é a voz do cidadão na empresa, contribuindo para o aperfeiçoamento do processo democrático. Ela desenvolve um trabalho fundamental de escuta e de atuação com o setor público, o empresariado, a sociedade civil e os empregados do Banco. É um trabalho que sinaliza o comprometimento da Alta Administração com a ética, a transparência e a participação-cidadã. É, pois, um instrumento de inclusão social.

CONSULTAS REALIZADAS DE JULHO DE 2003 A DEZEMBRO DE 2005*



* Por correio eletrônico, fax e carta.

Além dos atendimentos por telefone e pessoais, que deverão ser previamente agendados, a Ouvidoria conta com os seguintes canais de comunicação: o e-mail ouvidoria@bndes.gov.br; o telefax 2172-8777 e 2172-7117; a caixa postal 15054, CEP 20031-120, Rio de Janeiro, RJ; e diretamente na sede do Banco, na Av. República do Chile, 100, 19º andar, CEP 20031-917, Rio de Janeiro, RJ.

Atendimento Empresarial

O BNDES presta atendimento ao público externo através do e-mail institucional faleconosco@bndes.gov.br, do telefone 2172-8888, de cartas, do fax 2220-2615 e de contato pessoal, fornecendo informações institucionais e sobre suas linhas e programas de financiamento, bem como sobre assuntos diversos.

O e-mail institucional, acessado através do portal na opção Fale Conosco, é o canal permanente de comunicação no Banco para recebimento de mensagens por correio eletrônico sobre todos os assuntos. Em 2005, foram atendidas 25.727 mensagens (contra 20.491 em 2004).

Já no atendimento telefônico, foram registradas 4.135 ligações (2.752 em 2004), enquanto foram realizados 749 atendimentos pessoais (654 em 2004).

Programa de Palestras “O BNDES mais Perto de Você”

As palestras têm por finalidade complementar a divulgação das formas de atuação, dos programas e das linhas de financiamento do Banco. Oferecem orientação empresarial e oportunidade de debate com os clientes, permitindo melhor dimensionamento das demandas e o aperfeiçoamento dos processos internos.

Em 2005, foi iniciado o programa de palestras “O BNDES mais Perto de Você”. Já foram realizadas 21 palestras em diversas regiões do país, com o total de 3.662 participantes.

PALESTRAS INSTITUCIONAIS – Foram proferidas em 2005, atendendo a solicitações de instituições interessadas, 21 palestras institucionais, abordando o papel do Banco e suas linhas de financiamento.

SEMINÁRIOS BNDES – Abrangendo diversos temas ligados à política de atuação do Banco, em 2005 foram realizados 39 seminários, sendo oito organizados por diversas áreas operacionais, 18 sob a gestão compartilhada entre a equipe do BNDES e empresas externas e 13 sob o regime de cessão dos auditórios.

Esses eventos totalizaram 59 dias de utilização dos auditórios do Edserj (Edifício de Serviços do Rio de Janeiro), com o comparecimento de cerca de 14.500 pessoas, entre público interno e externo.

O apoio do BNDES a essa atividade visa, principalmente, fomentar oportunidades de reflexão e de discussão com os diversos segmentos da sociedade sobre temas relevantes para o desenvolvimento brasileiro, contribuindo, dessa forma, para reforçar a sua imagem como importante articulador de políticas de investimentos do país.

Alguns dos seminários realizados com apoio do BNDES foram: Inclusão Digital, Como Dinamizar o Crédito Bancário no Brasil – Libertar o Crédito, Investimento para o Desenvolvimento, Encontro Nacional Banco para Todos: o Desafio do Microcrédito Produtivo Orientado e Visão Estratégica Sul-Americana no Brasil – IRSA, entre outros.

FEIRAS – O BNDES participou de 28 feiras, com estandes próprios, visando divulgar as linhas de financiamento e atender às solicitações de adesão e de afiliação ao Cartão BNDES. Dentre as feiras das quais o Banco participou, estão a Feira Internacional de Máquinas e Matérias-Primas e Acessórios para a Indústria Moveleira (RS), a Feira Internacional da Indústria Elétrica, Energia e Automação (SP), a Mecminas 2005 (MG), a Hospitalar (SP), a Brazil Offshore (RJ) e a Fispal Tecnologia (SP), entre outras.

Elaboração de Folhetos e Outros Materiais para Promoção Institucional

Em 2005, foram elaborados diversos materiais para promoção institucional do Banco, tais como folhetos institucionais, lâminas sobre linhas e programas de financiamento e cartilhas para as micro, pequenas e médias empresas.

PUBLICIDADE – Pode-se dizer que 2005 foi o ano que marcou a volta do BNDES à mídia. A atual Administração decidiu realizar campanhas publicitárias com o objetivo de tornar o Banco e seus produtos mais próximos de seus clientes potenciais e do conjunto da sociedade. Foram realizadas três grandes campanhas: uma de caráter institucional, uma sobre o Cartão BNDES e outra sobre o PIBB (Papéis de Índice Brasil Bovespa).

CAMPANHA INSTITUCIONAL – O objetivo dessa iniciativa foi resgatar a missão do Banco de contribuir para a promoção do desenvolvimento de todos os segmentos da economia, apoiando desde os micro, pequenos e médios empreendimentos até os grandes projetos prioritários para o processo de crescimento do país.

CARTÃO BNDES – O Cartão BNDES é uma modalidade de financiamento que consiste em oferecer crédito rotativo pré-aprovado para as micro, pequenas e médias empresas, com limite de crédito de até R\$ 100 mil e prazo de pagamento em 12, 18, 24 ou 36 meses, além de baixa taxa de juros.

Em pesquisa desenvolvida pelo Instituto Focus, em 2004, ficou clara a grande aceitação do produto por parte de seu público-alvo prioritário. No entanto, constatou-se também o desconhecimento do Cartão BNDES por grande parte dos micro, pequenos e médios empresários. Verificando seu potencial, o Banco traçou como meta para 2005 ampliar a base de usuários do Cartão e estimular seu uso.

Com foco nesse segmento, em março de 2005 o Banco realizou campanha em jornais de grande circulação das principais capitais do país, obtendo ótimos resultados. Após a primeira semana da campanha, houve um incremento de 65% nas solicitações do Cartão.

Decidiu-se realizar uma segunda etapa da campanha (sustentação), que foi veiculada nos meses de novembro e dezembro, em TV aberta e fechada e em jornais de enfoque econômico. Mais uma vez, os resultados obtidos foram bastante significativos e ajudaram o Banco a superar a marca de 50 mil cartões emitidos.

PIBB – Em 2005, O BNDES lançou a segunda oferta do PIBB, que é um importante instrumento no sentido de incentivar os investimentos na bolsa de valores, dada sua composição diversificada e a forte correlação com o resultado da economia.

A campanha, voltada principalmente para os pequenos investidores, foi veiculada durante duas semanas em TV, rádio, revistas e internet. O resultado da oferta do PIBB foi excepcional, com 75% sendo alocados no varejo e mais de 121 mil pessoas físicas participando da oferta. A previsão inicial, que era de venda de R\$ 1 bilhão em PIBB, dobrou, atingindo a casa dos R\$ 2,3 bilhões.

PUBLICAÇÕES E EVENTOS DE TERCEIROS – O BNDES aprovou, em 2005, 54 solicitações de apoio a publicações e eventos de terceiros. Esses apoios abrangem diversos segmentos, tais como ciência e tecnologia, indústria e comércio exterior, cultura, meio ambiente, desenvolvimento social, planejamento, saúde, gestão, transporte, educação, trabalho, turismo, entre outros.

As solicitações de apoio totalizaram R\$ 2,3 milhões, sendo a logomarca do BNDES amplamente divulgada nesses eventos, que contaram com a presença de cerca de 187 mil pessoas.

ALGUNS EVENTOS APOIADOS PELO BNDES

Evento	Proponente
1º Workshop de Reúso de Água na Indústria	Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (SC)
Workshop de Bioeletricidade – A Segunda Revolução da Cana-de-Açúcar	INEE – Instituto Nacional de Eficiência Energética (RJ)
Edição de livro sobre tecnologia da informação e da comunicação aplicada à gestão de negócios e programas sociais	Fundação Getúlio Vargas (RJ)
3º Congresso Latino-Americano de Microcrédito	Instituição Comunitária de Crédito Portosol (RS)
2º Seminário Internacional de Inovação Tecnológica no Nordeste – Inova 2005/Febratecno	Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará (CE)
Seminário O Futuro das Pequenas e Médias Empresas no Brasil	Valor Econômico (SP)

Reformulação do Portal do BNDES na Internet

O Portal do BNDES na internet (www.bndes.gov.br) tem foco na divulgação institucional do Banco e nas suas diversas linhas de financiamento. O conteúdo do portal é atualizado diariamente, para incorporar novidades e notícias e divulgar informações de interesse do público externo.

O portal proporciona maior aproximação e melhoria no relacionamento do Banco com seus diversos públicos, especialmente com o meio empresarial, facilitando o acesso às informações para a obtenção de financiamentos.

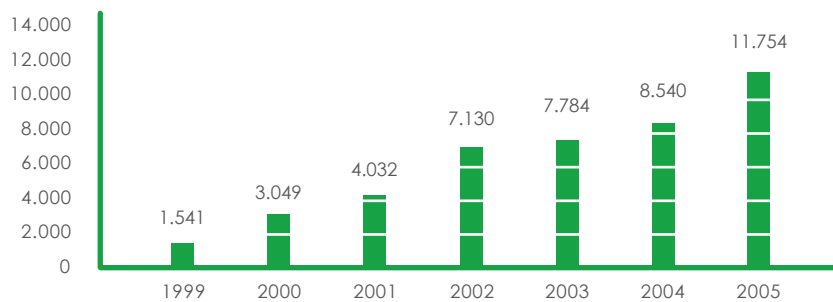
Em outubro de 2005, o Portal do BNDES foi visualmente reestruturado. As mudanças foram realizadas com o objetivo de refletir melhor o atual padrão de comunicação da instituição. Ele também foi adaptado para garantir pleno acesso às informações por pessoas com necessidades especiais, com a eliminação de imagens e destaques gráficos. Foram criadas novas páginas, com assuntos de interesses específicos, tais como agropecuária, comércio e serviços, indústria, mercado de capitais e micro, pequenas e médias empresas, adicionadas às já existentes – infra-estrutura, exportação e social.

Em 2005, foram registrados 11,7 milhões de acessos (páginas visitadas) ao Portal do BNDES, cifra 37% superior à de 2004, em decorrência da ampliação da área de abrangência e do conteúdo do portal e também da expansão da base de

usuários. O *download* de documentos colocados à disposição do público atingiu 2.543 mil ao longo de 2005, registrando o expressivo crescimento de 45% em relação ao ano anterior. Estudos e publicações, com 1.893 mil *downloads*, foram responsáveis por 75% do total de documentos transferidos.

O portal também opera com versões em inglês e espanhol. A versão em espanhol obteve 326 mil acessos (178 mil em 2004), enquanto a versão em inglês atingiu 401 mil acessos (236 mil em 2004).

NÚMERO DE ACESSOS AO PORTAL DO BNDES NA INTERNET (Em Mil Páginas Visitadas)



Algumas novidades foram incorporadas ao portal, tais como:

- Divulgação das informações sobre as operações contratadas e sobre os projetos em andamento com estados ou municípios, com o objetivo de dar plena transparência às operações realizadas entre o Banco e as entidades da administração pública direta. As consultas às operações podem agora ser realizadas *on-line*.
- Estatísticas operacionais com diversos arquivos que resumem o desempenho operacional do Sistema BNDES, em valores correntes, a partir de 1995, sem incluir as aplicações no mercado secundário. Foram disponibilizadas, de forma agregada, em séries estatísticas, informações relativas às operações com o setor privado, que estão sujeitas ao sigilo bancário. Os dados relativos a desembolsos, aprovações, enquadramentos e consultas foram agregados por setor, por região e por porte da empresa. Também foram disponibilizados dados sobre exportações e desembolsos com objetivo social.

Visando dar plena transparência aos seus atos administrativos, o BNDES divulga em seu portal informações relevantes sobre o processo de compras de bens e serviços realizados e a realizar.

Também são divulgados seminários e eventos, sinopses e outros materiais editados pelo Banco, promovendo o destaque necessário para divulgação ao público externo.

NO PORTAL DO BNDES,
PASSARAM A SER DIVULGADAS
INFORMAÇÕES SOBRE AS
OPERAÇÕES CONTRATADAS
E SOBRE OS PROJETOS EM
ANDAMENTO COM ESTADOS
OU MUNICÍPIOS. AS CONSULTAS
ÀS OPERAÇÕES PODEM AGORA
SER REALIZADAS *ON-LINE*.

Participações em Grupos Representativos

O BNDES busca participar ativamente de grupos de discussão representativos, a fim de colaborar na elaboração de modelos e propostas para o desenvolvimento do país.

Em 2005, o Banco participou, com representantes indicados, de dez câmaras, 27 comitês, 20 conselhos e 25 grupos de trabalho, dentre os quais destacamos o Comitê Gestor do Fundo Setorial de Informática, o Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações, o Comitê de Valores Mobiliários da Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (Andima), a Comissão de Incentivo aos Investimentos Produtivos Privados no País, o Conselho Consultivo da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (Conecti), o Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae, o Grupo de Trabalho Microcrédito, o Grupo Gestor Biodiesel e o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Além disso, o BNDES, através de seu Departamento de Relações com o Governo, atendeu aos seguintes eventos: audiências com parlamentares (51), com executivos do governo (25), com jornalistas (5), com assessores (8), com outras instituições – universidades, fundações, bancos e outros – (32) e audiências públicas (5); atendimentos técnicos a empresas, a órgãos do governo e a outros (107); eventos diplomáticos (5) e outros (23).

Filiações a Entidades

O BNDES é filiado a e contribui financeiramente com 17 entidades, tais como a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), a Asociación Latinoamericana de Instituciones Financieras para el Desarrollo (Alide), a Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional (Sabin) e a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex).

ONGs

A sociedade civil, por meio de representantes das organizações não-governamentais, tem solicitado ao BNDES um nível cada vez mais detalhado de informações. Nesse sentido, medidas foram tomadas objetivando o fortalecimento da transparência

e a melhoria e divulgação do sistema informacional por meio da implementação e articulação de várias iniciativas, das quais destacamos:

REUNIÕES PERIÓDICAS COM REPRESENTANTES DE REDES DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL –

Foram realizados encontros mensais com representantes das ONGs visando à instituição de um fórum permanente de comunicação, com base na discussão e formulação de uma política de informação para o Banco.

FORMULAÇÃO DE BALANÇO OU SINOPSE SOCIAL – Elaboração de documento para apresentar a forma de atuação e explicar os resultados obtidos pela Área de Inclusão Social do Banco, contendo um balanço quantitativo e qualitativo dos resultados obtidos em 2005.

APRESENTAÇÃO DE ESTUDOS, PROGRAMAS E METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO PARA REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS – Foram realizadas, por técnicos do BNDES, palestras para os representantes das ONGs sobre o *modus operandi* da instituição e sobre as medidas adotadas a fim de aperfeiçoar as Políticas Operacionais do Banco. Foram apresentados temas como o Fundo Social, o impacto das operações do Banco na renda e no emprego, meio ambiente, séries estatísticas e indicadores.

Prêmio BNDES de Economia

Promovido anualmente desde 1977, o Prêmio BNDES de Economia tem por objetivo selecionar profissionais com especialização na área econômica, bem como estimular a pesquisa nos campos da ciência econômica pura e na ciência econômica aplicada relacionada aos problemas econômicos nacionais, regionais e setoriais. Dele podem participar autores de dissertações de mestrado de todos os centros de pós-graduação em economia do país.

Em 2005, foram recebidas 30 dissertações, julgadas por uma comissão examinadora cujos nomes foram escolhidos através de indicações dos respectivos centros de pós-graduação.

O valor pago aos cinco primeiros colocados do 28º Prêmio BNDES de Economia foi de R\$ 14 mil para o primeiro lugar, de R\$ 10 mil para o segundo, de R\$ 7 mil para o terceiro, de R\$ 4 mil para o quarto e de R\$ 2 mil para o quinto.

**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO:
LUCRO RECORDE**



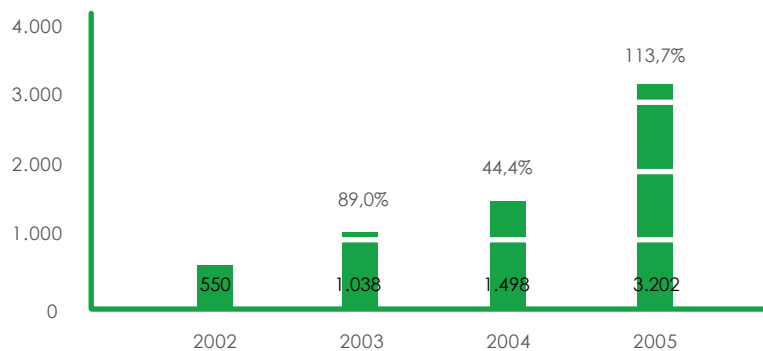


DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO: LUCRO RECORDE

O Sistema BNDES acumulou lucro de R\$ 3,2 bilhões em 2005 – o maior valor já registrado em toda a história do Banco –, 113,7% superior ao obtido em 2004, de R\$ 1,5 bilhão, que já havia sido 44% superior ao registrado em 2003, em reais correntes.

Esse resultado reflete o bom desempenho da carteira de financiamento e dos rendimentos auferidos pela carteira de renda variável, principalmente na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio. Cabe ressaltar também o sucesso da operação de lançamento dos Papéis de Índice Brasil Bovespa (PIBB), que proporcionou um resultado, líquido dos efeitos de impostos, de R\$ 534 milhões.

BNDES: LUCRO LÍQUIDO (R\$ Milhões)

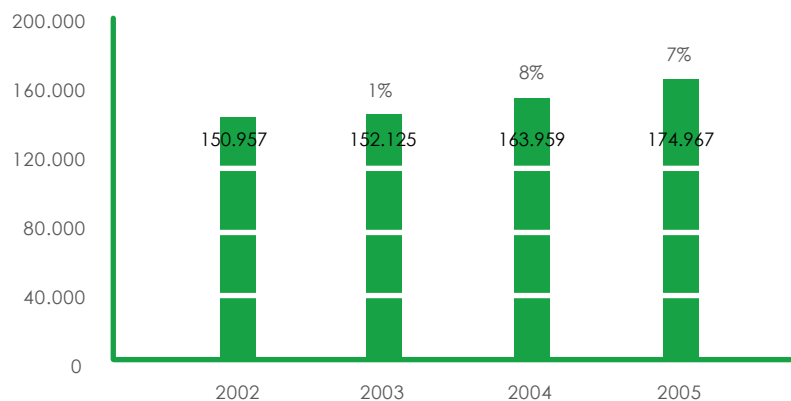


Obs.: Percentual referente ao crescimento do lucro líquido em relação ao ano anterior.

O patrimônio líquido totalizou em 2005 R\$ 15,7 bilhões, superior aos R\$ 14,1 bilhões do ano anterior. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio alcançou 21,4%, acima dos 11,1% obtidos em 2004. Os resultados alcançados em termos de lucratividade decorreram do aumento da receita e da redução das despesas administrativas. Dentre as ações de racionalização implantadas, destacamos a melhoria no sistema de viagens.

O ativo total do BNDES atingiu o valor de R\$ 175 bilhões, 7% superior aos ativos totais de 2004 (R\$ 164 bilhões). O nível de inadimplência em relação à carteira total foi de 2,08%, sendo que 90,1% dos créditos consolidados em 31 de dezembro de 2005 estão classificados entre os níveis AA e B, considerados de baixíssimo risco. Essa posição é superior à média apresentada pelo sistema financeiro nacional, de 83,3% nos bancos privados e 74% nos bancos públicos.

BNDES: ATIVOS TOTAIS (R\$ Milhões)



Obs.: Percentual referente ao crescimento dos ativos totais em relação ao ano anterior.

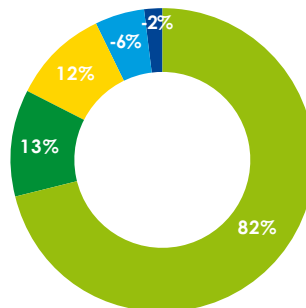
O ativo permanente atingiu o valor de R\$ 14,7 bilhões, em contrapartida aos R\$ 15 bilhões em 2004. A rentabilidade sobre os ativos médios cresceu de 0,95% em 2004 para 1,89% em 2005, refletindo também o crescimento do resultado do exercício.

O orçamento de investimentos foi de R\$ 47,1 bilhões, o que significa um novo recorde. Com isso, os desembolsos realizados em 2005 foram 17,7% superiores aos R\$ 40 bilhões de 2004. Na indústria, as liberações alcançaram R\$ 23,4 bilhões, com crescimento de 48,1% na comparação com o ano anterior (15,8 bilhões). Para o setor de infra-estrutura, os desembolsos foram de R\$ 17,1 bilhões, com crescimento de 12,7% em relação a 2004 (R\$ 15 bilhões).

Os recursos líquidos gerados, da ordem de R\$ 48,6 bilhões, foram suficientes para financiar os desembolsos e foram, em sua composição, 82% provenientes do retorno de operações de financiamento, 13% através de monetização de renda fixa e renda variável e 12% por meio de repasses de recursos do FAT Constitucional e do FAT Depósitos Especiais (incluindo PIS-Pasep).

A fonte externa de recursos representou uma absorção líquida negativa de 6% do orçamento anual, resultado da amortização de financiamentos externos de mercado e da prioridade dada à captação com organismos multilaterais e agências governamentais. A contrapartida da queda de captação foi o menor custo para o repasse a clientes do BNDES.

FLUXO DE CAIXA DE 2005 – CONTRIBUIÇÃO LÍQUIDA DAS FONTES DE RECURSOS



Retorno das aplicações líquido de despesas tributárias, administrativas e dividendos

Monetização de renda fixa e renda variável – bruto de tributos

FAT Constitucional e FAT Depósitos Especiais (inclui o PIS-Pasep)

Dívida externa

Outros recursos internos

O índice de adequação de capital (índice da Basileia) registrado pelo BNDES, em 2005, foi de 17%, uma situação confortável em relação ao limite mínimo de 11%, exigido pelo Banco Central. Já o índice de exposição ao setor público fechou em 26%, bastante inferior ao limite de 45%.

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O Fundo de Amparo ao Trabalhador continua sendo a principal fonte externa de financiamento do orçamento de investimentos do Sistema BNDES. Em 2005, ingressaram no Banco R\$ 13,7 bilhões oriundos do FAT, sendo R\$ 6,8 bilhões do FAT Constitucional e R\$ 6,9 bilhões do FAT Depósitos Especiais.

A contribuição líquida (ingressos menos pagamentos de juros e amortizações) do FAT à execução do orçamento de investimentos do Sistema BNDES foi de

R\$ 8,1 bilhões, dos quais R\$ 3,6 bilhões do FAT Constitucional e R\$ 4,5 bilhões do FAT Depósitos Especiais. Os recursos desse fundo financiaram 41% do crescimento do orçamento de investimentos entre 2004 e 2005.

Em 2005, o BNDES aplicou um valor recorde de R\$ 6,9 bilhões, provenientes de novos depósitos especiais do FAT, distribuídos pelos seguintes programas: FAT Infra-Estrutura, R\$ 4,04 bilhões, Fat Exportar e Fomentar, R\$ 2,5 bilhões, e FAT Giro Rural, R\$ 340 milhões.

Fontes Externas de Recursos

Cabe destaque à modificação realizada na composição das fontes externas de financiamento.

Foram assinados contratos com organismos internacionais que propiciaram o ingresso de R\$ 1,67 bilhão, enquanto os pagamentos relativos ao serviço da dívida externa constituída com organismos e por operações de mercado totalizaram R\$ 4,5 bilhões, gerando um saldo líquido negativo de R\$ 2,8 bilhões.

No primeiro semestre de 2005, foi assinado contrato de financiamento com o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), no valor de US\$ 500 milhões, o maior valor já celebrado com essa instituição. Os recursos destinam-se ao apoio a investimentos de empresas exportadoras e a projetos de infra-estrutura. Vale ressaltar que a operação foi negociada em tempo recorde e sem a garantia do governo federal. Em 16 de dezembro, ocorreu a liberação da primeira parcela do empréstimo, no valor de US\$ 226 milhões.

No segundo semestre, três importantes acordos foram assinados com organismos internacionais. O primeiro foi um convênio de linha de crédito condicional, assinado com o BID, que estabelece as condições básicas para a contratação de até três empréstimos com essa instituição, no valor global de US\$ 3 bilhões, a serem desembolsados no período de nove anos e destinados a financiar investimentos de micro, pequenas e médias empresas. A assinatura desse convênio foi seguida pela contratação do primeiro desses três empréstimos, na sede do BID, em Washington.

O terceiro acordo foi o contrato de empréstimo assinado em 9 de novembro com o Nordic Investment Bank (NIB), em Estocolmo, Suécia, no valor de US\$ 60 milhões, com a finalidade de apoiar investimentos de mútuo interesse do Brasil e dos países escandinavos e bálticos realizados em nosso país.

Finalmente, realizou-se em Brasília, no final de novembro, a reunião formal de negociação do primeiro empréstimo a ser celebrado entre o BNDES e o Banco Europeu de Investimento (BEI), no valor de US\$ 50 milhões.

Operações de Proteção Financeira com o Mercado Local

O BNDES realiza desde 1997 operações de *hedge* (*swaps* e *opções*) no mercado internacional com o objetivo primordial de aumentar o peso do dólar na cesta de moedas, constituída pelas dívidas contraídas em moeda estrangeira.

A partir de 2005, as operações externas de *hedge* no mercado de balcão internacional perderam atratividade para as empresas brasileiras, em face de mudanças tributárias (em particular, as Leis 11.033/2004 e 11.196/2005) que retiraram a possibilidade de deduzir eventuais despesas nessas operações de proteção para fins de apuração do imposto de renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A fim de obter maior eficiência no custo do *hedge* e permitir que o BNDES possa dar continuidade à utilização desses instrumentos de gerenciamento de risco, realizou-se ao longo do ano diligências com instituições financeiras de primeira linha e com a Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), no intuito de verificar a capacidade de contratar no mercado local, perseguindo alto grau de eficiência, operações similares às realizadas externamente.

Esse esforço de preparação ensejou o fechamento da primeira operação de *swap* cambial do BNDES com o mercado local, executada em quatro lotes, cotados entre os dias 9 e 19 de dezembro de 2005.

A operação converteu, com elevada eficiência de preço, a dívida de 400 milhões de marcos alemães (204,5 milhões de euros), com cupom de 9%, em um principal de US\$ 244,54 milhões, com uma taxa de juros média de 10,93%. A troca de principal na operação ocorrerá em outubro de 2007, em data casada com a data de opção de resgate antecipado no título objeto da proteção. O cupom em dólares após o *swap* impõe elevação de cerca de sete pontos básicos nos encargos da cesta de moedas.

Essa operação ampliou o grau de dolarização da cesta de moedas do BNDES em 3,75 pontos percentuais, tendo o peso do dólar atingido cerca de 88% em 31 de dezembro. Adicionalmente, ao reduzir o descasamento entre as moedas fortes no balanço do BNDES, a operação gerou economia de capital regulatório (patrimônio líquido exigido), estimada, na data de contratação, em aproximadamente R\$ 96 milhões.

DOS CRÉDITOS CONSOLIDADOS DO
BNDES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005,
90,1% ESTÃO CLASSIFICADOS ENTRE
OS NÍVEIS AA E B, CONSIDERADOS
DE BAIXÍSSIMO RISCO. ESSA POSIÇÃO
É SUPERIOR À MÉDIA APRESENTADA
PELO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL,
DE 83,3% NOS BANCOS PRIVADOS
E 74% NOS BANCOS PÚBLICOS.

**BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES)
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO | R\$ MIL

	Consolidado		
	2005	2004	2003
Ativo			
Circulante	48.522.463	37.498.997	33.413.347
Disponibilidades	12.847	13.185	3.550
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.844	6.369	10.481
Títulos e valores mobiliários	12.197.315	8.933.799	4.130.176
Fundos do Banco do Brasil	10.657.151	6.721.390	2.762.686
Títulos públicos	243.361	295.334	112.949
Ações, certificados de ações e bônus de subscrição	406.067	157	211.519
Debêntures	611.156	688.212	285.311
Provisão para risco de crédito – debêntures	(121.182)	(108.065)	(7.086)
Títulos de renda fixa no exterior	1.294	9.667	-
Cotas de fundos de renda variável	399.165	469.482	481.462
Instrumentos financeiros derivativos	303	857.622	283.335
Relações interfinanceiras	17.697.080	9.514.441	9.361.148
Repasse interfinanceiros	17.809.240	9.586.516	9.408.461
Recursos livres	15.356.166	8.961.264	7.985.591
Recursos do PIS-Pasep	2.453.074	625.252	1.422.870
Provisão para risco de crédito	(112.160)	(72.075)	(47.313)
Operações de crédito	15.606.720	16.670.998	16.873.813
Operações de crédito	16.712.516	17.789.251	18.387.604
Recursos livres	14.362.519	14.024.343	15.596.933
Recursos do PIS-Pasep	2.210.514	3.755.316	2.782.518
Recursos do Fundo de Marinha Mercante	139.483	9.592	8.153
Provisão para risco de crédito	(1.105.796)	(1.118.253)	(1.513.791)
Outros créditos	3.005.689	2.358.471	3.031.647
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	1.193.715	852.058	1.488.459
Provisão para risco de crédito – venda a prazo de títulos e valores mobiliários	(82.073)	(74.630)	(98.252)
Direitos recebíveis	82.250	84.220	70.775
Provisão para risco de crédito – direitos recebíveis	(823)	(216)	(180)
Créditos tributários	186.136	214.396	89.967
Impostos e contribuições a recuperar	293.763	318.802	245.144
Diversos	1.332.721	963.841	1.235.734
Outros valores e bens	968	1.734	2.532
Realizável a longo prazo	111.749.517	111.418.077	104.178.391
Títulos e valores mobiliários	8.628.733	10.330.489	12.494.685
Debêntures	8.402.253	8.630.499	9.151.477
Provisão para risco de crédito – debêntures	(803.033)	(708.166)	(962.606)
Títulos públicos	796.833	2.214.908	3.561.539
Instrumentos financeiros derivativos		105.370	638.756
Títulos de renda fixa no exterior	232.680	87.878	105.519
Relações interfinanceiras	39.500.233	40.594.235	37.469.268
Repasse interfinanceiros	39.832.605	40.872.625	37.746.032
Recursos livres	29.230.133	26.064.140	24.622.764
Recursos do PIS-Pasep	10.602.472	14.808.485	13.123.268
Provisão para risco de crédito	(332.372)	(278.390)	(276.764)
Operações de crédito	60.303.376	55.704.504	49.963.166
Operações de crédito	64.153.122	58.919.154	53.272.786
Recursos livres	53.813.090	54.621.669	48.526.963
Recursos do PIS-Pasep	8.273.998	2.220.146	2.971.695
Recursos do Fundo de Marinha Mercante	2.066.034	2.077.339	1.774.128
Provisão para risco de crédito	(3.849.746)	(3.214.650)	(3.309.620)
Outros créditos	3.317.175	4.788.849	4.251.272
Créditos tributários	1.434.336	1.726.257	1.213.045
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	849.083	2.045.061	2.071.062
Provisão para risco de crédito – venda a prazo de títulos e valores mobiliários	(133.193)	(180.739)	(164.799)
Direitos recebíveis	1.098.319	1.100.300	1.084.775
Provisão para risco de crédito – direitos recebíveis	(10.987)	(2.820)	(2.756)
Incentivos fiscais	79.617	100.790	49.945
Permanente	14.695.246	15.042.306	14.533.750
Investimentos	14.583.303	14.906.981	14.398.632
Participações em controladas e coligadas	7.729.203	7.481.674	7.242.495
Outras participações	6.518.562	7.119.132	6.927.682
Outros investimentos	335.538	306.175	228.455
Imobilizado de uso	100.627	124.808	124.367
Diferido	11.316	10.517	10.751
Total do ativo	174.967.226	163.959.380	152.125.488

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO | R\$ MIL

	Consolidado		
	2005	2004	2003
Passivo			
Circulante	14.096.162	16.339.201	13.121.082
Depósitos	463.978	2.187.417	1.580.693
Depósitos especiais – FAT	-	1.804.605	1.223.769
Depósitos vinculados	463.381	382.267	355.880
Diversos	597	545	1.044
Relações de interdependência	4	1.437	787
Recursos em trânsito de terceiros	4	1.437	787
Obrigações por empréstimos e repasses	7.933.388	8.886.766	5.614.668
Empréstimos no exterior	2.111.089	4.092.471	1.420.426
Empréstimos sindicalizados	-	265.659	-
Bônus	2.111.089	3.826.812	1.420.426
Repasses no país	5.320.489	4.235.198	2.727.214
Tesouro Nacional	4.074.320	3.792.118	2.347.698
Controladas	-	-	-
Fundo de Marinha Mercante	169.553	41.444	44.226
Outros	1.076.616	401.636	335.290
Repasses no exterior – instituições multilaterais	501.810	559.097	1.467.028
Outras obrigações	3.927.830	3.683.829	4.600.137
Fundos financeiros e de desenvolvimento	1.602.018	1.507.714	2.300.766
Fundo PIS-Pasep	1.214.731	1.279.492	2.014.752
Outros	387.287	228.222	286.014
Impostos e contribuições sobre o lucro	411.948	487.305	940.696
Outros impostos e contribuições	100.390	25.778	118.097
Credores vinculados a liquidação de operações de câmbio	59.900	35.516	40.463
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	760.591	355.724	246.483
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	6.958	6.267	6.605
Contas a pagar – FAPES	14.635	12.742	4.315
Vinculadas ao Tesouro Nacional	634.291	802.188	815.834
Passivo atuarial – FAMS	14.310	11.462	10.022
Instrumentos financeiros derivativos	97.509	108.334	1.772
Diversas	225.280	330.799	115.084
Dívidas subordinadas	1.770.962	1.579.752	1.324.797
FAT constitucional	1.770.962	1.579.752	1.324.797
Outras dívidas subordinadas	1.770.962	1.579.752	1.324.797
Exigível a longo prazo	145.160.185	133.505.447	126.147.505
Obrigações por depósito	20.773.204	12.763.374	10.729.705
Depósitos especiais – FAT	20.773.204	12.763.374	10.729.705
Obrigações por empréstimos e repasses	34.398.588	39.481.943	43.269.137
Empréstimos no exterior	4.623.402	8.066.920	12.722.535
Bônus	4.623.402	8.066.920	12.722.535
Repasses no país	21.109.670	22.843.418	21.249.461
Tesouro Nacional	15.547.718	16.784.966	15.711.638
Controladas	-	-	-
Fundo de Marinha Mercante	2.279.827	2.331.459	2.084.847
Outros	3.282.125	3.726.993	3.452.976
Repasses no exterior – instituições multilaterais	8.665.516	8.571.605	9.297.141
Outras obrigações	24.068.373	21.432.428	19.167.195
Fundos financeiros e de desenvolvimento	22.444.870	20.247.922	18.430.058
Fundo PIS-Pasep	22.444.870	20.247.922	18.430.058
Contas a pagar – FAPES	564.588	579.656	332.395
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	676.441	220.131	188.595
Instrumentos financeiros derivativos	29.476	1.971	53.082
Passivo atuarial – FAMS	344.845	314.115	154.912
Impostos diferidos	8.153	68.633	8.153
Dívidas subordinadas	65.920.020	59.827.702	52.981.468
FAT Constitucional	65.920.020	59.827.702	52.981.468
Outras dívidas subordinadas	58.094.274	52.606.380	46.565.785
Elegível a capital	7.825.746	7.221.322	6.415.683
Patrimônio líquido	15.710.879	14.114.732	12.856.901
Capital social	12.949.065	11.362.584	11.362.584
Reservas de capital	36.650	1.586.481	106.885
Reserva de reavaliação de ativos de investidas	49.196	16.514	25.536
Reserva de lucros	235.014	74.889	326.719
Lucros acumulados	2.440.954	1.074.264	1.035.177
Total do passivo	174.967.226	163.959.380	152.125.488

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005, 2004 E 2003 | R\$ MIL**

	Consolidado		
	2005	2004	2003
Receitas da intermediação financeira	12.348.406	12.915.488	7.612.380
Operações de crédito e repasses interfinanceiros			
Moeda nacional	10.293.298	10.286.474	9.589.603
Moeda estrangeira	(1.949.580)	(792.830)	(5.976.900)
Resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários	3.084.965	2.652.113	3.132.839
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	390.961	316.537	456.273
Rendas com administração de fundos e programas	489.728	434.530	403.809
Atualização monetária de ativos – Selic	39.034	18.664	6.756
Despesas da intermediação financeira	(8.245.528)	(11.084.929)	(6.081.578)
Captação no mercado – financiamentos e repasses			
Moeda nacional	(10.338.858)	(9.958.929)	(10.042.536)
Moeda estrangeira	3.335.296	390.396	5.489.258
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(409.354)	125.993	377.077
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	167.898	13.646	59.358
Provisão para risco de crédito	(844.636)	(1.637.605)	(1.880.251)
Atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio – Selic	(155.874)	(18.430)	(84.484)
Resultado bruto da intermediação financeira	4.102.878	1.830.559	1.530.802
Outras receitas (despesas) operacionais	895.619	47.863	432.633
Resultado com equivalência patrimonial	412.242	318.815	275.223
Amortização de ágios	(34.438)	(22.870)	(375.492)
Constituição de provisão para ajuste de investimentos	(393.196)	(142.410)	(296.058)
Resultado da carteira de câmbio	90.224	12.946	20.447
Receita de dividendos e juros sobre o capital próprio	1.077.263	1.013.846	733.194
Resultado com alienações de títulos e valores mobiliários	1.510.556	349.350	814.775
Constituição de provisão para contingências trabalhistas e cíveis	(459.352)	(31.744)	(82.834)
Despesas tributárias	(661.522)	(339.129)	(313.913)
Despesas com pessoal	(534.921)	(675.673)	(449.677)
Despesas administrativas	(165.691)	(120.574)	(112.089)
Outras receitas operacionais	141.711	82.023	438.695
Outras despesas operacionais	(87.257)	(396.717)	(219.638)
Resultado operacional	4.998.497	1.878.422	1.963.435
Resultado não-operacional	(151.980)	(899)	(17.706)
Receitas não-operacionais	345	1.409	1.238
Despesas não-operacionais	(152.325)	(2.308)	(18.944)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	4.846.517	1.877.523	1.945.729
Imposto de renda	(956.944)	(656.306)	(1.011.253)
Contribuição social	(365.177)	(237.112)	(330.447)
Impostos diferidos – constituição líquida de realização	(259.701)	577.161	474.569
Resultado antes da participação sobre o lucro	3.264.695	1.561.266	1.078.598
Participação dos empregados no lucro	(62.206)	(63.482)	(40.774)
Lucro líquido do semestre/exercício	3.202.489	1.497.784	1.037.824

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 | R\$ MIL**

	Capital Social	Reservas de Capital		Reserva de Reavaliação de Ativos de Investidas	Reserva de Lucros		Total
		Aumento de Capital em Curso	Reserva de Incentivos Fiscais		Reserva Legal	Lucros Acumulados	
Em 1º de janeiro de 2005	11.362.584	1.586.481	-	16.514	74.889	1.074.264	14.114.732
Aumento de capital	1.586.481	(1.586.481)	-	-	-	-	-
Dividendos complementares – exercício de 2004	-	-	-	-	-	(917.284)	(917.284)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	36.650	-	-	-	36.650
Reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-
Constituição	-	-	-	34.883	-	-	34.883
Realização	-	-	-	(2.201)	-	2.201	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.202.489	3.202.489
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	160.125	(160.125)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(760.000)	(760.000)
Dividendos	-	-	-	-	-	(591)	(591)
Em 31 de dezembro de 2005	12.949.065	-	36.650	49.196	235.014	2.440.954	15.710.879

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004 | R\$ MIL**

	Consolidado		
	2005	2004	2003
Origens de recursos	13.881.942	13.714.932	4.945.453
Das operações	4.557.449	3.048.803	3.409.201
Lucro líquido do semestre/exercício	3.202.489	1.497.784	1.037.824
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades	1.354.960	1.551.019	2.371.377
Constituição (reversão) da provisão para risco de crédito	844.636	1.637.605	1.880.251
Constituição (reversão) da provisão para contingências trabalhistas e cíveis	459.352	31.744	82.834
Resultado de participações em coligadas e controladas	(412.242)	(289.004)	(275.223)
Depreciação e amortização	35.580	5.394	11.965
Amortização de ágios	34.438	22.870	375.492
Constituição da provisão para ajuste de investimentos	393.196	142.410	296.058
De terceiros	9.324.493	10.666.129	1.536.252
Aumento líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	2.538.047	7.610.905	929.571
Aumento líquido nas demais contas do passivo	6.414.299	2.933.412	-
Diminuição líquida em créditos por financiamento	-	-	499.796
Diminuição líquida em aplicações interfinanceiras	4.525	4.112	-
Diminuição líquida do ativo permanente	330.972	-	-
Aplicações em incentivos fiscais (patrimônio líquido)	36.650	117.700	106.885
Aplicações de recursos	13.882.280	13.705.297	5.082.172
Aumento líquido em créditos por financiamento	10.653.649	9.802.604	-
Aumento líquido em aplicações interfinanceiras	-	-	8.785
Diminuição líquida nas demais contas do passivo	-	-	351.534
Aumento líquido nas demais contas do ativo	1.550.756	3.154.814	346.716
Aumento líquido do ativo permanente	-	392.155	3.737.086
Dividendos complementares	917.284	-	391.568
Dividendos propostos	591	724	6.483
Juros sobre o capital próprio	760.000	355.000	240.000
Aumento (diminuição) das disponibilidades	(338)	9.635	(136.719)
Modificação na posição financeira			
Início do semestre/exercício	13.185	3.550	140.269
Fim do semestre/exercício	12.847	13.185	3.550
Aumento (diminuição) das disponibilidades	(338)	9.635	(136.719)

PERSPECTIVAS PARA 2006





PERSPECTIVAS PARA 2006

Há fortes indícios de que o Brasil esteja diante de um novo ciclo econômico de desenvolvimento sustentável. Diante dessa nova realidade, o BNDES teve de ajustar sua estratégia de atuação de modo a permitir ao país capturar as *janelas de oportunidade* que se descortinam, tendo sempre em vista a meta de contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais do país.

Assim, a estratégia de atuação foi centrada na revisão das Políticas Operacionais, com redução, em média, de 30% nos *spreads* básicos do Banco. Essas novas políticas estabeleceram diferentes níveis de prioridades, que se refletem diretamente nas taxas de juros cobradas, e concederam ao desenvolvimento tecnológico o grau máximo de prioridade, com taxas de juros fixas de 6% a.a. e financiamento de 100% do investimento.

Com isso, espera-se que a nova fronteira de crescimento seja centrada na inovação e, portanto, plenamente sintonizada com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, lançada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em março de 2004.

No que concerne ao combate às desigualdades sociais e ao desnivelamento das regiões, é importante destacar duas visões estratégicas adotadas pelo BNDES.

Em primeiro lugar, superou-se a prática dos investimentos pontuais, adotando-se em seu lugar uma abordagem em que se privilegia a busca de soluções integradas para os problemas sociais.

Em segundo, quanto às desigualdades regionais, admite-se que áreas problemáticas estão distribuídas por todo o país. Em consequência, além do tratamento privilegiado ao Nordeste e ao Norte, o país como um todo passa a ser mapeado segundo microrregiões. Esse novo enfoque sintoniza o BNDES com a concepção e as políticas adotadas pelo Ministério da Integração Nacional.

Quanto à infra-estrutura, foram priorizados os investimentos em transporte ferroviário e em energias renováveis. O primeiro por ser fundamental ao escoamento da produção e ao aumento da competitividade internacional do país. O segundo por representar uma *janela de oportunidade* ao Brasil, com o crescente interesse internacional por alternativas ao petróleo e pela redução das emissões de carbono.

Finalmente, pretende-se continuar com ações objetivas na direção das diretrizes que visam tornar o BNDES o “Banco do Desenvolvimento de Todos os Brasileiros”, mediante a democratização do acesso aos recursos do Banco (“Para Todos”), o aumento da agilidade de atuação (“Mais Ágil”) e a consolidação da redução dos custos dos financiamentos proporcionada pelas novas Políticas Operacionais (“Mais Barato”).

**ESPERA-SE QUE A
NOVA FRONTEIRA DE
CRESCIMENTO SEJA
CENTRADA NA INOVAÇÃO
E, PORTANTO, PLENAMENTE
SINTONIZADA COM A
POLÍTICA INDUSTRIAL,
TECNOLÓGICA E DE
COMÉRCIO EXTERIOR,
LANÇADA PELO MINISTÉRIO
DO DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
EXTERIOR EM MARÇO
DE 2004.**

Glossário

ABDE	Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento.
Aberje	Associação Brasileira de Comunicação Empresarial.
Abimaq	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos.
Abrasce	Associação Brasileira de Shopping Centers.
Acib	Associação Comercial e Industrial de Blumenau.
Aete	Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.
AEX	Área de Comércio Exterior.
AI	Área Industrial.
AIB	Área de Insumos Básicos.
Aice	Acesso Individual Classe Especial (telefone fixo para a população de baixa renda).
AIE	Área de Infra-Estrutura e Energia.
Alca	Área de Livre Comércio das Américas.
Aladi	Associação Latino-Americana de Integração.
Alide	Asociación Latinoamericana de Instituciones Financieras para el Desarrollo.
ALL	América Latina Logística.
AMC	Área de Mercado de Capitais.
Anatec	Associação Nacional das Editoras de Publicações.
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações.
Ancine	Agência Nacional de Cinema.
Andima	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.
Anfavea	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotivos.
ANP	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
AOI	Área de Operações Indiretas.
AS	Área de Inclusão Social.
Bacen	Banco Central do Brasil.
Badesc	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina.

Bar	Unidade de medida de pressão.
BEI	Banco Europeu de Investimento.
Bice	Banco de Inversión y Comercio Exterior (da Argentina).
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BNA	Banco de la Nación Argentina.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BNDES Automático	Financiamentos de até R\$ 10 milhões para a realização de projetos de implantação, expansão e modernização, incluída a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados pelo BNDES, e capital de giro associado, através de instituições financeiras credenciadas.
BNDES-Exim	Linha de financiamento às exportações de bens e serviços brasileiros.
BNDESPAR	BNDES Participações S.A., subsidiária integral do BNDES criada com o objetivo de possibilitar a subscrição de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro.
Bovespa	Bolsa de Valores do Estado de São Paulo.
Bracelpa	Associação Brasileira de Celulose e Papel.
Buyer credit	Modalidade pela qual o BNDES financia a empresa compradora de produtos fabricados no Brasil.
Cadin	Cadastro Informativo dos Créditos Não-Quitados de Órgãos e Entidades Federais.
CAF	Corporación Andina de Fomento.
Capitalização bursátil	Valor de mercado das empresas emissoras de ações integrantes da carteira teórica dos índices.
CBA	Companhia Brasileira de Alumínio.
CBL	Câmara Brasileira do Livro.
CBLC	Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia.
CBO	Companhia Brasileira de Offshore.
CCR	Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos.
Cecierj	Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro.

CEG	Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro.
Celpe	Companhia Energética de Pernambuco.
Cesp	Companhia Energética de São Paulo.
Cetip	Câmara de Custódia e Liquidação.
CFN	Companhia Ferroviária do Nordeste.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CMTC	Cooperativa de Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas.
CNPT	Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável.
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros.
Coelba	Campanha de Eletricidade do Estado da Bahia.
Cofins	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Co-geração	Produção simultânea de vapor e energia elétrica a partir da biomassa (bagaço de cana).
Conecti	Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação.
Coopervale	Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda.
Copebrás	Companhia Petroquímica Brasileira.
Copene	Companhia Petroquímica do Nordeste.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional.
CTBC	Companhia de Telecomunicações do Banco Central.
CTMC	Cooperativa de Trabalhadores Metalúrgicos de Canoas.
CST	Companhia Siderúrgica de Tubarão.
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce.
DAC	Departamento de Aviação Civil.
DEFARMA	Departamento de Produtos Intermediários Químicos e Farmacêuticos.
DEGAP	Departamento de Gás, Petróleo, Co-Geração e Fontes Alternativas de Energia.
DEIEL	Departamento de Indústria Eletrônica.
DEIN	Departamento de Inovação em Pequenas e Médias Empresas e Fundos de Investimento.
DEINB	Departamento de Indústria de Base.

DEINV	Departamento de Investimento.
DEJUMC	Departamento Jurídico de Mercado de Capitais.
DEMAQ	Departamento de Financiamento a Máquinas e Equipamentos.
DEMEC	Departamento de Mercado de Capitais.
DEPAC	Departamento de Acompanhamento e Gestão da Carteira.
DEPACEL	Departamento de Indústria de Papel e Celulose.
DEPIP	Departamento de Indústria Pesada.
DEPOS	Departamento de Operações Sociais.
DEREGI	Departamento de Desenvolvimento Regional.
DESCO	Departamento de Financiamento a Máquinas e Equipamentos.
DESOL	Departamento de Desenvolvimento de Economia Solidária.
DEURB	Departamento de Desenvolvimento Urbano.
ECC	Estação Convention Center.
Eletronorte	Centrais Elétricas do Norte do Brasil.
EMBI+	<i>Emerging Markets Bond Index.</i>
Embraer	Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.
Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo.
Ente	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.
Etau	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador.
FCA	Ferrovia Centro-Atlântica S.A.
Fepasa	Ferrovia Paulista S.A.
Ferrobán	Ferrovias Bandeirantes S.A.
Ferronorte	Ferrovias Norte Brasil.
FGE	Fundo de Garantia à Exportação.
FGPC	Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade.
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
FIDICS	Fundo de Direitos Creditórios.
FINAME	Agência Especial de Financiamento Industrial, subsidiária integral do BNDES.
Finem	Financiamento a Empreendimentos (modalidade de financiamento do BNDES de valor superior a R\$ 10 milhões).
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos.

Fire	Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
FMM	Fundo de Marinha Mercante.
FND	Fundo Nacional de Desestatização.
Fondafa	Fondo de Desarrollo Agropecuario, Pesquero, Forestal y Afines (órgão subordinado ao Ministério para o Financiamento do Desenvolvimento da República Bolivariana da Venezuela).
FPS	Fundo de Participação Social.
FPSO	Unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência de petróleo.
Funcex	Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior.
Funcines	Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional.
Gasbol	Gasoduto Brasil-Bolívia.
Gasene	Gasoduto Sudeste-Nordeste.
GLP	Gás liquefeito de petróleo.
GNL	Gás natural liquefeito.
GVT	Global Village Telecom Ltda.
GW	Gigawatt.
Hub ports	Portos centralizadores de carga.
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IbrX-50	Índice de preços que mede o retorno de uma carteira composta por 50 ações selecionadas entre as mais negociadas na Bovespa, em termos de número de negócios e volume financeiro.
IBS	Instituto Brasileiro de Siderurgia.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado.
IIRSA	Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana.

Inee	Instituto Nacional de Eficiência Energética.
Infraero	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
JBIC	Japan Bank for International Cooperation.
kV	Quilovolt (mil volts).
Market-share	Participação de mercado.
Mepes	Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo.
Mercosul	Mercado Comum do Sul.
Moderagro	Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais.
Modercarga	Programa de Modernização da Frota de Caminhões.
Moderfrota	Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras.
Moderinfra	Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem.
Modermaq	Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional.
MPME	Micro, pequenas e médias empresas.
MRE	Ministério de Relações Exteriores.
MTBE	Metil-tercício-butil-éter.
MW	Megawatt (1 MW = 10 ⁶ W), unidade de potência de energia elétrica.
Nafta	Acordo de Livre Comércio da América do Norte.
NIB	Nordic Investment Bank.
Offshore	Localizado ou operado no mar.
OMC	Organização Mundial de Comércio.
OMT	Organização Mundial de Turismo.
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico.
Over-Selic	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. O Selic calcula uma média dos juros que o governo paga aos bancos que lhe emprestam dinheiro. Essa média, chamada de taxa over-Selic, serve de referência para todas as outras taxas de juros do país. Por isso, a taxa over-Selic é chamada também de juro básico.
Pai	Programa Amazônia Integrada.
Pais	Programa de Apoio a Investimentos Sociais de Empresas.

Pasep	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.
PCH	Pequena central hidrelétrica (em geral, com potência instalada de até 30 MW).
PCO	Programa Centro-Oeste.
PDI	Programa de Desenvolvimento Institucional.
PDR	Programa de Dinamização Regional.
PDVSA	Petróleos de Venezuela S.A.
P&D	Pesquisa e desenvolvimento.
Pesa	Petrobras Energia.
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A.
Petroquisa	Petrobras Química S.A.
PGMU	Plano Geral de Metas de Universalização.
PIB	Produto interno bruto.
PIBB	Papéis de Índice Brasil Bovespa.
Pids	Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre.
PIS	Programa de Integração Social.
PMAT	Programa de Modernização da Administração Tributária.
PMC	Programa de Microcrédito.
PNC	Programa Nordeste Competitivo.
PND	Programa Nacional de Desestatização.
Pós-Embarque	Linha de financiamento externo à comercialização de bens e serviços brasileiros, mediante o refinanciamento ao exportador ou através da modalidade <i>buyer's credit</i> .
Pré-Embarque	Linha de financiamento à produção de bens a serem exportados.
Proálcool	Programa Nacional do Álcool.
Prodeagro	Programa de Desenvolvimento do Agronegócio.
Prodecoop	Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária.
Prodefruta	Programa de Desenvolvimento da Fruticultura.
Prodespar	Programa de Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

Profarma	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica.
Progeren	Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda.
Proinco	Programa de Investimentos Coletivos Produtivos.
Proinfa	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.
Prolivro	Programa de Financiamento à Cadeia Produtiva do Livro.
Prominp	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural.
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
Propflora	Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas.
Prosoft	Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos.
Reconversul	Programa de Reversão Produtiva da Metade Sul e do Noroeste do Rio Grande do Sul.
Reduc	Refinaria Duque de Caxias.
Repetro	Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividade de Pesquisa e Lavra de Jazidas de Petróleo e Gás Natural.
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A.
Riopol	Rio Polímeros S.A.
Sabin	Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional.
Sanepar	Companhia de Saneamento do Paraná.
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
SBS	Senior Banking Solution.
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
Setor sucroalcooleiro	Conjunto de empresas produtoras de açúcar e álcool.
SPE	Sociedade de propósito específico.
Spread	Valor a ser acrescido a uma taxa de juros.
Supplier credit	Refinanciamento ao exportador.
Tecar	Terminal de Carvão do Porto de Sepetiba.
Tequimar	Terminal Químico de Aratu S.A.

T estáticas	Tração estática.
TEU	<i>Twenty-feet equivalent unit</i> – unidade equivalente a contêineres de 20 pés.
TGN	Transportadora Gás del Norte.
TGS	Transportadora Gás del Sur.
TI	Tecnologia da informação.
TJLP	Taxa de juros de longo prazo.
TPB	Toneladas de porte bruto.
Transpetro	Petrobras Transporte S.A.
Turn key	Operação comercial em que o vendedor se obriga a montar e instalar máquinas e equipamentos, entregando-os em condições de pleno funcionamento.
UHE	Usina hidrelétrica.
UTE	Usina termelétrica (utiliza combustível vegetal ou mineral).
VoIP	Voz sobre protocolo IP.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Luiz Fernando Furlan

BNDES

Conselho de Administração

PRESIDENTE

Luiz Fernando Furlan

VICE-PRESIDENTE

Guido Mantega

CONSELHEIROS

Bernard Appy
Carlos Mariani Bittencourt
João Antônio Felício
João Paulo dos Reis Velloso
João Pedro de Moura
José Francisco Graziano da Silva
Marcio Fortes de Almeida
Paulo Antonio Skaf
Ricardo José Ribeiro Berzoini

Diretoria

PRESIDENTE

Guido Mantega

VICE-PRESIDENTE

Demian Fiocca

DIRETORES

Antonio Barros de Castro
Armando Mariante Carvalho Junior
Carlos Kawall Leal Ferreira
Mauricio Borges Lemos
Roberto Timotheo da Costa

SUPERINTENDENTES

Aluysio Antonio da Motta Asti
Carlos Gastaldoni
Fabio Sotelino da Rocha
João Carlos do Couto Ramos Cavalcanti
José Roberto Leal Ferreira Fiorêncio
Luiz Antonio Araujo Dantas
Luiz Fernando Linck Dorneles
Maria Isabel Aboim
Mario Guedes de Mello Neto
Nadja Brunner de Sousa Pinheiro
Mariane Sardenberg Sussekind
Sandra Maria Carvalho de Souza
Wagner Bittencourt de Oliveira

CHEFE DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Elvio Lima Gaspar

CHEFE DA AUDITORIA

Ricardo Fróes de Lima

Conselho Fiscal

Alessandro Golombiewski Teixeira
Joaquim Vieira Ferreira Levy
José Fernando Monteiro Alves

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Av. República do Chile, 100 20031-917 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 2172-7447 Fax: (21) 2240-3862

ESCRITÓRIOS

BRASÍLIA

Setor Bancário Sul Quadra 1 Bloco J/13º andar
70076-900 Brasília DF
Tel.: (61) 3214-5600 Fax: (61) 3225-5510

SÃO PAULO

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510/5º andar
Vila Nova Conceição 04543-906 São Paulo SP
Tel.: (11) 3471-5100 Fax: (11) 3044-9800

RECIFE

Rua Antonio Lumack do Monte, 96/6º andar
Boa Viagem 51020-350 Recife PE
Tel: (81) 3464-5800 Fax: (81) 3465-7861

INTERNET

www.bndes.gov.br



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior



www.bndes.gov.br



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

